
**PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL - PDI
2021 - 2025**

1 APRESENTAÇÃO

Esta é a versão do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das Faculdades Integradas de Botucatu (FIBs), para os próximos cinco (05) anos (2021-2025). O documento foi elaborado pela seguinte comissão:

Profa. Cecília Benedita Pires Tavares de Anderlini, Diretora Geral;

Profa. Daniela Pires Tavares de Anderlini, Diretora Administrativa;

- Profa. Dra. Vânia Teresa de Araujo Silva, Coordenadora da Comissão Própria de Avaliação (CPA);
 - Prof. Dr. Valdir Golzales paixão Junior, Representante da Sociedade Civil;
 - Profa Mestre Jordana Mendes Vicentini - Representante do Corpo Docente;
 - Prof Waldemar Sartori, Coordenador Pedagógico.
-

Esta Comissão tomou por base a apreciação e análise dos dados apresentados pelas Comissões de Avaliações que passaram pela Instituição, os relatórios da Comissão Própria de Avaliação, os relatórios apresentados pela Ouvidoria, os relatórios apresentados pelos Núcleos Docentes Estruturantes e outras sugestões vindas dos Coordenadores, Docentes, Discentes e Corpo Técnico Administrativo, bem como sugestões da comunidade, com vistas à melhoria contínua das condições de oferta de ensino.

A proposta para esse novo ciclo tem o objetivo de consolidar a Instituição, em um futuro próximo, em consonância com o movimento da sociedade civil Brasileira, como detentora dos padrões de qualidade exigidos pelas Lei dos Sinaes. Esta Lei, que propugna pela eficácia institucional e efetividade acadêmica e social das



Associação de Ensino de Botucatu

atividades, é o arcabouço legal em que se apoia este documento, que se reflete na qualidade da oferta dos serviços educacionais da Instituição.

2 INTRODUÇÃO

O entendimento da complexidade do mundo atual passa por uma releitura da abordagem que se faz necessária na construção sistêmica e contínua do capital intelectual e sua interação com as premissas oriundas do universo de oportunidades oferecidas pela sociedade produtiva como um todo não mais numa linha delimitada por regiões geográficas, pela distância impostas pelas mesmas, uma vez que a interatividade entre os muitos mundos existentes está à mão de um clique.

Para que possamos nos aproximar ao máximo das premissas do ambiente externo de nossa IES, devemos considerar além das questões acadêmicas o binômio criatividade-inovação.

“Criar é o lampejo de uma solução e inovar é executar uma ideia para qual que tal aconteça.”

Carl Gustav Jung considera “criatividade um instinto a mais que o ser humano possui em relação aos animais.”

“A criatividade não é nova, tampouco a economia, mas o que é novo é a natureza e a extensão da relação entre elas e a maneira como elas se combinam para criar um valor e uma riqueza extraordinários”- John Howkins;

“Inovação, em seu sentido mais genérico e amplo pode ser definida como algo novo na execução de um determinado processo. A inovação demanda novas práticas, novos desenhos para adoção de determinadas ações gerando melhor desempenho funcional ou de produtos.”



Nem sempre a criatividade acontece para a solução de algo que esta ocorrendo ou por vir. Ela brota de uma percepção mais aguçada das necessidade mais prementes do próprio indivíduo que poderá ou não ser posta em prática. Nem sempre emerge como um insight acompanhado de possibilidade para empreender. Empreender exige percepção lógica, atitude, foco, planejamento.

São os dois hemisférios do cérebro respondendo de forma diferente: o hemisfério direito – comandado pelo lado esquerdo do cérebro – está afeito a essa percepção fina, que induz a criatividade, mas não sabe como proceder para alavancar um negócio, por exemplo. Já o hemisfério esquerdo – comandado pelo lado direito do cérebro–comanda o raciocínio lógico para tudo: planejamento, cálculo, ação.

Como incentivar tanto a criatividade quanto a capacidade de empreender dos nossos discentes?

Esse é o nosso grande e constante desafio, repensado a cada semestre em nossa IES para ser vencido coletivamente por todos agentes inseridos em nossas atividades propostas, através de estratégias cuidadosamente elaboradas pelos envolvidos nesse processo: administrativos, coordenadores, docentes e discentes.

É nesse momento que o ingressante, ou os que já estão com suas atividades em curso, se veem como indivíduos capazes de reformular seus conceitos sendo valorizados por suas contribuições, percebendo suas incertezas sendo desconstruídas, e sendo ensinados para a constante e ampla construção de seu capital intelectual, assistidos e incentivados não apenas pelos professores mas também por seus pares.

Dentro desse contexto, as Faculdades Integradas de Botucatu (Unifac) recebe seus ingressantes procurando num primeiro momento avaliar o potencial de cada um, e posteriormente, trabalhando suas competências e habilidades advindas da criatividade e produzindo inovações, tornarem-se hábeis para o empreendedorismo.



Este PDI, portanto, se apóia nesta concepção de mundo e se reflete na linha político-pedagógica, evidenciando assim seu compromisso na formação de recursos humanos qualificados para atuar onde as demandas do trabalho se apresentem.

I PERFIL INSTITUCIONAL

I.1. Histórico

A UNIFAC , Associação de Ensino de Botucatu CNPJ 50.357.029/0001-01, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, associação de utilidade pública, foi criada conforme Ata lavrada em 03/08/1979.

No ato de sua criação, a mantenedora assume as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Botucatu, (Decreto 52.215. de 1º de Julho de 1963) com os Curso de Ciências Sociais, Geografia, Pedagogia, Letras (modalidades Português e Inglês) e Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (Decreto nº 77.302 de 17 de março de 1976) com o reconhecimento dos cursos de Administração e de Ciências Econômicas.

A partir de 1979, vieram novos cursos: o de Estudos Sociais (Autorização – Decreto nº 70.996 de 17/08/1972 e Reconhecimento – Decreto nº 79.402 de 16/03/1977) o de Biblioteconomia (Portaria 1.371 de 31 de Julho de 1991), Administração Hospitalar (Portaria nº 1.316 de 26 de Julho de 1991), Serviço Social (reconhecido pela Portaria 1.760, de 24 de setembro de 1991), História (Portaria 036 de 06 de junho de 1992).

Em 1993, em razão do falecimento do Presidente da Mantenedora, Prof. Reinaldo Anderlini, assume a Presidência a Professora Cecília B. Pires Tavares de Anderlini, que até os dias hoje comanda a Instituição, sempre propondo mudanças, adequações, tudo que for pertinente para que esta continue crescendo e colaborando também para formação de profissionais atuantes no mercado.

Em 1998 a UNIFAC realizou um convênio com a Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro para a realização de Cursos de Pós Graduação, *Lato sensu*, parceria esta que se estendeu até o ano de 2005, abrangendo as regiões de Sorocaba a Botucatu Os 250 concluintes do MBA de Gestão Empresarial receberam o certificado emitido pela UNIFAC .chancelado pela FGV do Rio de Janeiro .



Associação de Ensino de Botucatu

Neste período também teve início o núcleo de Pós Graduação da UNIFAC, que propôs para comunidade os cursos *Lato sensu* nas áreas do conhecimento que a mesma atua: Administração de RH e Serviço Social (33 obtiveram o Certificado de Especialista); Educação Especial (69); Gestão de Políticas Públicas e Sociais (11); Gestão Empresarial (43); Gestão Escolar (151); Metodologia da Educação Infantil (53); Psicopedagogia (117), totalizando assim 477 Especialistas certificados pela Instituição até o momento.

Foi solicitada ao Ministério da Educação – MEC a fusão das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Botucatu e Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas no ente Faculdades Integradas de Botucatu. Isto foi realizado conforme a Portaria 1554 de 25 de setembro de 2000.

Outros cursos continuaram a serem implantados:

- Administração com Habilitação em Marketing e Comércio Exterior (Portaria nº 3007 de 30 de Agosto de 2005);
- Educação Física Licenciatura e Bacharelado (Portaria 3.099 de 09 de setembro de 2005);
- Turismo (Portaria 3.014 de 30 de Agosto de 2005);
- Ciências Contábeis (Portaria 2.994 de 30 de Agosto de 2005);
- Matemática (Portaria nº 1.816 de 22 de Dezembro de 2009);
- Secretariado Executivo (Portaria nº 1.816 de 22 de Dezembro de 2009);
- Gestão de Recursos Humanos (Portaria nº 16 de 23 de Janeiro de 2013);
- Gestão Desportiva e de Lazer (Portaria nº 112 de 7 de março de 2013).

Sempre norteada pela missão que é “Formar cidadãos capacitados para o exercício profissional, hábeis para o empreendedorismo, com visão crítico-reflexiva, criativa e ética”, a UNIFAC teve a oportunidade de participar dos seguintes programas de desenvolvimento das pessoas como cidadãos:

- Programa: Alfabetização Solidária (2005) – promovido pelo Governo Federal. Neste programa a UNIFAC teve a oportunidade de combater diretamente o analfabetismo no Brasil, capacitando 575 pessoas em 08 municípios do Estado do Ceará, 1 no interior do Amazonas, com os ribeirinhos (sendo que nessa região foram feitos os registros de nascimento dos habitantes do lugar, bem como os demais documentos legais pois os mesmos não o possuíam),
- Participou durante 03 anos do Programa Escola da Família – promovido pelo Governo Estadual, onde mais de 100 estudantes tiveram a oportunidade de atuar diretamente na comunidade na qual estavam inseridos.
- Participou do Programa de Alfabetização e Inclusão - PAI do Governo Estadual (2005-2006) onde trabalhou sistematicamente com 72 adultos no processo de alfabetização dos mesmos em Botucatu.



Mantém o Projeto denominado Universidades dos Maiores (2001), criado e desenvolvido pela própria Instituição, onde já passaram por este processo de Inclusão do Idoso na comunidade acadêmica, 360 pessoas maiores de 60 anos; também mantém o projeto Cursinho Solidário (2001), voltado para adolescentes que desejam ingressar em uma Faculdade mais não obtiveram a instrução necessária em seu ensino médio que os permitam adentrar em uma faculdade. Por este projeto já passaram mais de mil e duzentos alunos, com atividades de nivelamento em Língua Portuguesa e Matemática e Leitura e Interpretação de Textos de Atualidades. Atualmente este projeto está sendo desenvolvido em parceria com os alunos do Cursinho Desafio da Faculdade de Medicina da UNESP. A UNIFAC cede seu espaço físico além dos recursos logísticos necessários para o desenvolvimento das atividades.

Manteve por doze anos a participação em outros projetos sociais na cidade de Botucatu, sendo eles: Centro de Convivência do Idoso, Projeto CRAMI, Projeto Jardim Aeroporto, Projeto Cidadão do Futuro, Projeto Adolscer, Projeto Jardim Monte Mor, Projeto Reforço Escolar na UNESP. Atualmente estes projetos estão sendo mantidos pela iniciativa municipal, mas durante todo o período em que os mesmos necessitaram se consolidar a UNIFAC manteve os mesmos, fornecendo assistência de mão de obra, consultoria na formação pedagógica, documental e financeira. Podemos afirmar que se hoje eles estão sólidos é porque a Instituição fez todo o trabalho necessário para que eles pudessem caminhar. Mantem também o Projeto Institucional que concede Bolsas de Estudo para alunos carentes com destacado desempenho acadêmico.

Atualmente estão em funcionamento os cursos de Graduação de Administração, Ciências Contábeis, Educação Física (Licenciatura e Bacharelado), Gestão de Recursos Humanos, Pedagogia e Serviço Social, os demais cursos deixaram de ter a demanda necessária para que prosseguissem em funcionamento, Esse fato é atribuído também à curva descendente dos egressos do Ensino Médio.

I.2. Missão Institucional

As atividades acadêmicas das Faculdades Integradas de Botucatu – FIB's fundamentam-se na sua missão:

“Formar cidadãos capacitados para o exercício profissional, hábeis para o empreendedorismo, com visão crítico-reflexiva, criativa e ética.”

I.3 Visão e Valores

- **Visão**



Desenvolvemos nossas atividades com qualidade e transparência nas diferentes áreas do saber por ela disponibilizadas, contribuindo de forma contínua para o desenvolvimento sócio-cultural-econômico da região onde está inserida, bem como da sociedade brasileira.

- **Valores**
- Ética,
- Equidade,
- Compliance,
- Responsabilidade Social

I.4. Objetivos e Metas

Com base na missão anteriormente explicitada, as FIB's tem:

Objetivos

- Incentivar o espírito empreendedor dos alunos e promover sua autonomia intelectual para a aprendizagem permanente.
- Manter permanente interlocução com a comunidade de Botucatu e região, através da sociedade civil organizada, de empresas, de institutos, universidades, visando promover a atualização dos currículos.
- Qualificar, permanentemente, o corpo docente e o corpo técnico-administrativo.
- Manter processos contínuos de avaliação institucional e de cursos.
- Alcançar conceitos de excelência para a maioria dos cursos de Graduação.
- Proporcionar boas condições de trabalho à comunidade acadêmica.
- Buscar o exercício da ética em todas as suas relações.

Metas

CRONOGRAMA

METAS	ANO I (2021)	ANO II] (2022)	ANO III (2023)	ANO IV (2024)	ANO V (2025)
Melhoria na Infraestrutura	Investir 3,5% Faturamento Liquido	Investir 3,0% Faturamento Liquido	Investir 3,0% Faturamento Liquido	Investir 3,0% Faturamento Liquido	Investir 3,0% Faturamento Liquido
Investir no Acervo	Investir 1,5%	Investir 3,00%	Investir 1,5%	Investir 1,5%	Investir 1,5%



Associação de Ensino de Botucatu

Bibliográfico	Faturamento Líquido	Faturamento Líquido	Faturamento Líquido	Faturamento Líquido	Faturamento Líquido
Solicitar dois Cursos novos de graduação			Nutrição	Fisioterapia	
Oferecer cursos Lato sensu	1	1	1	1	1
Promover Cursos Livres de Capacitação dos docentes, discentes, Comunidade.	04 Cursos livres/ Ano	04 Cursos livres/ Ano	04 Cursos livres / Ano	04 Cursos livres / Ano	04 Cursos livres / Ano
Promover cursos de Extensão	03 cursos ano	03 cursos ano	03 cursos ano	03 cursos ano	03 cursos ano
Convênios de Cooperação no país em Pós Graduação	01 por ano	01 por ano	01 por ano		
Avaliação Institucional	01 por ano	01 por ano	01 por ano	01 por ano	01 por ano

I.5. Áreas de Atuação Acadêmica

Área de Atuação Acadêmica	Graduação
Ciências Sociais Aplicadas - Tecnológica	Gestão de Recursos Humanos
Ciências Sociais Aplicadas	Administração, Ciências Contábeis, Serviço Social
Ciências Humanas	Pedagogia, Educação Física - Licenciatura
Ciências da Saúde	Educação Física - Bacharelado.

II PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL - PPI

II.1. Inserção Regional

Botucatu é conhecida como “cidade dos bons ares”, pelo excelente clima que se respira. O nome do município vem de *ybytukatu*, que, em língua tupi, significa “vento bom”. Os mistérios e lendas que ainda envolvem Botucatu datam do período pré-cabralino, quando teria sido ponto de passagem no caminho para o Peabiru, trilha lendária que ligava o litoral atlântico a terras peruanas. O Povoamento, de fato, teve início entre o Ribeirão Lavapés e a Praça Coronel Moura, onde se concentrava parte da tribo dos índios Caiuás.

Os primeiros sinais de crescimento vieram em 1830, quando fazendeiros decidiram subir a Cuesta e povoar as terras ainda desabitadas. Em 23 de dezembro de 1843 – doação de terras para a criação do Patrimônio da Freguesia de Sant’Anna de Botucatu, pelo Capitão José Gomes Pinheiro Vellozo, é considerada, para efeitos históricos, a data de Fundação de Botucatu.

Em 19 de fevereiro de 1846 ocorreu criação da Freguesia do Distrito do Cimo da Serra de Botucatu. Em 14 de abril de 1855, elevação da Freguesia à categoria de vila e emancipação político-administrativa. Em 20 de abril de 1866, criação da Comarca de Botucatu. Em 16 de março de 1876, elevação da vila à categoria de Cidade (Lei n. 4370, de 7 de abril de 2003).



Associação de Ensino de Botucatu

[http://www.ciesp.com.br/botucatu/sobre/cidade-sede/#:~:text=PIB%20\(milh%C3%B5es\)%3A%204%20186,botucatu.sp.gov.br](http://www.ciesp.com.br/botucatu/sobre/cidade-sede/#:~:text=PIB%20(milh%C3%B5es)%3A%204%20186,botucatu.sp.gov.br)

Botucatu está localizada na região centro sul do Estado, a 224,8 Km da capital, com ligação feita pelas Rodovias Marechal Rondon e Castelo Branco. É um espaço econômico de relevante dinamismo, estruturado na diversificação produtiva agrária, agroindustrial, indústria florestal, indústrias de bens de produção, comércio e serviços diversos. Neste contexto, o município de Botucatu também se posiciona com relativa liderança no cenário micro regional, atraindo parte significativa das demandas do seu entorno para um comércio local relativamente forte e a sua oferta de serviços, consolidando um complexo empresarial bem diversificado. Seu dinamismo recente também aqueceu o setor da construção civil.

Na Figura a seguir tem-se em destaque o município de Botucatu e os demais circunvizinhos. É nesta região que se desenvolvem as atividades das FIBs, que reafirmam a cada momento seu compromisso com o desenvolvimento regional.



Região Geo-Educacional
de Botucatu



A área de influência de Botucatu estende-se principalmente por 11 municípios (Anhembi, Areiópolis, Barra Bonita, Bofete, Conchas, Itatinga, Pardinho, Porangaba, Santa Maria da Serra, Torre de Pedra, São Manuel). O município de Botucatu é considerado pólo tendo em vista sua articulação com os municípios situados num raio de 100 km, pelas condições de acesso (interligados pelas rodovias Marechal Rondon e Castelo Branco) e por oportunizar trabalho e formação profissional.

A população de Botucatu é de 148.130 habitantes (Estimativa do IBGE - 2020), com taxa de urbanização de 96,35% (2010).

A seguir são apresentados alguns índices econômicos e sociais de Botucatu antes da ocorrência da Pandemia de COVID-19, uma vez que ainda não se dispõe de dados referentes a 2020. Tais índices fornecem indícios para que se possa avaliar a que ponto o município deverá retornar ou superar quando as condições de vida da população voltarem à normalidade.

O PIB Municipal a preços correntes foi de R\$ 4.29 bilhão em 2012 (IBGE/IPEA), sendo o 222º município brasileiro neste quesito. Seu PIB per capita também, a preços correntes em 2018 foi de R\$ 31.925,21 (IBGE / IPEA), o mais significativo em sua micro região. A taxa geométrica de crescimento anual (2010/2012) foi de 1,18, superior à região e ao estado. O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de foi 0,800 em 2010 (PNUD), considerado alto comparado a média Estadual e Nacional.

Em 2018, o salário médio mensal era de 3.1 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 30.2%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 52 de 645 e 132 de 645, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 164 de 5570 e 480 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 29.5% da população nessas condições, o que o colocava na posição 447 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 4782 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

O Índice de Gini (que mede o grau de concentração de renda) em 2010 = 0,526. Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município: 5,51% trabalhavam no setor agropecuário, 0,03% na indústria extrativa, 16,85% na indústria de transformação, 7,51% no setor de construção, 1,15% nos setores de utilidade pública, 13,87% no comércio e 50,94% no setor de serviços. A projeção do IBGE (2020) para a população economicamente ativa é de 30,2%.

Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 4,94% eram analfabetos, 61,46% tinham o ensino fundamental completo, 47,70% possuíam o ensino médio completo e 18,80%, o superior completo. Havia também 18,72% cursando o Ensino Superior. Considerando que o percentual de Jovens com ensino superior em Botucatu ainda é de 18,80%, há portanto espaço para crescimento atingindo os níveis solicitados pelos Planos de Educação, tanto na esfera municipal, estadual, federal.



Ainda no âmbito educacional, foram realizadas 1.120 matrículas no ensino médio público e 405 no ensino médio particular (CENSO ESCOLAR INEP, 2014). Considerando-se que 10% dos alunos que concluem o ensino médio público se encaminham para o ensino superior no ano seguinte à conclusão, a Instituição tem desenvolvido estratégias para atrair a demanda por ensino superior dos municípios próximos, além daqueles egressos dos anos anteriores de Botucatu e região. Além disso, o público que frequenta o ensino médio particular tem interesse em estudar em Universidades Públicas, evidenciando o perfil dos alunos que tem interesse em ingressar nos cursos da UNIFAC-FIBs, qual seja, alunos trabalhadores, que concluíram o ensino médio público nos 3 anos anteriores ao ingresso no ensino superior. Este dado é corroborado pelos obtidos junto aos ingressantes, a partir do preenchimento do Questionário Sócioeconômico quando realizam suas matrículas.

Analisando-se o número de domicílios e, particularmente, o índice de domicílios ocupados por habitante, tem-se uma ideia clara de que o processo de urbanização da região é uma realidade incontestável.

Quanto às informações sobre a condição sócio-econômica, produção industrial, comercial e de prestação de serviços, denotam duas situações típicas: a potencialidade industrial, comercial e de prestação de serviços da região e também a liderança econômica exercida pelo município de Botucatu.

Ressalta-se o número de estabelecimentos comerciais e industriais em Botucatu. Segundo dados do CIESP – Centro de Indústrias do Estado de São Paulo existem 122 associados do município de Botucatu, o que sinaliza para a existência de demanda por profissionais da área administrativa e contábil.

Dado a estes índices, considerando as informações de 2019 e devido a economia diversificada e números expressivos quanto a geração de riqueza e empregos, Botucatu foi classificada novamente como uma das cem melhores Cidades para se investir no país. O estudo, promovido pela consultoria Urban Systems, consiste em uma análise qualitativa do perfil social, demográfico, econômico e de infraestrutura urbana de 317 municípios com mais de 100 mil habitantes em todo o território brasileiro.

II.2. Âmbito de Atuação

As FIB's contemplam nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, uma ampla gama de possibilidades de atuação junto à comunidade onde está inserida. Esta atuação ocorre através dos Laboratórios dos Cursos, dos Estágios e dos Projetos mantidos pela Instituição.

Além de serem espaços para o desenvolvimento da relação didático-pedagógica, inquestionavelmente oportunizam a formação do cidadão e favorecem a comunidade, permitindo-lhes acesso a serviços de excelente qualidade, sob orientação de profissionais gabaritados.

Atuando nestes espaços os alunos mobilizam os saberes adquiridos em situações reais, complexas, a partir da análise de situações e ações, para derivação do conhecimento. Trabalham com resolução de problemas, propondo tarefas complexas, na medida da necessidade, ao mesmo tempo em que têm



despertado o interesse e a responsabilidade na elaboração e execução das ações junto à comunidade.

II.3. Princípios Filosóficos

As FIB's têm seu perfil estabelecido a partir da Missão Institucional, o que se reflete na sua visão de ensino, iniciação científica-pesquisa, extensão, estágios e atividades complementares.

A visão e missão educacional da Instituição são marcadas pela busca da excelência em suas atividades e pela pertinência ao contexto onde se encontra. Trata-se, portanto, de uma instituição educacional que contribui na formação de profissionais da região de Botucatu, bem como investe no crescimento e desenvolvimento da região, através de seu *locus* de atuação, promovendo um constante esforço de inovação e aprimoramento de suas atividades.

As FIB's distinguem-se também por suas diretrizes pedagógicas, tendo como base filosófica o processo de desenvolvimento de competências, dentro da visão construtivista de conhecimento, tendo como alvo o educando ativo, responsável pelo seu processo de educação. Como desdobramento disto, trabalha-se pela interação teoria e prática, pela referência ética e pela práxis responsável da cidadania, bem como pela participação e intervenção social.

Linhas Orientadoras da Instituição

A proposta pedagógica, eixo nuclear do planejamento de projetos da instituição, tem como base filosófica os quatro pilares da Educação para o século XXI: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto, aprender a ser.

II.4. Princípios Técnico-Methodológicos

A articulação sinérgica dos componentes curriculares- “que ensinar?”, “quando ensinar?”, “como ensinar?”, “que, quando e como avaliar” - é de grande valor didático-pedagógico à concretização das intenções educativas.

A construção de competências focalizada em uma concepção construtivista de ensino e aprendizagem conduz “ao ensino centrado no aluno”, ou seja, ao ensino que leva o aluno a construir o seu próprio conhecimento, a aprender a aprender. Segundo especialistas da área da educação “a ideia-força do construtivismo ressalta a contribuição construtiva realizada pelo aluno ao próprio processo de aprendizagem, isto é, faz que se conceba a aprendizagem escolar como um processo de construção do conhecimento a partir de conhecimentos e experiências prévias, e o ensino como uma ajuda a esse processo de construção”.

Esse referencial teórico, exigido na construção de competências e habilidades, constitui-se em uma mudança de paradigma, de uma concepção pedagógica de transmissão-recepção a uma aprendizagem por descoberta. Competência sempre envolve desempenho, alguma forma de atuação, ligada em “situações”. Competência e situação estão profundamente ligadas, quer na



construção como na sua avaliação. As competências e habilidades são construídas em situações que envolvem um processo ativo do ponto de vista do aluno, daí a utilização de aulas expositivas dialogadas, projetos, seminários, estudo de caso, dinâmica de grupo etc e, por vezes, mediados pelas novas tecnologias de comunicação. Em situações em que há um claro problema de ordem da saúde, social e econômico, há que se utilizar de meios que permitam que o aprendizado se consolide sem ser influenciado além do necessário por estes fatores.

Com a irrupção da Covid 19, fez-se necessária a utilização do ensino remoto, que foi objeto do Parecer CNE/CP nº 5 de 28 de abril de 2020, que tratou da “reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19”; do Parecer CNE/CP nº 9, de 8 de junho de 2020, que retomou essa temática, com o reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2020; e Parecer CNE/CP nº 11, de 7 de julho de 2020, que definiu “Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia”. Tal assunto culminou na Resolução CNE/CP nº 2 de 10 de dezembro de 2020. Na Resolução fica estabelecido que durante o estado de calamidade reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, podem ser desenvolvidas atividades pedagógicas não presenciais vinculadas aos conteúdos curriculares de cada curso, por meio do uso de tecnologias da informação e comunicação, para fins de integralização da respectiva carga horária, desde que respeitadas as DCNs, observada a carga horária indicada ou referenciada.

Esta abordagem subjacente nas DCNs, desenvolver-se-á, por certo, de modo gradativo e por aproximações sucessivas, no contexto de uma pedagogia tradicional ainda presente no sistema de ensino nacional.

A respeito da utilização das tecnologias da comunicação, é respaldada pela Portaria no 2.117 de 06 de dezembro de 2019 que dispôs sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância – EAD em cursos de graduação presenciais. Sendo assim, quando trata da organização pedagógica e curricular nos Projetos Pedagógicos de seus cursos de graduação as FIBs inserem Educação a Distância até o limite de 40% da carga horária total do curso, conforme determina a referida Portaria.

II.5. Organização Didático-Pedagógica da Instituição

- Plano para atendimento as diretrizes pedagógicas:

II.5.1. Inovações Consideradas Significativas, Especialmente Quanto a Flexibilidade dos Componentes Curriculares

As Faculdades Integradas de Botucatu/FIB's mantidas pela UNIFAC – Associação de Ensino de Botucatu, em seu referencial de atender às finalidades/objetivos do ensino superior (LDB) e em sua Missão “Formar cidadãos capacitados para o exercício profissional, hábeis para o empreendedorismo, com visão crítico –



reflexiva, criativa e ética”, em sua inserção social contribui para atendimento às reais demandas do mercado de trabalho com uma flexibilidade de oportunidades de formação de recursos humanos, através dos Cursos de Administração, Ciências Contábeis, Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, Serviço Social, Pedagogia (Licenciatura) e Educação Física (Licenciatura e Bacharelado). Em um sistema seriado de ensino/aprendizagem, em regime semestral, a multidisciplinaridade, incorporando recursos tecnológicos, a flexibilidade (a organização de conteúdos no interior das disciplinas) em função do conteúdo, “saber”, “saber fazer” e “saber ser” (Coll, 1987), o tratamento metodológico em sua diversidade que integrem a vivência e a prática, ao longo do processo formativo, caracterizam o desenvolvimento das competências/habilidades em seus componentes. A contextualização, relações entre conteúdos e contextos para dar significado ao aprendido, em consonância com as reais demandas socioeconômicas, a realidade do mundo do trabalho e os significantes para o aluno, no próprio processo de aprendizagem.

Em um processo inter-relacionado de conhecimentos, habilidades e atitudes temos a seguir, de acordo com Coll (1987) uma classificação de conteúdo, em sua unidade e integração funcional: 1. Saber – “O que se deve saber”, Saber fazer – “O que se deve saber fazer” e Saber ser – “Como se deve ser”, em um conceito orientador de competência: “Competência, ... é aqui entendida não apenas como o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários para atender determinada atividade, mas também como desempenho expresso pela pessoa em determinado contexto, em termos de comportamentos e realizações decorrentes da mobilização e aplicação de conhecimentos, habilidades e atitudes no trabalho” (CARBONE, Pedro Paulo e outros, 2005).

Uma pedagogia das diferenças deverá estar presente no processo de ensino/aprendizagem. Resumidamente, em sua complexidade, segundo Perrenoud (2001), envolve: “1. O tratamento de certas diferenças favorece os favorecidos: é normal que o professor se interesse de forma bastante espontânea pelos alunos que se parecem com ele, que respeitam as regras de comportamento, que trabalham e participam de seu jogo; porém tende a gostar um pouco menos, podendo chegar a rejeitar os que se desviam da norma ...”; “2. O tratamento de certas diferenças favorece os desfavorecidos: abrange medidas de suporte e apoio aos alunos em dificuldade e, evidentemente, as tentativas modestas, ambiciosas da pedagogia individualizada;” “3. O tratamento de certas diferenças não favorece os favorecidos nem os desfavorecidos: na interação social, praticam constantemente discriminações que refletem nossas preferências singulares, nossa falta de constância, nossas mudanças de humor ...” Um canal de atenção as diferenças individuais é operacionalizar programas de acolhimento ao aluno – programas de nivelamento, psicopedagógico.

II.5.2. Oportunidades Diferenciadas de Integralização Curricular

Explicitado no Regimento da Instituição e na LDB refere-se ao abreviamento de duração de curso para alunos que “tenham extraordinário aproveitamento de estudos”. Da LDB e acolhimento pelo Regimento da Instituição: “Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino”. (parágrafo 2º, Artigo 47/LDB)). “... é uma questão didática e não administrativa, que se refere à capacidade do aluno e não ao interesse do mantenedor” (Nathanael e outros, 1997). Diz respeito sobre o decurso das atividades curriculares do curso – o tempo mínimo e máximo de integralização. Assim, em função da organização dos cursos e às condições de aprendizagem dos alunos, dará atendimento aos de aproveitamento excepcional e os de ritmo mais lento.

- **Critérios de aproveitamento e procedimentos de avaliação de competências profissionais anteriormente desenvolvidas**

As competências adquiridas em cursos regulares serão reconhecidas mediante análise detalhada dos programas desenvolvidos, à luz do perfil profissional de conclusão do curso.

As competências profissionais adquiridas no trabalho serão reconhecidas através de avaliação individual.

O aproveitamento de competências profissionais anteriormente desenvolvidas para fins de prosseguimento de estudos nos Cursos da Instituição deverá obedecer aos seguintes critérios:

- **Competências profissionais adquiridas em cursos superiores regulares**

As competências adquiridas poderão ser aproveitadas mediante o exame das situações a seguir:

- a. Se o conteúdo programático da disciplina cumprida pelo aluno for idêntico ao conteúdo a ser cumprido no Curso das FIBs, dá-se diretamente o crédito do programa.
- b. Se a carga horária cumprida pelo aluno for igual ou superior à carga horária a ser cumprida no Curso das FIBs, dá-se diretamente o crédito de carga horária.
- c. Se a análise atender a ambos os itens anteriores, dá-se crédito da disciplina, imediatamente.
- d. Se houver divergência de programa, mas 75% (setenta e cinco por cento), no mínimo, for idêntica ou considerada importante e, se a carga horária for a mesma ou igual, dá-se o crédito da disciplina imediatamente.



- e. Se for identificada defasagem em função do preceituado anteriormente, tanto de programa como de carga horária, rejeita-se o aproveitamento e o aluno fica obrigado a matricular-se e cursar novamente a disciplina.

- **Competências profissionais adquiridas no trabalho**

As competências adquiridas no trabalho serão reconhecidas através de avaliação individual. O conhecimento do nível de domínio que o candidato adquiriu das competências é bastante complexa, em função do perfil profissional do egresso, o que implica o uso de instrumentos adequadamente elaborados e aplicados por comissão examinadora.

II.5.3. Atividades Práticas e Estágio

A presença da prática na formação de recursos humanos, que não prescinde de procedimentos de observação, reflexão e ação direta em situações contextualizadas, vitalizam as atividades educativas na construção/avaliação de competências/habilidades, manifestando o aluno que o aprendido é eficiente no tratamento de uma situação real e determinada.

Na Instituição, em sua organização didático-pedagógica, todas as disciplinas no seu interior, em seus conteúdos, têm uma dimensão prática - conteúdo procedimental (teórico-prático). Não se restringe ao Estágio Curricular Supervisionado ou às Atividades Complementares.

Segundo Zabala (1999), “Um conteúdo procedimental, que inclui entre outras coisas, as regras, as técnicas, os métodos, as destrezas ou habilidades, as estratégias, os procedimentos – é um conjunto de ações ordenadas e com finalidades, quer dizer, dirigidas à realização de um objetivo” “ ... ao falar de conteúdos procedimentais aludimos a um conjunto de “saber fazer”.

A organização e gestão das Atividades Complementares, em suas várias modalidades, numa crescente complexidade básica a um nível intermediário e avançado, de acordo com as necessidades de formação escolar, visam a criar um processo como um todo interligado de atividades do “saber” (fundamentação teórica), através de componentes curriculares dos respectivos semestres, como Pesquisa Educacional, Leitura e Produção de textos, Informática, bem como as demais disciplinas com seus conteúdos em suas dimensões conceituais, procedimentais e atitudinais; destaque-se o “saber fazer” (teórico-prático), espaço físico-temporal traduzido em atividades semi-presenciais que preconizam a implementação de Pesquisa (Iniciação Científica) Projetos, Jogos de Empresa, Estudo de Casos, Monografia, Seminário, Visita Técnica e outras. Acrescente-se, como participação autônoma e responsável do aluno, Congressos, Palestras, Viagens de Estudo, Estágio Extracurricular, Cursos de Extensão, Eventos Técnico-Científico-Culturais etc.

Para uma aprendizagem significativa, a formulação de temas junto com os discentes de natureza geral ou específica ou, quando necessário, temas da atualidade e desenvolve-los em unidades “atividades-conteúdos”, implicando em



“saber fazer” na área das atividades complementares, favorecendo, por vezes, alunos desfavorecidos em seu ritmo de aprendizagem.

As Atividades Complementares (Atividades Acadêmico-Científico-Culturais) e o Estágio Curricular Supervisionado, concernentes aos cursos da Instituição, obedecem a Regulamentos aprovados pelo Conselho Acadêmico.

O Parecer CNE/CP nº 28/2001 distingue a prática como componente curricular do estágio supervisionado. A prática como componente curricular é, pois, uma prática que produz algo no âmbito do ensino. Sendo a prática um trabalho consciente (...) de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico-científica. Assim, ela deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico ...”.

“Por outro lado, é preciso considerar um outro componente curricular obrigatório integrado à proposta pedagógica: estágio curricular supervisionado de ensino entendido como o templo de aprendizagem que, através de um período de permanência, alguém se demora em algum lugar ou ofício para aprender a prática do mesmo e depois poder exercer uma profissão ou ofício. Assim o estágio curricular supervisionado supõe uma relação pedagógica entre alguém que já é um profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um aluno estagiário. Por isso é que este momento se chama estágio curricular supervisionado”.

O estágio curricular supervisionado é um componente curricular obrigatório da matriz curricular de todos os cursos da Instituição, “sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades do trabalho acadêmico”. (Resolução nº 2, de 2015).

Na construção de competências que engloba conhecimentos inter-relacionados a habilidades e atitudes o estágio curricular supervisionado constitui-se um espaço de tempo e lugar teórico-prático para a construção/reconstrução/avaliação de “competências virtuais” (arroladas no programa de formação do perfil do egresso) e, “competências efetivas” (mobilizadas em situações reais de trabalho). Está implícito em todo desenvolvimento de competência “uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles” (Perrenoud, 1999). A relação teoria-prática – saber/saber fazer/saber ser deverá ser entendida como eixo articulador da construção de conhecimentos na dinâmica do planejamento educacional da Instituição.

Segundo o PDI, PPI e PPC da Instituição, a operacionalidade do estágio curricular supervisionado está articulada com os sistemas e redes de ensino da educação, bem como com a diversidade de empresas da região.

O estágio constitui um canal de avaliação da organização e funcionalidade do projeto pedagógico do curso, no alcance dos objetivos propostos.

II.5.4. Desenvolvimento de Materiais Pedagógicos

A produção de material pedagógico para os próprios cursos e pelo corpo docente, compõe-se dos seguintes:



Associação de Ensino de Botucatu

Material pedagógico produzido pelos professores, relativamente aos conteúdos explorados em suas aulas, também postado na URL: www.unifac.edu.br - Central do aluno – Materiais pedagógicos

Trata-se de material cuja utilização pode ser feita nas seguintes situações:

1. Antes da aula, para que os alunos possam ir à aula contando com o aporte teórico necessário para a aplicação de situações problemas em forma de exercícios, compondo a denominada “Sala de Aula Invertida”, que é um modelo colaborativo de aprendizagem, Neste modelo o aluno acessa o material do professor, fora da classe, no horário que lhe for mais conveniente, enquanto as questões problemas são aplicadas em grupo, em sala de aula.
2. Como material de apoio para estudar para as avaliações.

Além desses, em virtude da Resolução nº 2/2015 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, que prevê um total de 400 horas para Atividades Práticas, a elaboração de material pedagógico atenderá às características estabelecidas na referida Resolução, constituindo-se num tempo/espaco de elaboração de material pelo aluno sob a supervisão do professor. Este material poderá ser de apoio para as atividades do Estágio e da própria prática do futuro profissional. Poderá ser utilizado pelos alunos que os produziram, por alunos de outras turmas e nas futuras aulas dos professores responsáveis pelos conteúdos e metodologias presentes nos currículos.

A Resolução 2 de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, estabelece no capítulo que trata da Formação Inicial do Magistério da Educação Básica em Nível Superior, item III, alínea d, o Núcleo de Estudos Integradores para enriquecimento curricular. Este Núcleo prevê, entre outros, a participação dos alunos em atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social. Em virtude disto, foi instituída a Revista Reticências, que em 2021 estará em seu segundo ano e contém uma coletânea de pesquisas dos alunos do 5º semestre do curso de pedagogia e que participam das atividades do Núcleo de Estudos Integradores.

Além disso, as FIBs investem na elaboração de materiais pedagógicos, dedicando especial atenção aos documentos norteadores da existência da Instituição e dos programas educacionais que oferece.

Assim, os materiais pedagógicos produzidos pela Instituição são:

- Plano de Desenvolvimento Institucional;
- Projeto Pedagógico dos Cursos;
- Planos de Curso e Planos de Aula;
- Avaliação Institucional Interna;
- Regulamento de Estágio Supervisionado;



- Regulamento das Atividades Complementares;
- Orientações para os Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC;
- Regulamento da Empresa Júnior;
- Regulamento do Escritório Modelo.

Estes documentos encontram-se disponíveis na página da instituição: www.unifac.edu.br e há cópias dos mesmos na Biblioteca para consulta daqueles que o desejarem.

Há também uma íntima relação entre a Biblioteca e canais eletrônicos na produção dos trabalhos acadêmicos/científicos/culturais.

II.5.5. Incorporação de Avanços Tecnológicos

Os objetivos da incorporação dos avanços tecnológicos são: 1.a valorização da autoaprendizagem, o incentivo à formação permanente, a pesquisa de informações básicas e das novas informações, o debate, a discussão, o diálogo, o registro de documentos, a elaboração de trabalhos, a construção da reflexão pessoal, a construção de artigos e textos; 2. o desenvolvimento da interaprendizagem: a aprendizagem como produto das inter-relações entre as pessoas. Sob este aspecto, a informática abre um mundo de experiências e contatos, levando-se em consideração o possível número de pessoas contatáveis, a rapidez e o imediatismo desses contatos (professor e alunos passam a se encontrar não apenas na aula, mas a todo momento, por meio do correio eletrônico, dos chats etc).

Tem havido importantes avanços tecnológicos na instituição e os mais relevantes são:

1. Biblioteca, com acervo aberto, informatizada para absorver a demanda de acessos à base de dados nacionais e internacionais, obtenção de trabalhos, solicitação de bibliografia de outras bibliotecas etc, dinamizando o acesso à informação, a aprendizagem autônoma.

1A. Biblioteca virtual – Implantada para proporcionar uma experiência importante, com navegação intuitiva e sistema operacional; permite integração com os sistemas LMS e intranet; acervo multidisciplinar e recursos avançados de Acessibilidade.

2. Laboratório de informática totalmente reformado, para atender às necessidades dos currículos e também facilitar o acesso dos alunos à informática. Está munido de softwares e hardwares consentâneos com as demandas dos Projetos Pedagógicos dos Cursos;

3. Escritório Modelo informatizado, possibilitando o acesso à programas da Área de Contabilidade, estabelecendo o uso desses programas em situações reais de trabalho;

4. Núcleo de Apoio Contábil Fiscal da Receita Federal – NAF, estabelecido em parceria com a Receita Federal – Bauru, em que os alunos poderão prestar



serviços à comunidade, dentro da área de competência estabelecida pela Receita. Os alunos do Curso de Ciências Contábeis tem contato com a Receita Federal por via eletrônica, obtendo as orientações e os materiais necessários ao bom desempenho de suas tarefas, em clima colaborativo;

5. Rede wifi em toda a área da Faculdade, com disponibilidade para a comunidade acadêmica.

6. Programa de Folha de Pagamento implantado nos equipamentos utilizados pelo Curso de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos que possibilita a tomada de decisões baseada em fatos da realidade, via eletrônica;

7. A utilização dos e-mails de cada classe, para que os alunos e seus professores possam estar permanentemente em contato, além dos alunos com seus pares.

8. Criação de uma plataforma própria, personalizada, a partir das especificidades dos alunos e das necessidades Institucionais, composta de ferramentas que possibilitam a realização das aulas virtuais e videoconferência. Tais instrumentos estão à disposição da comunidade acadêmica com acesso por meio de login e senha.

II.6. Políticas de Ensino

Uma prática pedagógica direcionada para três abordagens inter-relacionadas: os desafios da sociedade moderna em movimento, em constante transformação, o homem em processo de contínuo processo de construção/reconstrução e uma educação que objetiva uma transformação social. Abordagens, cada uma em sua dimensão:

- 1- Os desafios de uma sociedade da informação e do conhecimento, globalizada, digital, em constante movimento, transformações, exigindo o desenvolvimento, em todos os cidadãos, da capacidade de aprender ao longo da vida;
- 2- O homem em processo de construção/reconstrução através de um ensino com base em competências, em ações nas quais mobilizam de maneira global componentes atitudinais, procedimentais e conceituais;
- 3- Uma educação que tem como pressuposto básico a busca de transformação social. Uma proposta progressista, transformadora, objetivando a construção/reconstrução de uma sociedade mais justa e igualitária. Neste direcionamento, uma prática pedagógica problematizadora, levando em consideração o histórico sociocultural dos alunos.

A Construção do Homem

Como vimos, sucintamente, pronunciar-se sobre educação em nossa sociedade pressupõe abordar sobre o modelo de sociedade que se deseja construir através da educação escolar, e sobre o modelo de pessoas e de cidadão que a constituirá.



A organização didático-pedagógica que tem em sua concretude maior a construção dos Projetos Pedagógicos dos diferentes Cursos tem como referencial de orientação e análise a concepção construtivista do ensino e da aprendizagem. Explicitando, o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é um instrumento teórico-metodológico elaborado pelo curso, de forma coletiva e participativa, com a finalidade de organizar e gerir as atividades educativas no alcance das políticas institucionais propostas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), numa abrangência conceitual com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), que traduzem a filosofia de trabalho, a missão, valores e as diretrizes pedagógicas que orientam e direcionam as atividades do ensino e da aprendizagem na formação de recursos humanos.

O ponto de partida para a construção de um projeto educativo real, de efetivo desenvolvimento, é ter conhecimento da realidade presente, consciência do que se quer e, em um enfoque pedagógico, clareza de que estamos pautados em determinadas concepções de educação e as demandas do mercado de trabalho e da sociedade.

Os sistemas de ensino em seus diferentes níveis estruturais, a macroestrutura (administração geral), a mesoestrutura (a escola) e a microestrutura (a relação didática/sala de aula), inseridos em um mundo globalizado, marcados por abundante riqueza informativa decorrente da revolução tecnológica, sofrem inúmeras influências (pressões) em sua estrutura organizacional e funcional.

Consideremos que, há inúmeras influências (pressões) sobre a organização, orientação e desenvolvimento da organização didático-pedagógica (em sua concretude o projeto pedagógico de curso), principalmente em nível da relação didática – um triângulo interativo composto de um professor, os alunos e o conteúdo. Em uma breve visão global do sistema de ensino, em seus diversos níveis estruturais, destacamos as finalidades da educação, objetivos gerais, normas reguladoras do sistema etc.

Inseridos em um ambiente planetário, com uma economia globalizada, uma sociedade da informação e conhecimento, com extraordinário avanços científico – tecnológicos, os sistemas de ensino têm que operar frente a vários desafios. O ensino superior em sua macroestrutura, com sentido de adaptabilidade e flexibilidade às exigências sociais de diferentes nuances, mercado de trabalho etc, tem em sua Administração Geral, órgãos orientadores e reguladores de organização e gestão, como o Ministério da Educação (MEC), o Conselho Nacional de Educação (CNE) e uma legislação pertinente, a Constituição Federal de 1988, a LDB (Lei nº 9.394/96), etc.

O ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário. Na LDB estão explicitadas as finalidades do ensino superior ... “estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo”. “... formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento”. “... incentivar o trabalho de pesquisa e investigação, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão a cultura...”. “promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos ...” Pareceres e Resoluções do Conselho Nacional



de Educação (CNE) estabelecem diretrizes curriculares, orientações para a elaboração dos projetos pedagógicos dos diferentes cursos o ensino superior.

Entre outros elementos a considerar na organização das atividades educativas há formulações outras de instâncias internacionais (UNESCO), como exemplo, o informe Delors (1996) que estabelece quatro pilares fundamentais para a educação do século XXI: “aprender a conhecer”, “aprender a fazer”, “aprender a viver juntos” e “aprender a ser”. Ainda, em seu nível de organização, a Instituição, tem como referencial sua Missão Institucional.

Outros elementos, como Regulamentos de Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares (Atividades Acadêmico Científico – Culturais), Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Núcleo Docente Estruturante (NDE) e Conselho de Curso, construídos e aprovados pela Instituição, são instrumentos de acompanhamento e avaliação das atividades educativas dos diversos cursos.

Ao final desta parte, já que os sistemas de ensino são hierarquizados, destacamos a microestrutura (a relação didática), o local do ensinar e aprender, é determinado pelas finalidades e objetivos educacionais – resultados esperados da aprendizagem dos alunos definidos em termos de competências e habilidades.

O Perfil do Egresso

Revisitando Pareceres e Resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE), a organização curricular dos cursos devem contemplar o desenvolvimento de competências/habilidades, gerais e específicas, definidas no perfil do egresso do curso.

O termo competência tem várias conotações. Para enriquecer este texto, recorreremos ao trabalho de um grupo de professores da FVC Management, reconhecidos pela competência acadêmica e sua prática. Na obra *Gestão por Competência e Gestão do Conhecimento* (2005), os autores ressaltam que, o uso frequente do termo competência no campo empresarial, resultou que este adquirisse várias conotações, daí a existência de duas grandes correntes, Dutra (2004):

1. “ entende competência como um estoque de qualificações (conhecimentos, habilidades e atitudes) que credencia a pessoa a exercer determinado trabalho” (Boyatzis, 1982 e McClelland, 1973);
2. “... associa a competência não a um conjunto de qualificações do indivíduo, mas sim às realizações da pessoa em determinado contexto, ou seja, aquilo que ele produz ou realiza no trabalho “ (Dutra, 2004).

Da junção das duas grandes correntes, uma definição:

“A competência, então, é aqui entendida não apenas como o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários para atender determinada atividade, mas também como desempenho expresso pela pessoa em determinado contexto, em termos de comportamentos e realizações decorrentes da mobilização e aplicação de conhecimentos, habilidades e atitudes no trabalho” (Autores da obra, 2005).



Estrutura e Conteúdo Curricular

A competência sempre envolve conhecimentos inter-relacionados a habilidades e atitudes (Zabala, Arnau, 2010).

Em um processo inter-relacionado de conhecimentos, habilidades e atitudes temos a seguir, de acordo com Coll (1987), uma classificação de conteúdo:

1. Saber – “O que se deve saber”.
A aprendizagem de fatos, conceitos e princípios.
2. Saber Fazer – “O que se deve saber fazer”.
A aprendizagem de procedimentos (habilidades).
3. Saber Ser – “ Como se deve ser”
A aprendizagem de atitudes.

Estratégias de Ensino - As Situações de Aprendizagem

O desenvolvimento de competências profissionais, gerais ou específicas, fundamentado em uma concepção construtivista de ensino e aprendizagem conduz a uma didática centrada no aluno, ou seja, ao ensino que conduz o aluno a construir o seu próprio conhecimento, aprender a aprender. Segundo especialistas da área da educação, construtivistas, “a ideia força do construtivismo ressalta a contribuição construtivista realizada pelo aluno ao próprio processo de aprendizagem, isto é, faz que se conceba a aprendizagem escolar como um processo de construção do conhecimento a partir de conhecimentos e experiências prévias e o ensino como uma ajuda a esse processo de construção”. Esse processo ativo, mobilizador do aluno carece de a utilização de uma maior dinâmica no processo de ensino e aprendizagem, como aulas expositivas dialogadas, pesquisas, projetos, seminários, estudo de caso etc. e, mediados pelas novas tecnologias de comunicação com acentuada interatividade. Por certo, esse enfoque desenvolver-se-à de modo gradativo e integrado e por aproximações sucessivas, no contexto de uma pedagogia tradicional ainda presente no ensino superior

O desenvolvimento de competências implica na construção de seus componentes procedimentais, atitudinais e conceituais de modo ativo e protagonista do aluno. São necessárias situações de aprendizagem que mobilizem uma atividade mental para reelaboração de seus conhecimentos prévios. Para isso, a opção por uma concepção construtivista do ensino e da aprendizagem presente no desenvolvimento de competências/habilidades. Condições da base teórica da concepção construtivista de ensino e aprendizagem se faz necessária, bem como buscar uma perspectiva interdisciplinar, numa visão holística, prevalecendo sobre a fragmentação do conhecimento. Igualmente, uma pedagogia das diferenças deverá estar presente no processo de ensino e aprendizagem. Resumidamente, em sua complexidade, segundo Perrenoud (2001), envolve: “1. O tratamento de certas diferenças favorece os favorecidos: é normal que o professor se interesse de forma bastante espontânea pelos alunos que se o parecem com ele, que respeitam as regras de comportamento, que



Associação de Ensino de Botucatu

trabalham e participam de seu jogo; porém tende a gostar um pouco menos, podendo chegar a rejeitar os que se desviam da norma... “; “2. O tratamento de certas diferenças favorece os desfavorecidos: abrange as medidas de suporte, e apoio aos alunos em dificuldade e, evidentemente, as tentativas modestas ou ambiciosas da pedagogia individualizada; 3. O tratamento de certas diferenças não favorece os favorecidos nem os desfavorecidos: na interação social, praticam as constantemente discriminações que refletem nossas preferências singulares, nossa falta de constância, nossas mudanças de humor ... “ .

Um canal de atenção às diferenças individuais é operacionalizar o “Programa Institucional de Nivelamento”, tendo como referência o Projeto Pedagógico do Curso.

Uma concepção orientadora de interdisciplinaridade encontramos em Lück, 1994 : “Interdisciplinaridade é o processo que envolve a integração e engajamento de educadores, num trabalho conjunto, de interação das disciplinas do currículo escolar entre si e com a realidade, de modo a superar a fragmentação do ensino, objetivando a formação integral dos alunos, a fim de que possam exercer criticamente a cidadania, mediante a visão global do mundo e serem capazes de enfrentar os problemas complexos e globais da realidade atual”.

Com um material didático-pedagógico de apoio sobre a Interdisciplinaridade – Um Ensaio Teórico – Prático a Instituição procura abordar a complexidade da interdisciplinaridade através de: 1. Elaboração pelos professores em grupos de trabalho e uma interação possível das disciplinas quanto ao conteúdo horizontal (dentro do semestre) e uma ordenação vertical (nos semestres sequenciais), com a utilização de um instrumento metodológico para orientar a ação; 2. Para uma aprendizagem significativa, formular temas junto com os discentes, de natureza geral ou específica ou, quando necessário, temas da atualidade e desenvolvê-los através de procedimentos de ensino-aprendizagem, como ensino com pesquisa, estudo de caso, estudo dirigido, solução de problemas, trabalho em grupos, seminário, jogos de empresa, ensino por projetos, outros. Uso efetivo da tecnologia da informação.

O desenvolvimento desse processo envolve a integração e engajamento dos professores em um trabalho de interação das disciplinas do currículo de cada curso, a interdisciplinaridade no estudo de um tema e a escolha de um tema da atualidade como um instrumento de flexibilidade curricular (uma função adaptativa) em consonância com as exigências sociais, bem como sua contextualização; a atenção aos alunos desfavorecidos em seu ritmo de aprendizagem.

Formação de Professores

A formação de profissionais para atuarem no magistério da Educação Básica, nos termos da Resolução 02 de 01 de julho de 2015, será feita por meio de cursos de graduação de licenciatura, em cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados, em cursos de segunda licenciatura e pela oferta de atividades formativas e cursos de atualização, extensão, aperfeiçoamento e especialização.



Associação de Ensino de Botucatu

Quanto à formação de Professores de Educação Física obedece à Resolução nº 6 de 18 de dezembro de 2018, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física. Esta Resolução admite a dupla formação dos matriculados em Licenciatura e Bacharelado.

Caberá às Coordenações, Conselhos de Curso e Núcleo Docente Estruturante das Licenciaturas a formulação do projeto pedagógico, assim como as decisões organizacionais e administrativas próprias ao adequado funcionamento das referidas Licenciaturas, reportando-se em última instância ao Conselho Acadêmico da Instituição.

Procedimentos de Avaliação

A avaliação, componente do processo de aprendizagem, refletido e planejado, deve ser operacionalizado de forma coerente e consequente com os objetivos propostos. Os objetivos a alcançar são os critérios definidores do processo de avaliação que deverá se efetivar através das modalidades de avaliação diagnóstica, formativa e somativa. Optando por uma construção ativa do conhecimento pelo aluno, a avaliação, para acompanhar o processo de aprendizagem deverá ser contínuo e voltada para o desempenho das atividades curriculares.

Os instrumentos ou as técnicas de avaliação elaboradas pelo professor devem estar com consonância com os objetivos propostos e com o que se avalia – as competências são constituídas por conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, daí identificar o nível de domínio de cada um deles, de modo integrados. O uso de instrumentos e meios para avaliar competências, em função de seus componentes é muito variados e específicos.

Na última instância da estrutura organizacional, a microestrutura (relação didática), o local do ensinar e aprender, determinado pelas finalidades e objetivos da educação, podemos proceder uma avaliação da estrutura e funcionalidade do Projeto Pedagógico do Curso (Organização Didático–Pedagógica), no sentido de uma maior eficiência e eficácia do processo ensino e aprendizagem, considerando:

- a construção de objetivos capazes de expressar mudanças observáveis no desempenho dos alunos, após o processo de aprendizagem, em termos de conhecimentos, procedimentos (teórico-prático) e atitudes;
- a avaliação dos conhecimentos prévios que os alunos têm em relação aos novos conteúdos de aprendizagem;
- a seleção de conteúdos a ser aprendidos pela sua contextualização, relevância, funcionalidade e com sentido para os alunos – “saber para que serve”;
- a identificação no conteúdo disciplinar da predominância de uma de suas dimensões a ser melhor trabalhada – conceitual/procedimental/atitudinal;
- a seleção de procedimentos de ensino e aprendizagem (metodologias) que vitalizam a atividade mental dos alunos na construção dos conhecimentos;
- a escolha e implementação de recursos de aprendizagem (tecnológicos e outros), a fim de torná-la mais efetiva;



A construção de instrumentos de avaliação relacionados à natureza do conteúdo, às metodologias adotadas e aos objetivos trabalhados no decurso das atividades educativas.

Outro aspecto da avaliação refere-se à Auto avaliação Institucional que conta com indicadores externos, tais como o Exame Nacional de Cursos – ENADE, Relatórios produzidos por Comissões do MEC/INEP e o exame do Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

Após a Prova do ENADE verifica-se a adequação dos Projeto Pedagógico dos Cursos ao Exame, mediante aplicação de questionário desenvolvido pela Coordenação Pedagógica da Instituição e os NDEs dos cursos que prestaram o exame, para verificar a necessidade de promover mudanças nos Planos de Ensino das disciplinas.

São também utilizados os relatórios do INEP de autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento de cursos e de credenciamento institucional para avaliar o andamento das atividades acadêmicas, sob o ponto de vista externo.

Faz-se ainda pesquisa para verificar o desempenho dos alunos nos exames do CRC, com acompanhamento junto à Coordenação de Cursos de Ciências Contábeis, verificando se a prova do Conselho explorou questões cujos assuntos estão total ou parcialmente contidos nos Planos de Ensino do Curso.

OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ENSINO

Núcleo Docente Estruturante – NDE – Vinculado a todos os cursos, estabelecidos nos termos da Resolução CONAES Nº. 01, de 17 de junho de 2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências e do Ofício Circular MEC/INEP/DAES/CONAES Nº. 74, de 31 de agosto de 2010. Tem as seguintes atribuições: contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes do currículo; indicar formas de incentivo ao desenvolvimento da investigação científica/pesquisa e extensão (projetos sociais), oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento dos cursos; zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos (ANEXO II).

Conselhos de Cursos: Também vinculados a todos os cursos, é um órgão de natureza normativa, deliberativa, consultiva e executiva, com as seguintes características: I é uma instância de tomada de decisões administrativas e acadêmicas; II participa na elaboração e implementação, desenvolvimento e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso, a fim de colher subsídios para o seu constante aperfeiçoamento, ao lado de uma avaliação formal, processada através da legislação pertinente; III assegurar estratégia de articulação entre o Conselho do Curso e o Núcleo Docente Estruturante, de modo a efetivar continuidade no



processo de acompanhamento do Curso, em um envolvimento de tomada de decisão e construção coletivas (ANEXO III) .

II.7. Políticas de Extensão e a Responsabilidade Social da Instituição

A Extensão e a Responsabilidade Social da Instituição concretizam a relação entre a Instituição e a sociedade, num permanente diálogo, mediante o oferecimento de cursos e projetos, seminários, palestras, entre outros, abertos à participação de comunidades, segmentos organizados da sociedade civil, órgãos governamentais e empresas públicas ou privadas. A extensão visa a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural gerada na Instituição. Além dessas modalidades, cabe a prestação de serviços especializados a comunidades locais e regionais, como organismo de consultoria e assessoria, em matéria vinculada aos cursos das FIBs e através dos laboratórios pertinentes a cada curso: Empresa Junior, Escritório Modelo, Núcleo.

A extensão também se realiza via projetos, que integram o ensino, ressaltando a importância social da instituição na busca de melhoria de qualidade de vida da população. Avalia-se também a pertinência dos projetos pedagógicos, tendo em vista a missão, os objetivos institucionais, as demandas sociais e as necessidades pessoais, em suas várias dimensões.

A articulação da política de extensão está a cargo da Diretoria Geral que, em vista de solicitações por parte de instituições que solicitam o apoio das FIBs, opta por atender os projetos sociais dentro das possibilidades de serviços oferecidos pelos diversos cursos das FIBs. As demais possibilidades (cursos e atividades de extensão e prestação de consultoria e assessoria) são encaminhadas via coordenações dos cursos.

Por sua vez, o Compromisso Social das FIBs não se limita a seus muros. Sabendo-se uma Instituição Educacional inserida na comunidade, a fim de consolidar seu compromisso social, estendeu suas ações às pessoas, locais e instituições com as quais vem mantendo um vínculo de colaboração, fraternidade e solidariedade. As FIBs desenvolvem projetos sociais em que seus alunos aprendem na prática o verdadeiro significado da cidadania. A Instituição tem reafirmando sua história de atuação junto a sociedade, interagindo com a comunidade local e regional.

Os Cursos oferecidos através de suas Coordenações, Empresa Junior, Escritório Modelo, Núcleo de Apoio Fiscal e Contábil (NAF), Grupo de Alunos Voluntários têm abrangido as mais diversas áreas do conhecimento, promovendo ações como qualificação profissional, educação, qualidade de vida, saúde, esporte, lazer e cultura, de modo que a comunidade se beneficia do apoio acadêmico e técnico para suprir as suas necessidades decorrentes das mais diversas demandas sociais.

A seguir estão apresentadas ações e projetos que demonstram a Política da Extensão e o papel social da Instituição:



Associação de Ensino de Botucatu

CURSOS e EVENTOS - A Coordenação de Cada Curso deverá promover Eventos e Cursos de Extensão de acordo com a necessidade local e demanda do momento.

SEMINÁRIOS – Estes deverão ser apresentados no decorrer do desenvolvimento das disciplinas durante cada semestre, apoiando as práticas de ensino do Projeto Pedagógico.

PALESTRAS - Poderão ser organizadas pelos professores, Coordenadores, Empresa Junior, Escritório Modelo, Núcleo de Apoio Fiscal, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso.

PROJETOS – As FIBS atuam nos seguintes Projetos Educacionais:

- **Universidade dos Maiores**

Implantada em 2001 a **Universidade dos Maiores** insere-se na ideia de que a velhice é uma fase do desenvolvimento humano e não um período exclusivamente de perdas e de incapacidades. Através de módulos são tratados assuntos, selecionados pelos próprios educandos, focalizando o autoconhecimento e auto-reconhecimento, além da ampliação da capacidade de convívio social e interferência crítica no ambiente em que vivem.

Até o momento passaram pela Universidade dos Maiores 234 idosos.

Atualmente, em função da Pandemia de COVID-19 as atividades estão suspensas.

Proposta: Pretende-se atingir 400 idosos até o ano de 2022, caso a situação sanitária assim o permita.

- **Cursinho Solidário**

A UNIFAC tem uma maneira especial de analisar o ingresso no Ensino Superior. E esta visão lhe dá a dimensão do que pode realizar. E o realiza, certamente, com todas as suas possibilidades, humanas, logísticas, financeiras. O Cursinho solidário foi criado em 2004, os facilitadores que trabalham são professores voluntários e egressos da instituição. No decorrer destes anos passaram por este projeto, 1300 candidatos que concorreram a uma oportunidade para o ingresso ao Ensino Superior. Conforme já mencionado, a Instituição juntamente com os alunos do Cursinho Desafio – UNESP, desenvolvem em parceria este Projeto.

Proposta:

Este projeto pretende manter a sua dinâmica e funcionamento pelos próximos 05 anos e consolidar os 50% de futuros calouros que ingressaram no Ensino Superior.

- **Academia UNIFAC – Exercício Resistido**

Exercício resistido é aquele que aumenta a força dos músculos com o levantamento de pesos ou o uso de faixas elásticas. Atualmente, é possível encontrar estudos apontando os benefícios do exercício resistido na melhora da



força muscular, osteoporose, diabetes mellitus tipo II, sarcopenia, função cognitiva e em doenças cardiovasculares. Este Projeto, portanto, tem o objetivo de ministrar exercício resistido para a população de Botucatu, com no mínimo 15 anos de idade, dando prioridade às pessoas com maior idade, dentro de um espaço controlado e supervisionado.

Proposta: dar continuidade aos exercícios físicos supervisionados.

Este projeto pretende inserir a população de 15 anos a mais, com um olhar muito especial para os idosos; também tem o objetivo de inserir 50% de futuros calouros que ingressaram no Ensino Superior.

- **Avalie Bem UNIFAC**

A avaliação física é um procedimento necessário para auxiliar no planejamento de qualquer programa de exercício físico, tornando o treinamento mais seguro, eficiente e eficaz. Sendo assim, antes de iniciar um programa de exercício físico é necessária a realização de uma avaliação física para delinear as características do avaliado, além de identificar sintomas e fatores de risco para doenças cardiovasculares, metabólicas, pulmonares e músculo articulares. Assim, tem-se como objetivo oferecer para a comunidade de Botucatu um protocolo de avaliação física para melhor entendimento de suas condições atuais, para iniciar ou dar continuidade aos exercícios físicos supervisionados.

Proposta

Este projeto pretende manter a sua dinâmica e funcionamento pelos próximos 05 anos e inserir os 50% de futuros calouros que ingressaram no Ensino Superior.

- **Projeto Com-Vivendo – Programa de Exercício Físico para pessoas com Doença de Parkinson**

A Doença de Parkinson (DP) é a segunda doença neurodegenerativa com longa sobrevivência mais prevalente do mundo, que acomete o indivíduo muitas vezes ainda em sua fase produtiva, geralmente, a partir dos 40 a 50 anos, comprometendo sua qualidade de vida e seu envelhecimento. Além disso, é considerada uma das mais caras doenças neurológicas da velhice. No Brasil, estima-se que existam 220 mil pacientes com DP e há estudos internacionais que sugerem que este número mais que dobrará até 2030. Atualmente, mais estudos sobre os benefícios da utilização de programas de exercícios físicos em pessoas com DP tem sido feitos. Sendo assim, o objetivo deste Projeto é oferecer um programa de exercício físico para pessoas com DP da comunidade de Botucatu, na faixa etária de 40 anos, dando prioridade aos mais velhos.

Proposta

Este projeto pretende inserir a população de 40 anos a mais, com um olhar muito especial para os idosos; também tem o objetivo de inserir 50% de futuros calouros que ingressaram no Ensino Superior.

- **Projeto “Direitos humanos e políticas públicas para infâncias e juventudes”**



A questão dos Direitos Humanos envolve a concepção de que todo ser humano tem direito a vida, a liberdade, a dignidade e a preservação de sua integridade física, moral e social. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, no seu artigo II, retrata que toda pessoa humana tem capacidade para gozar os direitos e a liberdade, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Assim, a transgressão desses direitos fundamentais viola principalmente o direito à vida e a sua qualidade; o respeito às diferenças e à própria individualidade do ser. Neste sentido, compreende-se que todas as formas de omissão, negligência, maus-tratos e opressão que venham a restringir os direitos e a privar a liberdade dos indivíduos, são consideradas formas de violência. No que diz respeito às crianças e adolescentes pode-se afirmar que mesmo tendo decorridos 30 anos da promulgação do ECA, ainda se coloca a questão do adolescente e o jovem brasileiro entre a escassa proteção e o controle repressivo. Sendo assim, pretende-se proporcionar a reflexão sobre a efetivação dos direitos da criança e do adolescente através de políticas públicas e conhecer e aprofundar as questões que tratam do sistema de garantias de direitos.

Proposta

Este projeto pretende inserir profissionais com atuação no sistema de atendimento e de justiça, gestores de políticas públicas, conselheiros tutelares, conselheiros de direitos, educadores, psicólogos, assistentes sociais, juristas, operadores do direito e demais profissionais; também tem o objetivo de inserir 50% de futuros calouros que ingressaram no Ensino Superior

✓ **Ações Sociais em atividades de Extensão:**

- Prêmio Melhores do Ano no esporte: (participa há 23 anos) Finalidade de promover os atletas ou pessoas que incentivam o esporte.
- Doação de Sangue: promove duas campanhas por ano na Instituição (em média 140 bolsas por ano), desenvolve estas campanhas desde o ano de 2000
- Doação de Alimentos: promove duas campanhas por ano onde arrecada em média uma tonelada de alimentos que são doados às comunidades carentes de Botucatu.
- Doação de Brinquedos: promove duas campanhas por ano (uma em outubro e outra em dezembro), arrecadando em média mil brinquedos por campanha que são doados as entidades carentes de Botucatu.
- Campanha do Agasalho: promove uma campanha por ano em parceria com o Fundo de Solidariedade de Botucatu.
- Campanha de Arrecadação do Leite, uma campanha por ano que é doado ao Asilo padre Euclides de Botucatu.
- Orientação e prevenção contra doenças Infecto Contagiosas (H1N1), Mosquito Aedes Aegypti; estas ações são desenvolvidas durante todo o ano. Esta campanha teve início no ano de 2011 e desde então se mantém durante o período letivo.



Associação de Ensino de Botucatu

Serviços Gratuitos à Comunidade - Prestação de Serviços:

- **NAF** – Núcleo de apoio Fiscal e Contábil em Parceria com a Receita Federal. . Este núcleo atende a população de baixa renda orientando-a nas mais diversas áreas da contabilidade (Declaração de Imposto de Renda, Abertura de MEI, etc)
- **CURSINHO DESAFIO** – Parceira com o Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina de Botucatu; as provas e aulas são aplicadas nas Instalações das FIBs.
- **YUME** – Comunidade Japonesa – Utiliza as instalações para desenvolver suas atividades culturais uma vez ao ano, em Botucatu.
- **Prefeitura Municipal de Botucatu** - Apoio na realização das Conferências/Reuniões dos seguintes conselhos nas Instalações das Faculdades (com a Participação da Comunidade docente e discente da instituição):
 - ⇒ Conselho Municipal da Mulher
 - ⇒ Conselho Municipal da Saúde
 - ⇒ Conselho Municipal das Políticas Afirmativas,
 - ⇒ Conselho Municipal da Criança e do Adolescente
 - ⇒ Conselho Municipal do Idoso - CMI

✓ **Incentivo Educacional - Parcerias com prefeituras e Empresas**

Após estudos de mercado, verificou-se a necessidade de firmar parcerias profícuas com prefeituras da região e empresas, para que os munícipes e funcionários tivessem condições de frequentar os bancos escolares, com mensalidades que coubessem em seus orçamentos e realidade social em que estão inseridos. Desta forma viabilizou-se um grande trabalho pelas Faculdades, para firmar estas parcerias como segue:

Cidade	Percentual FIBs	Apoio da Cidade %	Transporte (sim/não)	2021/2025
Anhembi	40%	40%	sim	6
Aeriópolis	35%	-	sim	7
Bofete	30%	-	Sim/parcial	3
Caio/Induscar/Moldmix /Irizar	25%	-	-	4
CDL/ Sind. Comercio	30%	-	-	4
Centroflora	25%	-	estágio	0
Cevila/ Dom Lúcio	25%	-	-	0
CIESP	15%	-	estágio	0
Colégio Embraer	40%	-	-	1
Conchas	35%	-	Sim/parcial	13
Cursinho Solidário	30%	-	-	0
Embraer/ADC	25%	-	estágio	6
Empresa Junior	40%	-	-	7
Escritório Modelo	40%	-	-	4
Escritórios Contabilidade	25%	-	-	4
Eucatex/Duratex	25%	-	estágio	0
Famesp	25%	-	-	0
Itatinga	25%	-	sim	13
LTM	25%	-	-	0
NAF	40%	-	-	0
Pão de Açúcar e Central	30%	-	-	
Pardinho	25%	25%	sim	21
Polícia Militar	25%	-	-	0
Porangaba	50%	-	sim	15
Poupa Tempo	30%	-	-	1
Prefeitura Botucatu	25%	-	-	2
Prever	25%	-	-	0
Projeto Monte Mor	40%	-	-	0
Projeto Samba Vida	25%	-	-	0
Projeto Vila dos Meninos	25%	-	-	1
S. Manuel	25%	-	sim	23
SABESP/ASU/ASFEL	25%	-	-	3
Sindicato Bares e Restaurantes	30%	-	-	0
Sindicato Construção Civil /Trabalhadores/ Metalúrgicos	25%	-	-	15
Supermercados	30%	-	-	2
Tecnaut	25%	-	-	1
Torre Pedra	50%	-	sim	6
Unimed	25%	-	-	1
Vitoriana	50%	-	-	0
Total				163



Estes convênios possibilitam que um número maior de jovens possam ter condições de dar sequência aos seus estudos.

- ✓ **Comunicação com a Sociedade – Valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, produção artística e cultural e a promoção dos direitos humanos humanos e a igualdade étnico-raciais**

Na sociedade contemporânea a educação superior e suas instituições representativas são extremamente complexas, sendo que a qualidade está vinculada à pertinência e à responsabilidade com o desenvolvimento sustentável da sociedade (LUZ FILHO E ALVES, 2014).

A comunicação com a sociedade tem sido reconhecida, não somente em função de seu valor como instrumento de avaliação, mas como função estratégica na orientação de uma cidadania democrática, de justiça social e de desenvolvimento sustentável. Esta dimensão identifica as formas de aproximação efetiva entre a Instituição e a sociedade, de forma que a comunidade participe ativamente da vida acadêmica, bem como a Instituição se comprometa efetivamente com a melhoria das condições de vida da comunidade, ao repartir com ela o saber que produz e as informações que detém em seu contexto (LUZ FILHO E ALVES, 2014).

No que diz respeito à comunicação com a sociedade, escolheu-se como um dos temas, o desenvolvimento sustentável sendo este vetor para as ações junto a Botucatu e a região geoeeducacional. Comprometidos com a sustentabilidade em seu triplo aspecto, pretende-se oferecer a cada ano, um evento que tratará do tema, em parceria com a Prefeitura Municipal de Botucatu, a fim de dar visibilidade às ações desenvolvidas em Botucatu e região.

A valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, produção artística e cultural e a promoção dos direitos humanos e a igualdade étnico-racial são temas estudados pela Instituição em diversos espaços, entre os quais as Atividades Complementares e nos Tópicos Avançados.

Estes temas são abordados de forma pertinente também na questão da Sustentabilidade, que tem o viés Econômico, Social e Ambiental. Dentro deste entendimento, desde 2019 as FIBs realizam o evento intitulado “Conversando sobre Sustentabilidade” que, conforme já referido, vem abordando diversos aspectos deste grande tema e tem previsão no Calendário Acadêmico.

A comunicação interna e externa é realizada pelo site Institucional (www.unifac.edu.br) além de comunicação visual em murais internos, mensagens específicas para os alunos na web (com senha específica) rede sociais (Facebook-oficial), entrevista nas rádios e jornais locais com matérias específicas para a comunidade. As FIBs ainda participam de vários conselhos municipais para



entender aos caminhos a serem traçados para melhor atender a comunidade em seus anseios.

As FIBs possuem a Ouvidoria implantada desde o ano de 2000 e com relatórios desde o ano de 2010 e mantém um canal aberto na Home Page – Ouvidoria “Fale conosco” para toda a comunidade. (Anexo I – Ouvidoria)

As FIBs participam ainda como a única Faculdade do Estado de São Paulo a ser associada do CIESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo; desta forma pode contribuir com sua opinião sobre os assuntos mais relevantes para este segmento. Desde 2002 participa do Grupo de Estudos de Jovens Empreendedores e do Grupo de Estudos de Recursos Humanos deste setor, que hoje tem 160 empresas associadas em Botucatu e região. As reuniões são mensais, na última terça feira do mês (calendário CIESP – Anual)

Como mencionado no item anterior (Responsabilidade Social) a UNIFAC se mantém em constante interlocução com várias Organizações, como Receita Federal, Conselhos de Cursos, Projetos, ONGs, Prefeituras; isso possibilita à mesma manter-se em diálogos constante e permanente com a sociedade

II.8. Políticas de Incentivo à Iniciação Científica

Na sociedade contemporânea ganha importância indiscutível o saber e, na mesma medida, afirma-se que o conhecimento científico (saber fazer) constitui-se como condição “sine qua non” para o exercício da cidadania (saber ser). Qualquer ação que vise contribuir na melhoria da dimensão cidadão deve começar pela elevação da qualidade de ensino em geral e das ciências em particular e neste prisma de observação, a Instituição mantém seu Programa de Incentivo à Iniciação Científica/Pesquisa.

O conhecimento científico parte da curiosidade, do querer saber como funciona, quais os mecanismos subjacentes aos fatos observados e desenvolve-se até que esta curiosidade, estas perguntas estejam satisfeitas. Entretanto, tem seus próprios métodos e possui seus próprios objetivos. É o aperfeiçoamento do conhecimento comum e ordinário e é obtido através de um procedimento metódico, mobilizando explicações rigorosas e/ou plausíveis sobre o que se afirma sobre um objeto ou realidade. É analítico, comunicável, organizado e sistemático. É explicativo, constrói e aplica leis e depende de investigações sistemáticas.

No caso das Ciências, o conhecimento científico, que é produzido através da investigação científica aparece como ferramenta fundamental para a obtenção de conhecimentos (saberes), para a elaboração de diagnósticos, para mensurar necessidades (saber fazer), expectativas e motivações da sociedade (saber ser). Contudo, a demanda se estabelece não apenas da necessidade de encontrar soluções para problemas de ordem prática da vida diária (conhecimento ordinário), mas do desejo de fornecer explicações sistemáticas que possam ser testadas e



Associação de Ensino de Botucatu

criticadas através de provas.

Na Instituição, a Iniciação Científica/Pesquisa tem a finalidade de proporcionar conhecimentos, vivências e experiências que estimulem o desenvolvimento intelectual e contribuam para o crescimento e a construção da base científica, necessários à construção do “saber fazer”. Transporá contudo estes limites, na medida em que, de seu fulcro, revelarem-se perfis que além de gerarem conhecimento científico, interessem-se por descreverem-no e transmitirem-no, fechando assim o ciclo de geração e comunicação do conhecimento.

Além destes aspectos tem-se a utilização da pesquisa como procedimento didático próprio de todas as disciplinas dos cursos, procedimento este que propicia ao aluno a observação, leitura, redação, experimentação, proposição de hipóteses, solução de problemas, comparações, classificações, ordenações, análises, sínteses etc..

Objetivos

1. Fomentar a iniciação científica/pesquisa viabilizando a formação integral dos alunos, a produção do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades ligadas ao saber fazer.

Metodologia

Como procedimento didático, a pesquisa é parte das metodologias ativas de todas as disciplinas que constituem os currículos dos cursos. A adoção desta metodologia dá-se por opção de cada docente, que propõe temas aos seus alunos, em consonância com as orientações contidas nos PPCs dos cursos.

No que diz respeito à iniciação científica, destina-se a alunos que demonstrem potencial, interesse e habilidades destacados nos seus cursos. Busca propiciar, sob a orientação e coordenação de um professor, condições para a realização de atividades que favoreçam a formação acadêmica, em patamares de excelência.

Além desses, as FIBs, através do curso de Serviço Social, promovem anualmente a Jornada Científica das Faculdades Integradas de Botucatu, onde são apresentados trabalhos resultantes de projetos de iniciação científica, feitos por alunos ou de monografias de conclusão de curso ou outras áreas que apresentem resultados, ou relatos de experiências práticas (de acordo com as regras de cada ano). A fim de incentivar a participação, faz-se a premiação dos melhores trabalhos, ocorrendo a premiação da seguinte forma:

Prêmio Professor Reinaldo Anderlini – Este prêmio é concedido aos alunos que concorrem nos trabalhos apresentando durante a jornada; são premiados do 1º ao 3º lugar.

Prêmio Prof. Waldemar Sartori – Este prêmio é concedido à profissionais que apresentam trabalhos na Jornada e são premiados do 1º ao 3º lugar.

Em 2021 acontecerá a XXXVI Jornada Científica, que a cada ano vem se consolidando e melhorando consideravelmente a qualidade dos trabalhos



apresentados. Portanto, há mais de trinta anos promove-se a investigação na área da pesquisa, ainda que não seja da natureza da Instituição. Mas entende-se a importância de incentivar os alunos a buscarem o conhecimento.

As FIBs também proporcionam a participação dos alunos de todos os cursos no CONIC – Congresso Nacional de Iniciação Científica promovida pelo Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior – SEMESP. Participa desde 2001 e, ao longo deste tempo obteve a classificação máxima na área de pedagogia; o 1º lugar foi para um de seus alunos, e também obteve a classificação máxima em Serviço Social, obtendo o 1º lugar na área e o 1º lugar no Congresso, recebendo uma menção honrosa de prêmio de utilidade pública (projeto que tem condições de ajudar a comunidade). Os trabalhos apresentados pelos demais cursos também vem conseguindo boas classificações entre os 20 melhores trabalhos apresentados. A cada ano mais alunos estão se motivando a participar, junto com seus professores e coordenadores, uma vez que sempre se obtém excelentes classificações, proporcionando a eles a possibilidade de desenvolverem habilidades e competências nesta área.

II.9. Políticas de Gestão

A política de gestão é baseada no Regimento da Instituição garantido a participação dos seus Conselhos, Núcleo Docente Estruturante, Conselho Curso, Comissão Própria de Avaliação, Ouvidoria, nos processos decisórios, respeitando sua Missão, Visão e valores.

A Administração Superior das Faculdades tem o Conselho Acadêmico como órgão máximo de natureza normativa, consultiva e deliberativa, pela Diretoria Geral e pelos Conselhos de Cursos e outros previstos no regimento, permitindo que toda a comunidade discente, docente e técnico administrativo possam contribuir para as constantes melhorias do PDI, PPI e PPCs.

A avaliação continuada faz parte do levantamento de situações importantes e relevantes para o processo decisório, contribuição esta importante e decisiva para a Instituição que conta com a participação da Comissão Própria de Avaliação da Instituição no processo.

II.10 Responsabilidade Social da IES – Vide item II.7.



Associação de Ensino de Botucatu

III CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO

3.1. Cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição para o período de vigência do PDI

Tabela 1 - Programação de abertura de cursos de Graduação

Nome do curso	No de alunos /turma	Turno	Local	Ano
• Curso de Nutrição	40	Noturno	Campus Sede	2023
• Curso de Fisioterapia	40	Noturno	Campus Sede	2024

Tabela 2 – Programação de oferecimento de cursos de especialização (*Lato sensu*)

Nome do curso	No de alunos /turma	Turno	Local	Ano
• Curso na Área da Pedagogia	40	Noturno/Sábados	Campus Sede	2021
• Curso na Área de Educação Física	40	Noturno/Sábados	Campus Sede	2022
• Curso na Área de Serviço Social	40	Noturno/Sábados	Campus Sede	2023
• Curso na Área da Pedagogia	40	Noturno/Sábados	Campus Sede	2024
• Curso na Área da Educação Física	40	Noturno/Sábados	Campus Sede	2025

V PERFIL DO CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

De modo geral, independente do curso, são exigências mínimas para ingresso no quadro docente da Instituição:

- Domínio sobre os conteúdos da sua área;
- Habilidade para identificar as situações problema de sua disciplina, sabendo trabalhar com estas situações;
- Domínio da linguagem de sua disciplina, assim como, habilidade para identificar quando seus alunos não têm este conhecimento e, portanto, trabalhe no sentido de colocá-los a par do que está sendo estudado;
- Comportamento ético, respeitando as diferenças existentes entre seus alunos, inclusive quanto à aprendizagem;
- Controle sobre suas emoções, sabendo gerenciar as dificuldades a ponto de não permitir que estas se tornem problemas.

Quanto a titulação, experiência no magistério superior, experiência profissional não acadêmica, a Instituição leva em consideração a existência de cursos de Pós-Graduação Stricto ou Lato Sensu na região. Além disso, considera de grande relevância a experiência profissional não acadêmica por enriquecer as experiências proporcionadas aos alunos, levando-os a vislumbrar suas oportunidades profissionais. Como a Instituição mantém programa para Aperfeiçoamento e Desenvolvimento Profissional do Corpo Docente, além de fornecer elementos para a otimização da prática docente, convida alunos que mostram acentuada tendência para a vida acadêmica a participar desses encontros.

Relevante é também considerar que mesmo dispondo de um Plano de Desenvolvimento Institucional e de Projetos Pedagógicos articulados com as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais, para participar do desafio de manter um ensino superior de qualidade significa dispor, também, de um corpo docente de excelente nível, pois é a eles que cabe, em definitivo, a incumbência de garantir a proposta pedagógica das FIB's. Para isto, dispõe de: incentivo institucional à obtenção de graus acadêmicos; incentivo ao desenvolvimento profissional; facilitação do acesso individualizado dos docentes às tecnologias eletrônicas da informação.

As FIBs tem proporcionado ao seu corpo docente desde o ano de 2000 a participação nas Jornadas Regionais, promovidas pelo SEMESP, para capacitar e treinar seus coordenadores nos assuntos relevantes junto a Ministério da



Associação de Ensino de Botucatu

Educação, estudando portarias, decretos, leis, apresentando estatísticas educacionais nacionais, estaduais e regionais da Educação Superior; proporciona também a participação no FNEESP, Congresso Nacional e Internacional da Educação Superior do Estado de São Paulo (desde o ano de 2000)

PLANO DE CARREIRA DOCENTE

QUADRO DE CARREIRA DOCENTE DO ENSINO SUPERIOR DA ASSOCIAÇÃO DE ENSINO DE BOTUCATU - UNIFAC

(2021 – 2025)

INTRODUÇÃO

O presente documento apresenta o Quadro de Carreira Docente da FIBs – Faculdades Integradas de Botucatu mantidas pela UNIFAC Associação de Ensino de Botucatu, tendo como objetivo regular os processos de admissão, progressão e promoção dos docentes, bem como, o regime de trabalho, forma de remuneração e avaliação, cuja abrangência é da unidade sede situada na Avenida Leonardo Villas Boas, 351 - Botucatu – SP.

DA INSTITUIÇÃO

Art.1º- Este Quadro de Carreira Docente é instituído pela UNIFAC Associação de Ensino de Botucatu, Mantenedora das Faculdades Integradas de Botucatu, entidade de ensino, com sede na Av. Leonardo Villas Boas, nº 351, CEP, Botucatu, São Paulo, CNPJ nº 50.357.029/0001-01 Tendo como objetivo atender ao disposto na Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), bem como ao previsto no Decreto-lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), disciplinando a admissão, progressão e promoção dos docentes de nível superior.

§1º- Na elaboração deste Quadro de Carreira Docente foram observadas todas as regras legais inerentes, em especial o disposto na Portaria nº 02, de 25 de maio de 2006, com as alterações introduzidas pelas Portarias nº 05, de 18 de novembro de 2008 e nº 06, de 26 de janeiro de 2010, todas do Secretário de Relações do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Art.2º. Os objetivos deste Plano são:

- a) Orientar o ingresso, a promoção, a progressão funcional, o regime de trabalho e as atividades do Corpo Docente;
- b) Contribuir para o aprimoramento pessoal e profissional do Docente, de modo a assegurar um Quadro qualificado;



c) Estimular o Docente para o exercício eficiente e eficaz das funções que lhe cabem desempenhar.

Capítulo I QUADRO DE CARREIRA DOCENTE

Título I DAS ATIVIDADES DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

Art.3º- São consideradas atividades de Magistério Superior, toda aquela de ministração de aulas ou preleções, teóricas ou práticas, de orientação ou atendimento a alunos, de planejamento, supervisão, elaboração, participação nas avaliações e execução de projetos ou programas de áreas de ensino, da pesquisa ou da extensão.

§1º- A descrição de cargo dos docentes especificará os tipos de atividades, de acordo com o caput, a serem desenvolvidas conforme regime de trabalho descrito no presente Quadro de Carreira.

§2º- São considerados relevantes para efeito de ingresso e exercício das funções de magistério superior, a competência didática, os títulos acadêmicos, a experiência profissional e os valores éticos e morais do candidato.

Título II DA ESTRUTURA DO QUADRO DE CARREIRA DOCENTE

Art. 4º. A estrutura do Quadro de Carreira Docente e o sistema de enquadramento por admissão, promoção e progressão na carreira docente ficam sujeitos às disposições e normas constantes do presente regramento.

Art. 5º - Admissão: consiste em normas sobre o ingresso do docente no quadro de carreira da Instituição, cujo enquadramento se dará no grau A da respectiva classe.

§1º- A admissão em outra classe poderá ser autorizada pela UNIFAC Associação de Ensino de Botucatu, Mantenedora das Faculdades Integradas de Botucatu, em casos excepcionais, para atender as necessidades acadêmicas específicas, fazendo cumprir assim o Artigo 2º, alínea "a" dos seus Objetivos.

Art. 6º- Promoção: é o meio pelo qual há a passagem do grau "A" para o "B" e assim sucessivamente, dentro do mesmo nível e classe, ocorrendo, alternadamente, por antiguidade e por merecimento.

Art. 7º - Progressão: passagem de um nível para outro, dentro da mesma classe e de uma classe para outra, segundo critérios objetivos.



Art. 8º. O Quadro de Carreira Docente compreende três classes, cada uma delas com até três níveis (I, II e III) e cada um desses níveis constituídos com quatro graus (B, C, D, E) como apresenta o anexo III, excetuando-se as classes de Professores Substitutos, Visitantes ou Colaboradores, que somente possuirão o nível de referência I e grau A.

Título III

DO CONTRATO DE TRABALHO

Art.9º- O regime jurídico que regerá as cláusulas do contrato de trabalho do Professor do Ensino Superior é o da Consolidação das Leis do Trabalho, observados os critérios deste Plano e as normas da Convenção Coletiva de Trabalho celebradas entre o SEMESP (Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo) e o SINPRO (Sindicato de Professores do Estado de São Paulo – secção Bauru).

Título IV

DO REGIME DE TRABALHO

Art.10- Os professores integrantes do Quadro de Carreira do Corpo Docente ficarão sujeitos a uma das seguintes jornadas de trabalho:

- a) Regime de Tempo Integral, com obrigação de prestar 40 horas semanais de trabalho na Instituição, sendo, 20 horas semanais para estudos, pesquisas, trabalhos de extensão;
- b) Regime de Tempo Parcial, com obrigação de prestar pelo menos 12 horas semanais de trabalho em aula, sendo 25% do tempo destinado a estudos, gestão, extensão, avaliação e orientação de alunos; e
- c) Regime Horista, para os que percebem seus vencimentos em função das horas-aula contratadas.

Título V

DA REMUNERAÇÃO

Artigo 11- Os Membros do Corpo Docente têm remuneração definida pela política salarial da Entidade Mantenedora, aprovada e atualizada periodicamente, de acordo com a legislação em vigor.

§1º- As atividades do magistério superior são remuneradas nos termos das categorias funcionais de enquadramento do professor no Quadro de Carreira docente, conforme Tabela Remuneratória – Anexo I.



Associação de Ensino de Botucatu

§2º- O Anexo II estabelece a tabela de referência com os respectivos graus e a série de classe para enquadramento quando da evolução funcional horizontal.

§3º- O Anexo III estabelece a tabela de referência com os respectivos graus e a série de classe níveis para enquadramento quando da evolução funcional vertical.

Art.12- Os integrantes do Quadro de Carreira do Corpo Docente têm remuneração conforme estabelecida no anexo I, sendo que para o Professor Mestre I, a tabela correspondente é acrescida de 30% e para o Professor Doutor I, a tabela correspondente é acrescida de 50%, ambos sobre a remuneração do Professor Especialista.

Art.13- A hora-aula compreende, para efeitos de remuneração, a aula efetivamente ministrada segundo o plano de ensino, avaliação dos alunos e desempenho das tarefas de registro e controle acadêmico.

CAPITULO II

Título I

DOS DOCENTES

Art.14- Os docentes da UNIFAC - Associação de Ensino de Botucatu, Mantenedora das Faculdades Integradas de Botucatu deverão ter formação mínima de especialista e, preferencialmente, Mestrado e Doutorado, formação na área dos componentes curriculares que trabalham, procurando atender ao perfil docente definido no Projeto Pedagógico da Instituição, bem como as do curso no qual atua.

Parágrafo Único - No desenvolvimento de suas atividades, os docentes deverão pautar a sua ação alinhados com a missão, visão e os princípios institucionais, contribuindo para o cumprimento dos objetivos e metas do Planejamento Anual e Estratégico.

Título II

DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR DO CORPO DOCENTE

Art.15- O Corpo docente do Magistério Superior da UNIFAC Associação de Ensino de Botucatu Mantenedora das Faculdades Integradas de Botucatu é constituído pelos professores que exerçam atividades inerentes ao Ensino de graduação, pós-graduação, Pesquisa e Extensão e as pertinentes à administração universitária.



Art.16- Constituem o Corpo Docente da Instituição:

- I. Professores Integrados do Quadro de carreira;
- II. Professores Substitutos, Visitantes ou Colaboradores;

Art.17- O Corpo docente do Quadro de carreira é formado pelas seguintes classes:

- I - Professor Especialista I- 40 (trinta) vagas;
- II – Professor Mestre I - 30 (vinte) vagas;
- III – Professor Doutor I - 15 (dez) vagas.

§1º- Professor Especialista é o profissional da área de Ensino que possua, além do curso de graduação, pós-graduação lato sensu e, devidamente credenciado, exerça atividades de docência em curso em cursos de graduação ou pós-graduação lato sensu, ou auxilie na execução de projetos de pesquisa, ou oriente alunos em estágios, monografias ou trabalhos de conclusão de curso superior, na respectiva área do conhecimento.

§2º- Professor Mestre é o profissional da área do Ensino que possua, além do curso de graduação, pós-graduação stricto sensu em nível de mestrado e, devidamente credenciado, exerça atividades de docência em cursos de graduação ou pós-graduação, podendo ainda auxiliar na elaboração de programas para cursos de pós-graduação, ou coordenar a elaboração e executar projetos de pesquisa, ou orientar alunos nos estágios, monografias ou trabalhos de conclusão de cursos de graduação e pós-graduação, na respectiva área do conhecimento.

§3º- Professor Doutor é o profissional da área do Ensino que possua, além do curso de graduação, pós-graduação stricto sensu em nível de doutorado e, devidamente credenciado, exerça atividades de docência em cursos de graduação ou pós-graduação, podendo ainda elaborar programas para cursos de pós-graduação, coordenar a elaboração e execução de projetos de pesquisa, orientar alunos nos estágios, monografias ou trabalhos de conclusão de cursos de graduação ou pós-graduação, na respectiva área do conhecimento.

Art.18- Também integrarão o corpo docente do Magistério Superior as seguintes categorias especiais:

- I- Professor Substituto;
- II- Professor Colaborador;
- III- Professor Visitante.

§1º- Professor Substituto é o profissional do Ensino, devidamente habilitado, que após comprovada necessidade de afastamento de qualquer docente, venha a substituí-lo por tempo determinado e não superior a seis meses.

§2º- Professor Colaborador é o profissional da área do Ensino que, após aprovado em processo seletivo específico e devidamente credenciado, seja contratado em



caráter temporário e determinado, por tempo não superior a dois anos, renovável uma vez por igual período.

§3º- Professor Visitante é o profissional de renome e de comprovado conhecimento que, tendo seu nome aprovado pelo CONSEPE, seja convidado para desenvolver projetos de Ensino, Pesquisa ou Extensão na UNIFAC Associação de Ensino de Botucatu, Mantenedora das Faculdades Integradas de Botucatu, em caráter temporário e por tempo determinado não superior a um ano, renovável uma vez por igual período.

§4º- Os Professores Substitutos, Visitantes ou Colaboradores poderão ingressar no Quadro de Carreira Docente se, após o período contratado, houver vaga disponível e verificado o cumprimento dos requisitos exigidos em cada caso, nível ou categoria funcional.

Art.19- Os professores das categorias especiais integram o corpo docente da UNIFAC Associação de Ensino de Botucatu, Mantenedora das Faculdades Integradas de Botucatu, porém não fazem parte do Plano de Carreira.

Art.20- São designadas atividades especiais aquelas cuja atribuição depende de condições ocupacionais específicas.

§1º- As atividades especiais são definidas pelo Colegiado de Curso, com aprovação da Direção geral, conforme a regulamentação profissional relativa ao curso.

§2º- As atividades, responsabilidades e remuneração dos professores das categorias especiais devem constar de documento contratual específico.

Título III

DAS ATIVIDADES PRÓPRIAS DO CORPO DOCENTE

Art.21- São consideradas atividades próprias do Corpo Docente:

- I. Ministrar aulas no Ensino de Graduação, Pós-Graduação e Extensão; coordenando os processos de ensinar e aprender, que se caracteriza pelas formas e técnicas de produção, sistematização e aplicação do saber científico, metodologicamente comprovado e didaticamente organizado,
- II. Participar de processos voltados à criação, revisão e atualização de projetos pedagógicos de cursos de graduação e pós-graduação;
- III. Participar do/s Colegiado/s e/ou do Núcleo Docente Estruturante (NDE) de Curso do/s qual/is é integrante do corpo docente;
- IV. Elaborar o/s Plano/s do/s Componente/s Curricular/es que lhe



Associação de Ensino de Botucatu

- for/em confiado/s, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso
- V. Coordenar cursos de graduação e de pós-graduação; assim como Programas de Iniciação Científica;
 - VI. Orientar e coordenar atividades práticas e de estágio supervisionado;
 - VII. Cumprir o Regimento das FIBs Faculdades Integradas de Botucatu mantida pela UNIFAC Associação de Ensino de Botucatu.
 - VIII. Participar das atividades voltadas à formação docente, promovidas pelo Programa Permanente de Qualificação Docente;
 - IX. Ministrando e coordenar cursos de extensão;
 - X. Orientar alunos em projetos de iniciação científica
 - XI. Orientar e coordenar atividades práticas e de estágio supervisionado;
 - XII. Orientar trabalho de conclusão de curso;
 - XIII. Ministrando atividades de nivelamento;

CAPITULO III

ADMISSÃO, AVALIAÇÃO, PROMOÇÃO, PROGRESSÃO E FORMA DE DESEMPATE

Título I DOS REQUISITOS E CRITÉRIOS PARA ENQUADRAMENTO

Art.22- O enquadramento dos docentes nas classes, níveis e graus obedecerá aos critérios de Admissão, Progressão e Promoção, a seguir estabelecidos.

Art. 23- Para fins de admissão, progressão e promoção docente, somente são considerados títulos e qualificações acadêmicos expedidas por Instituições devidamente reconhecidas e autorizadas pelo Ministério da Educação, devidamente comprovados pelo interessado junto à Instituição.

Título II DA ADMISSÃO

Art.24- A Admissão ao Quadro de Carreira Docente atenderá às normas e aos procedimentos de seleção definidos pela UNIFAC Associação de Ensino de Botucatu, Mantenedora das Faculdades Integradas de Botucatu.

Art.25 - A admissão do docente será realizada nos termos da legislação trabalhista e pelos seguintes critérios:

I- Análise do Currículo: Exigência de, no mínimo, título de especialista, experiência acadêmica e profissional. O Coordenador do curso analisará os currículos que contemplem a área que apresenta a necessidade de admissão de novo docente, levando em conta a experiência e a titulação. Após a seleção de



currículos, o Coordenador apresentará ao Orientador Acadêmico sua sugestão e em comum acordo convidarão os candidatos para a etapa seguinte.

II- Entrevista: os candidatos selecionados serão convidados para uma entrevista com o Coordenador. A entrevista tem caráter seletivo e visará especialmente os aspectos ligados aos conhecimentos profissionais e da área.

III- Avaliação prática: O Coordenador agendará uma aula para que o(s) candidato(s) seja(m) submetido(s) a avaliação prática, com tema sorteado entre dois ou três previamente indicados. A aula deverá ser apresentada com a presença do Coordenador e do Orientador Acadêmico, ou por pessoa por ele indicada. Os aspectos a serem avaliados na aula serão indicados por roteiro comum aos cursos. Essa etapa é fundamental para a admissão de qualquer docente.

IV- Em caso de empate: o Coordenador avaliará os títulos acadêmicos e a experiência profissional do docente, bem como os valores morais e éticos do candidato estipulados pela instituição.

Parágrafo único- A idoneidade profissional, a capacidade didática, a integridade moral e a boa conduta pública e privada são condições fundamentais para o ingresso e permanência no Quadro de Carreira Docente.

Título III DA PROMOÇÃO

Art.26- As promoções do pessoal docente ocorrerão, exclusivamente, dentro de cada nível de cada classe, do grau “A” para “B” e obedecerão às disposições seguintes:

I - As promoções observarão sempre os critérios de alternância entre antiguidade e merecimento.

a) a promoção por antiguidade dar-se-á por tempo de serviço na classe, na Instituição e do professor;

b) a promoção por merecimento, dar-se-á entre os candidatos habilitados, por decisão da Comissão de Avaliação, segundo critérios estabelecidos para referida promoção e aprovados pela Diretoria Administrativa da mantenedora

Parágrafo único - As promoções observarão sempre os critérios de alternância entre antiguidade e merecimento.

DA AVALIAÇÃO E PROMOÇÃO HORIZONTAL

Art.27- A evolução funcional horizontal, por antiguidade, dentro do plano de carreiras, dar-se-á por promoção, dentro da mesma classe dentre as indicadas no Anexo II, obedecidos os seguintes critérios:

Parágrafo único- Após 5 anos de permanência na mesma classe e nível, ou a cada três anos de permanência no mesmo grau.



Associação de Ensino de Botucatu

Art.29- A evolução horizontal por merecimento dentro do plano de carreiras dos docentes dar-se-á por promoção, dentro da mesma classe dentre as indicadas no Anexo II, obedecidos os seguintes critérios:

- I - Assiduidade e pontualidade (vinte pontos);
- II - Cursos compatíveis com a área de atuação (cursos com o mínimo de trinta horas, até dez pontos por curso, não ultrapassando o total de trinta pontos).
- III - Avaliações de desempenho realizadas pela Comissão Própria de Avaliação na qual o docente, não tenha nenhuma condição apresentada pelos discentes inferior a 70% (quinze pontos);
- IV - Participação nos programas de aperfeiçoamento docente oferecidos pela Instituição, com presença em 100% dos programas e ter o mínimo de 03 anos de registro na Instituição. (Quinze pontos);
- V - Participação em bancas examinadoras de dissertações, de teses, participação em congressos, reuniões, simpósios seminários ou atividades equivalente, desde que envolvendo apresentação de trabalhos, conferências, de cursos ou atividades análogas, de no mínimo de 03 atividades no ciclo de dois anos e ter no mínimo 03 anos de registro na Instituição. (Vinte pontos);

§1º- Somente o docente que obtiver pontuação igual ou superior a 70 (sessenta) pontos, progredirá um grau.

Título IV

DA PROGRESSÃO

Art.30- As progressões do pessoal docente ocorrerão, exclusivamente, dentro de cada nível de cada classe, do grau “A” para “B” e obedecerão às disposições seguintes:

DA AVALIAÇÃO E PROGRESSÃO VERTICAL

Art.31- A evolução vertical dentro do plano de carreira dos docentes dar-se-á por progressão, em outra classe cujo enquadramento se dará no grau A da respectiva classe e nível, obedecidos os critérios estabelecidos a seguir.

§1º- É requisito mínimo para ingresso ou progressão para a categoria de Professor Mestre, possuir:

- a) Título de Mestre na área respectiva e, ainda, experiência não acadêmica nos cargos de chefia ou consultor, gerente diretoria ou diretor geral;
- b) No mínimo 3 anos de trabalho na instituição; ou ainda, em experiência como docente em curso superior fora da instituição.
- c) Se houver empate, o critério a ser utilizado é o tempo de trabalho



na instituição.

- d) Permanecendo o empate, o critério a ser utilizado será produção científica, técnica, cultural ou artística com publicação em revistas certificadas nos últimos 02 anos, na data da avaliação
- e) Existência de vaga no quadro de carreira na respectiva classe na data de instauração do processo de progressão.

§2º- É requisito mínimo para ingresso ou promoção para a categoria de Professor Doutor, possuir:

- a) Título de Doutor na área respectiva e, ainda, experiência não acadêmica nos cargos de chefia ou consultor, gerente, diretoria ou diretor geral;
- b) No mínimo 5 anos de trabalho na IES; ou ainda, em experiência como docente em curso superior fora da instituição.
- c) Se houver empate, o critério a ser utilizado é o tempo de trabalho na instituição.
- d) Permanecendo o empate, o critério a ser utilizado será produção científica, técnica, cultural ou artística com publicação em revistas certificadas nos últimos 02 anos, na data da avaliação.
- e) Existência de vaga no quadro de carreira na respectiva classe na data de instauração do processo de progressão.

Art.32- O processo de progressão será instaurado pela Instituição, anualmente, respeitando-se sempre a existência de vaga no quadro de carreira.

Art.33- Considera-se como produção científica: livros, capítulos de livros, artigos em periódicos especializados, artigos publicados em revistas especializadas, textos completos em anais de eventos científicos, resumos publicados em anais de eventos: regionais, estaduais, nacionais e internacionais, propriedade intelectual depositada ou registrada e produções técnicas relevantes.

Capítulo IV

DA OPERACIONALIZAÇÃO DA PROMOÇÃO E DA PROGRESSÃO

Art. 18- Para o processo de avaliação, tanto para promoção como para progressão, será instalada anualmente uma Comissão de Avaliação, composta por:

- I - um representante indicado pelo Presidente da Instituição;
- III - um representante da Coordenação de cada curso;
- IV - um representante do setor de Gestão de Recursos Humanos da Instituição.



Parágrafo único - O enquadramento sempre se dará quando todos os requisitos forem atendidos e aprovados pela Comissão de Avaliação.

Capítulo V

INCENTIVO À CAPACITAÇÃO DOCENTE

Art.34- A Instituição oferecerá aos seus professores os seguintes incentivos:

- I- Bolsa-auxílio para realização de cursos de especialização, mestrado e doutorado, em instituições nacionais;
- II- Concessão de auxílio para participação em congressos, seminários, simpósios e eventos similares em sua área de atuação;
- III- Oferta de cursos de treinamento e de atualização (“Encontros Pedagógicos para Aperfeiçoamento Profissional do Corpo Docente”, “Encontros de Planejamento Pedagógico”);
- IV- Divulgação e/ou publicação de teses, dissertações, monografias ou outros trabalhos acadêmicos;
- V- Patrocínio financeiro e/ou apoio institucional para impressão, edição e/ou divulgação de produções científicas.

Art.35- O docente a quem for concedida licença remunerada, bolsa de estudos para realização de pós-graduação ou qualquer outra ajuda financeira para realização de estudos, deverá permanecer na Instituição por igual período ou ressarcir a Instituição da importância equivalente ao auxílio recebido para esse fim, conforme fixado no respectivo contrato.

Capítulo VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art.36- O preenchimento das vagas de acordo com cada classe prevista neste Quadro de Carreira Docente, em número estabelecido no Art.17, será implementado pela Instituição no prazo de até 3 anos, a contar da data de homologação deste Quadro de Carreira Docente pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Art.37- Este Quadro de Carreira Docente entrará em vigor no prazo de até um ano após a publicação e decisão homologatória pelo Ministério do Trabalho e Emprego, podendo ser revisto após 2 anos.

PROCEDIMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO (DEFINITIVA E EVENTUAL) DOS DOCENTES

As eventuais substituições estão a cargo da coordenação dos cursos, que define as substituições por outros docentes. As aulas que não foram dadas pelo professor são repostas posteriormente.

Quando as substituições têm caráter definitivo, a solicitação é encaminhada pelo coordenador do curso à Diretoria Geral, que autoriza ao setor de Recursos Humanos a verificar no Banco de Currículos a existência de informações sobre profissionais da área e ao Coordenador do Curso a busca de profissionais que tenham o perfil almejado para a vaga de acordo com o processo de contratação previsto no Plano de Carreira das FIBs.

Tabela de Composição e Cronograma de expansão do corpo docente, considerando o período de vigência do PDI.

Titulação	Regime	Ano I 2021 Atual	Ano II 2022	Ano III 2023	Ano IV 2024	Ano V 2025
Especialista (Total)		50%	50%	50%	50%	50%
Especialista	Horista	85%	85%	85%	85%	80%
Especialista	Parcial/Integral	15%	15%	15%	15%	20%
Mestre (Total)		30%	30%	30%	30%	30%
Mestre	Horista	40%	40%	40%	40%	40%
Mestre	Parcial/Integral	60%	60%	60%	60%	60%
Doutor (Total)		20%	20%	20%	20%	20%
Doutor	Horista	50%	50%	50%	50%	50%
Doutor	Parcial/Integral	50%	50%	50%	50%	50%

❖ CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

A principal diretriz para a consecução dos objetivos institucionais é a valorização dos recursos humanos da instituição.

A instituição possui sua definição para uma política de qualificação contínua dos recursos humanos. A implementação deste plano está sendo feita gradualmente, conforme as possibilidades da instituição e tem como foco principal oferecer condições adequadas de trabalho, implantar um programa de aprimoramento permanente dos recursos humanos da instituição e promover melhoria das condições de trabalho para o corpo docente e corpo técnico administrativo.

As políticas de qualificação do corpo técnico-administrativo têm por objetivo promover a melhoria do desempenho das funções técnicas e de gerência existentes nas Faculdades Integradas de Botucatu, por meio de oportunidades e condições de aperfeiçoamento e capacitação nas áreas de atuação.



Compõem o Plano de Qualificação do Corpo Técnico- Administrativo das FIB's os seguintes programas:

1. Programa de Integração Institucional;
2. Programa de Treinamento e Capacitação Profissional

O Programa de Integração Institucional tem por objetivo promover a integração e articulação do corpo técnico-administrativo no âmbito das distintas atividades e objetivos da Instituição. O treinamento é desenvolvido por meio da realização regular e sistemática de seminários, palestras e cursos na área de cada segmento profissional que abordam: histórico e perfil institucional; regimento, estrutura administrativa e acadêmica das FIB's; missão e objetivos das FIB's; direitos e deveres dos profissionais; plano de qualificação; relacionamento interpessoal; treinamento prático para melhoria do padrão de atendimento ao aluno.

O Programa de Treinamento e Capacitação Profissional tem por objetivo a capacitação e a atualização dos métodos de gestão acadêmico-administrativa daqueles que ocupam cargos de chefia – diretorias e coordenadorias. A capacitação vem sendo desenvolvida por meio da realização regular e sistemática de seminários, palestras e cursos.

Tabela 5 - Cronograma de expansão do corpo técnico-administrativo, considerando o período de vigência do PDI.

Titulação	Regime	Ano I (2021)	Ano II (2022)	Ano III (2023)	Ano IV (2024)	Ano V (2025)
Graduado	CLT	65%	60%	60%	55%	52%
Especialista	CLT	25%	30%	30%	35%	38%
Mestre	CLT	5%	5%	5%	5%	5%
Doutor	CLT	5%	5%	5%	5%	5%

QUADRO DE CARREIRA DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO (2021 – 2025)

TÍTULO I DO PLANO DE CARREIRA, CARGOS E SALÁRIOS E SUA FINALIDADE

CAPÍTULO I DA CARACTERIZAÇÃO

Art.1º- O Plano de Carreira, Cargos e Salários do Pessoal Técnico-Administrativo da Unifac - Associação de Ensino de Botucatu, Mantenedora das Faculdades Integradas de Botucatu constitui-se no documento legal que define, normatiza e disciplina as condições de admissão, demissão e desenvolvimento profissional, do quadro técnico-administrativo, implementando a política de sua valorização em



consonância com as necessidades e diretrizes institucionais e com as exigências do mercado de trabalho.

Parágrafo único. Para efeito de implantação, este Plano de Carreira, Cargos e Salários e suas posteriores alterações dependem da aprovação da UNIFAC Associação de Ensino de Botucatu (Artigo 3º do Estatuto Social), Mantenedora das FIBs Faculdades Integradas de Botucatu.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 2º- O presente Plano de Carreira, Cargos e Salários com vigência no âmbito de atuação da Unifac - Associação de Ensino de Botucatu, Mantenedora das Faculdades Integradas de Botucatu, tendo como objetivo regular os processos de admissão, promoção e ascensão funcional do Pessoal Técnico-Administrativo, bem como, o regime de trabalho, forma de remuneração e avaliação, cuja abrangência é da unidade sede situada na Avenida Leonardo Villas Boas, 351 - Botucatu – SP., além de complementar os dispositivos estatutários e regimentais, tem a finalidade de:

I- promover a valorização do Corpo Técnico-Administrativo, através da identificação e aprimoramento de aptidões e habilidades técnico-profissionais e no desenvolvimento de competências.

II- definir uma estrutura de cargos e salários capaz de possibilitar um equilíbrio e coerência entre os valores efetivamente pagos e os serviços realizados;

III- possibilitar o reconhecimento efetivo ao mérito profissional através de uma progressão funcional com base na Avaliação de Desempenho;

IV- implementar critérios para a avaliação da oferta de cargos e salários, como forma de preservar, atrair e manter na Instituição os melhores profissionais do mercado de trabalho.

Título II DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

CAPÍTULO III DA ADMISSÃO E DO REGIME DE TRABALHO

Seção I

DA ADMISSÃO

Art.3º- A admissão é o ingresso do profissional na Instituição, por meio de contrato de trabalho, de acordo com este Plano de Carreira e com as exigências legais.

Art.4º- A admissão dos profissionais do Corpo Técnico-Administrativo é condicionada à existência de vaga e, quando esgotada a possibilidade de seleção interna, ocorrerá mediante processo seletivo, de caráter classificatório, do qual deverão constar provas de conhecimento específico para o exercício do cargo e ou entrevistas e análise de currículos (prova de título), ou ainda prova prática específica, quando o cargo exigir.



Parágrafo único - As regras do processo seletivo de que trata este artigo deverão ser estabelecidas em regulamento específico e aprovado pela Unifac - Associação de Ensino de Botucatu, Mantenedora das Faculdades Integradas de Botucatu.

Art.5º- São cargos ingressantes para o Quadro de Carreira de Pessoal Técnicos Administrativos os constantes do Anexo I deste Plano de Carreira, Cargos e Salários.

Art.6º- O processo seletivo será aberto por solicitação da Direção Geral e anunciado por Edital, discriminando a data, hora e local das provas, o cargo a ser preenchido, as exigências do cargo quanto a titulação específica, o número de vagas, o regime e horas de trabalho, os resultados mínimos que devem ser alcançados pelo candidato, a remuneração, o nível de enquadramento e os documentos necessários às exigências do cargo.

Parágrafo único- A contratação ocorrerá somente com autorização da Direção Administrativa da Unifac - Associação de Ensino de Botucatu, Mantenedora das Faculdades Integradas de Botucatu.

Art.7º- Havendo vaga, quando devidamente comprovada a necessidade, será priorizada a ascensão dos atuais empregados, por processo seletivo interno, conforme previsto nos artigos anteriores, desde que satisfaçam às condições exigidas para o cargo.

Art.8º- Todo empregado contratado será enquadrado no grupo do respectivo nível inicial de seu cargo.

SEÇÃO II

Do Regime de Trabalho e Contrato de Trabalho

Art.9º- O regime jurídico do contrato de trabalho será definido de acordo com as Normas da Consolidação das leis do Trabalho-CLT e as normas da convenção coletiva de Trabalho do Sindicato dos auxiliares de Administração Escolar de Bauru – SAAE

§1º- Qualquer alteração na jornada de trabalho deve atender ao interesse específico da Instituição.

§2º- Em caráter de justificada excepcionalidade será admitida alteração na jornada de trabalho para atender conveniência do funcionário e/ou Instituição, desde que igualmente atendido o critério definido no caput deste artigo.

TÍTULO III

Da Estrutura da Carreira do Corpo Técnico-Administrativo

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA DA CARREIRA

Art.10- A carreira dos empregados técnicos-administrativo da Instituição é constituída por grupos, referência remuneratória e graus.



Seção I

Da Composição do Corpo Técnico-Administrativo

Art.11- O Corpo Técnico-Administrativo da Unifac - Associação de Ensino de Botucatu, Mantenedora das Faculdades Integradas de Botucatu é constituído pelos empregados que têm sob sua responsabilidade a execução das atividades técnicas e de apoio administrativo necessárias ao bom funcionamento da instituição.

Seção II

Das Atividades Técnico-Administrativas

Art.12- Para fins deste Plano de Carreira, Cargos e Salários, são consideradas atividades técnico-administrativas:

- I- o exercício de cargos e funções de natureza gerencial e executiva da Administração Superior da UNIFAC;
- II- o exercício de cargos e funções de natureza gerencial e executiva da Administração Acadêmica
- III- outras atividades gerenciais técnicas e de apoio administrativo da Administração Superior da UNIFAC;

Seção III

Da Carreira Técnico-Administrativa

Art.13- Carreira funcional é a representação das possibilidades de crescimento profissional, retratada pelos níveis dos cargos agrupados segundo a remuneração, as complexidades crescentes e os pré-requisitos de provimento exigidos.

Parágrafo único. O Quadro da Carreira Técnico-Administrativa da Unifac - Associação de Ensino de Botucatu, Mantenedora das Faculdades Integradas de Botucatu é composto por um conjunto de categorias, cargos e respectivas funções, agrupados em carreiras funcionais.

Art.14- Cargo é o conjunto de funções com atribuições, responsabilidades, características de trabalho e faixa salarial semelhantes, sendo um subgrupo da categoria funcional.

Art.15- Função é o detalhamento funcional do cargo de forma mais específica, tendo denominação própria e faixa salarial correspondente, sendo um subgrupo do cargo, podendo, inclusive, dependendo da atividade, ser identificada com nomenclatura igual ao cargo.

Seção IV

Das Categorias Funcionais

Art.16- Categoria funcional é o conjunto de cargos correlatos, agrupados de acordo com a natureza dos requisitos básicos exigidos para sua ocupação.



Art.17- O estrutura-se em três categorias funcionais:

- I- Pessoal Técnico-Administrativo de Nível Básico;
- II- Pessoal Técnico-Administrativo de Nível Médio;
- III- Pessoal Técnico-Administrativo de Nível Superior.

§1º- As categorias funcionais Técnico-Administrativo de Nível Básico são as funções iniciais das carreiras técnica e administrativa cujos ocupantes executam funções básicas de suporte as respectivas áreas.

§2º- As categorias funcionais Técnico-Administrativo de Nível Médio são funções com tarefas de natureza diversificada e abrangente, permitindo um maior aproveitamento do colaborador na Instituição, e seus ocupantes utilizam conhecimentos técnicos sistematizados ou executam funções de suporte administrativo.

§3º- As categorias funcionais Técnico-Administrativo de Nível Universitário são funções cargos de direção, liderança ou especialistas e que exige de seus ocupantes formação de nível superior conforme as necessidades institucionais. .

Art.18- Para cada categoria de cargos adota-se, neste Plano, um escalonamento do grau inicial ao grau final e suas respectivas faixas salariais, cuja progressão horizontal obedece a processo contínuo de atualização profissional, levando-se em consideração, também, o tempo de permanência no Corpo Técnico-Administrativo da Instituição

§1º- Por Nível entende-se o desdobramento que identifica a posição do cargo na estrutura da categoria funcional, segundo o grau de exigência do cargo, permitindo identificar a situação do ocupante na estrutura hierárquica e da remuneração da Instituição.

§2º- Por Faixa Salarial entende-se a amplitude salarial contemplada pelos valores fixados para cada função.

§3º- Para cada padrão da faixa salarial haverá a correspondência de um valor monetário estabelecido pela Instituição a cada dois anos.

§4º- A definição de vagas a serem fixadas no quadro de lotação será regulamentada pela Direção Geral, ouvida a Mantenedora, de acordo com as necessidades institucionais.

Art.19- A composição do Quadro da Carreira Técnico-Administrativa das FIBs, com a indicação de cada categoria funcional e seus respectivos cargos e quantidade de vagas no quadro de lotação, constam de quadros integrantes deste Plano, como anexos, na seguinte forma:

- I- O Quadro da Carreira Técnico-Administrativa, com a indicação da nomenclatura do cargo e da função, bem como a correlação com cargos e respectivas nomenclaturas, número de vagas, carga horária semanal e requisitos mínimos, constitui o Anexo II deste Plano de Carreira, Cargos e Salários;
- II- O Quadro de Lotação dos cargos e funções da Carreira Técnico-Administrativa, com a respectiva descrição sumária, constitui o Anexo III deste Plano de Carreira, Cargos e Salários.



SEÇÃO V

Dos Requisitos para Preenchimento de Cargos

Art.20- O preenchimento de cargos, em cada categoria funcional, subordina-se aos seguintes requisitos básicos:

- I- na categoria Técnico-Administrativo de Nível Básico: comprovante de conclusão do ensino fundamental;
- II- na categoria Técnico-Administrativo de Nível Médio:- comprovante de conclusão do ensino médio e interstício de 01 (um) ano, de permanência no nível básico para ascensão ao nível médio, no caso de ascensão funcional.
- III- na categoria Técnico-Administrativo de Nível Superior:- comprovante de conclusão de curso de graduação e interstício de 01 (um) ano, de permanência no nível médio para ascensão ao nível superior.

§1º- As condições complementares para o preenchimento dos cargos integrantes do Quadro do Pessoal Técnico-Administrativo da instituição constam, também, do Anexo II deste Plano.

§2º- A documentação comprobatória de nível superior e de conclusão do ensino médio e fundamental somente serão considerados quando expedidos por instituição credenciada e reconhecida na forma da lei.

SEÇÃO VI

Do Ingresso na Carreira

Art.21- Os empregados técnico-administrativos são admitidos mediante contrato celebrado com a Unifac - Associação de Ensino de Botucatu, Mantenedora das Faculdades Integradas de Botucatu, e regidos pela legislação trabalhista em vigor e por este Plano de Carreira, Cargos e Salários.

Parágrafo único- Cabe à Diretoria Administrativa a responsabilidade pelo processo de recrutamento e seleção para o preenchimento de cargos, em conformidade com normas estabelecidas.

Art.22- O enquadramento, em qualquer dos cargos/funções integrantes das categorias funcionais previstas neste Plano de Carreira, Cargos e Salários, será feito sempre no padrão salarial inicial.

Art.23- O ingressante em cargo de carreira técnico-administrativa da Unifac - Associação de Ensino de Botucatu, Mantenedora das Faculdades Integradas de Botucatu cumprirá um período de experiência por 03 (três) meses, conforme estabelecido na legislação trabalhista, sendo, no período, submetido à avaliação do desempenho funcional.

Parágrafo único. Durante o período de experiência, o empregado fará jus a um salário de admissão definido pela Instituição, sempre no valor do padrão salarial inicial do cargo/função pretendido.



Art.24- O reingresso de funcionário, a critério da Instituição, poderá, excepcionalmente, ocorrer na mesma categoria, nível e faixa funcionais que ocupava quando do desligamento.

TÍTULO III
Do Enquadramento
CAPÍTULO V
DOS CRITÉRIOS DE ENQUADRAMENTO

Art.26- O enquadramento inicial, em cargo/função e padrão salarial integrantes das categorias definidas neste Plano de Carreira, Cargos e Salários, será feito mediante análise de documentos que comprovem o atendimento do respectivo requisito básico definido e das condições complementares definidas pela Instituição.

Parágrafo único- O enquadramento inicial em cargo, nível e padrão salarial, integrante das carreiras funcionais, dar-se-á imediatamente depois do cumprimento do período de experiência pelo empregado ingressante, observando-se o seguinte procedimento:

- I- durante o período de experiência, o contratado é submetido a uma avaliação de desempenho;
- II- obtendo avaliação positiva, será enquadrado no padrão inicial do cargo/função grau "A" ou, caso contrário, será dispensado;
- III- havendo interesse Institucional, poderá o contratado que não tiver obtido avaliação positiva ser submetido a uma nova avaliação para enquadramento, no prazo máximo de sessenta dias.

Art. 27-A regra definida no caput do artigo anterior aplica-se, também, para a definição de novo enquadramento de funcionário em cargo/função e padrão salarial, quando de sua movimentação na carreira, respeitado o período mínimo de dois anos.

Parágrafo único. O interstício para a primeira promoção é contado da data do enquadramento inicial do empregado.

SEÇÃO I
Do Processo

Art.28- A Gerencia de Recursos Humanos, por proposta da Diretoria Administrativa, ouvida a Comissão de Enquadramento e Avaliação de Desempenho, regulamentará os procedimentos a serem adotados, pela Instituição e pelos empregados, na constituição e na apreciação de processos de enquadramento e na avaliação de desempenho do pessoal técnico-administrativo.

Art.29- O processo de enquadramento instala-se mediante requerimento do empregado, em impresso próprio, junto à Gerencia de Recursos Humanos, devidamente instruído com a respectiva documentação comprobatória.



Art.30- O pedido de enquadramento será apreciado por uma Comissão de Enquadramento e Avaliação de Desempenho, designada pela Mantenedora, com a seguinte composição:

- I - representante da Diretoria Administrativa;
- II - titular da Gerência de Recursos Humanos;
- III - representante da Instituição Mantenedora;
- IV - representante da Comissão Própria de Avaliação – CPA;
- V - representante do Corpo Técnico-Administrativo.

§1º- A Comissão é presidida pelo Representante da Mantenedora, a quem caberá, quando necessário, o voto de desempate nas tomadas de decisão.

§2º- O funcionamento da Comissão obedecerá ao rito e às normas estabelecidas no Regimento interno da Instituição para os seus órgãos colegiados.

§3º- Compete à Comissão de Enquadramento:

- I- divulgar o calendário para instalação de processo de enquadramento;
- II- providenciar o levantamento dos dados funcionais;
- III- realizar e analisar processo de avaliação de desempenho e aferir nota de desempenho;
- IV- emitir parecer técnico com proposta individualizada de enquadramento em cada categoria funcional e cargo/função.

Art.31- A concessão de enquadramento é formalizada por meio de ato da Diretoria Administrativa.

Seção II

Da Promoção Horizontal e Da Ascensão Funcional

Art.32- A promoção funcional é um ato administrativo gerador de movimentação na carreira funcional, aqui compreendida como sequência de posições ocupadas pelo funcionário no quadro de carreira durante sua vida profissional.

Parágrafo único- A promoção funcional se dá pela promoção horizontal e pela ascensão funcional (promoção vertical), quando da existência de vaga para seleção interna.

Art.33- Em todo processo de promoção funcional, além dos elementos integrantes da avaliação de desempenho, será considerado, também, o tempo de serviço prestado à Instituição pelo empregado.

SEÇÃO III

Da Promoção Horizontal

Art.34- A promoção horizontal é a elevação horizontal do empregado ao grau imediatamente superior ao seu, na mesma função, cargo e categoria funcional.

Parágrafo único- O interstício mínimo para a promoção horizontal é de três anos.



Art.35- Para a promoção horizontal serão considerados as avaliações de desempenho e o tempo de serviço na instituição, observando-se, ainda, a existência de padrão salarial superior ao já ocupado e a obtenção de avaliação positiva.

Art.36- A concessão de promoção horizontal é formalizada por meio de ato da Direção Administrativa

Seção IV

Do Processo da Avaliação de Desempenho Funcional

Art.37- A avaliação de desempenho é uma apreciação sistemática do desempenho de cada empregado no cargo ou função e o seu potencial de desenvolvimento na carreira.

Art.38- Na avaliação de desempenho, a Instituição adotará um grupo de fatores de avaliação visando o desempenho funcional e pessoal.

§ 1º O grupo de fatores relativos ao desempenho funcional e pessoal considera como itens de avaliação relevantes:

- I- Pontualidade/Assiduidade – cumprimento da jornada de trabalho estabelecida pela Instituição e comparecimento ao trabalho;
- II- Compromisso com a qualidade – interesse em executar as atividades pertinentes ao cargo com exatidão, sem erros e da melhor forma possível;
- III- Competência – capacidade de colocar conhecimentos técnicos em prática, adequando-os às situações do dia-a-dia;
- IV- Conduta ético-profissional – adoção de uma postura ética diante de situações e dados/informações confidenciais;
- V- Organização e planejamento – capacidade de manter a ordem e o bom funcionamento das atividades pertinentes à função;
- VI- Responsabilidade – capacidade de responder por atos, equipamentos, materiais e valores monetários necessários à execução da função;
- VII- Cooperação – vontade de cooperar, auxiliar os colegas e acatar ordens;
- VIII- Iniciativa – capacidade de resolver problemas e aperfeiçoar processos;
- IX- Capacidade de Realização– capacidade de efetivação de ideias e projetos;
- X- Capacidade de Adaptação– grau de adequação a situações, flexibilidade e capacidade de mudança.

§ 2º Para cada um dos fatores, na Avaliação de Desempenho feita por meio de ficha de avaliação, atribui-se uma nota expressa em grau numérico de 0,0 (zero) a 5,0 (cinco), e deverão seguir os seguintes critérios:



Associação de Ensino de Botucatu

Nota	Conceito
0	Péssimo
1	Ruim
2	Regular
3	Bom
4	Ótimo
5	Excelente

Art.39- A Avaliação de Desempenho será realizada pela chefia imediata, com acompanhamento da Gerencia de Recursos Humanos, a quem compete atribuir nota a cada fator de avaliação.

Parágrafo único- O total de pontos será apurado através do cálculo pela somatória simples

Art.40- Para promoção horizontal serão considerados os seguintes critérios:

- I- Nota da avaliação de desempenho superior a 30 (trinta) pontos;
- II- Média da Avaliação de Desempenho igual ou superior à média do setor.

Art.41- No período de avaliação por desempenho, será considerado critério de desempate o tempo de serviço na instituição, e em se persistindo o empate, o de maior idade.

SEÇÃO V

Da Ascensão Funcional

Art.37- A ascensão funcional é a passagem do empregado para um cargo ou função superior ao exercido, podendo haver mudança de cargo e/ou categoria funcional.

Parágrafo único- O aproveitamento interno se dá através de ascensão funcional representada pela mudança do empregado de um cargo ou função para outro de maior complexidade, desde que atendidos os requisitos exigidos e as condições estabelecidas.

Art.38- A ascensão funcional se dá mediante processo seletivo interno, em conformidade com critérios estabelecidos neste Plano e em suas normas complementares.

Art.39- A ascensão funcional poderá ocorrer em qualquer época, ressalvadas as necessidades e conveniências da Instituição e observadas as seguintes condições:

- I - existência de vaga na função pretendida;
- II - habilitação do candidato à função;
- III - resultado na Avaliação de Desempenho;
- IV - aprovação em processo seletivo.



Parágrafo único- A quantidade de vagas no quadro de lotação é determinada pela vacância das posições existentes e ou alterada de acordo com a necessidade e a conveniência institucionais.

SEÇÃO VI

Do Processo de Avaliação para Ascensão Funcional

Art.40- Para que ocorra a ascensão funcional nas várias classes funcionais serão necessários:

- I- Avaliação que poderá compreender provas, entrevistas, análise de currículo;
- II- Resultado histórico das avaliações de desempenho;
- III- Preenchimento dos requisitos do cargo;

- IV- Permanência no cargo pelo interstício obrigatório em cada categoria funcional
- V- Existência de vaga fixada pela Direção Geral da Instituição, em consonância com este Plano de Carreira, Cargos e Salários.

§1º- O processo seletivo constituir-se-á de análise de currículo, entrevista e, quando necessário, prova de avaliação de conhecimentos específicos.

§2º- A validade do resultado do processo seletivo para a ascensão funcional é de um ano, período em que os candidatos aprovados podem ser convocados, por ordem de classificação, mesmo quando da abertura de novas vagas.

§3º Em caso de empate na classificação, será considerado critério de desempate:

- I- Maior tempo de serviço na Instituição
- II- Maior grau de escolaridade;
- III- Maior tempo de experiência profissional na área em que atua.

Art.41- A concessão de ascensão funcional é formalizada por meio de ato da Diretoria Administrativa.

Parágrafo único- O empregado fará jus ao recebimento da remuneração correspondente no mês subsequente ao da formalização do enquadramento, através de procedimento da Gerencia de Recursos Humanos.

Seção VII

Avaliação do Tempo de Empresa

Art.42- Tempo na instituição é o período que o funcionário possui na instituição desde sua admissão, descontando de seu total as faltas ou ausências justificadas ou não.

Art.43- Para efeitos de promoção horizontal serão considerados os funcionários que possuem mais de 03 anos de instituição, no período de avaliação.

Art.44- No período de avaliação de desempenho, será considerado critério de desempate a média da avaliação de desempenho funcional.



Título IV
Da Qualificação do corpo técnico administrativo
CAPÍTULO VI
POLÍTICAS DE INCENTIVO A QUALIFICAÇÃO

Art.45- As políticas de qualificação do corpo técnico administrativo tem por objetivo promover a melhoria do desempenho das funções técnicas, administrativa e de gerencia existentes nas Faculdades Integradas de Botucatu, por meio de oportunidades e condições de aperfeiçoamento e capacitação nas áreas de atuação.

§1º- Compõem o Plano de Qualificação do Corpo Técnico Administrativo das FIB's os seguintes programas:

- I- Programa de Integração Institucional
- II- Programa de Treinamento e Capacitação Profissional

§2º- O programa de interação institucional tem por objeto promover a interação e articulação do corpo técnico administrativo no âmbito das distintas atividades e objetivos da Instituição, sendo o treinamento desenvolvido por meio de realização de seminários, palestras e cursos na área de cada segmento profissional que abordam: histórico e perfil institucional; regimento, estrutura administrativa e acadêmica das FIBs; missão e objetivos das FIBs, direitos e deveres dos profissionais; plano de qualificação, relacionamento interpessoal; treinamento prático para melhoria do padrão de atendimento ao aluno.

§3º- O Programa de Treinamento de Capacitação Profissional tem por objetivo a capacitação e a atualização dos métodos de gestão acadêmico administrativa àqueles que ocupam cargos ou funções de natureza gerencial e executiva da Administração Acadêmica, devendo a capacitação ser desenvolvida por meio de seminários, cursos e palestras sobre os assuntos pertinentes ao cargo ou função.

Título V
Das Disposições Gerais e Transitórias

Art.46- Adota-se, neste Plano, uma nomenclatura de cargos/funções que possibilita a definição clara de suas respectivas competências, viabilizando a administração do plano pelo enquadramento dos empregados atuais e orientação nas contratações futuras e, ainda, pela movimentação do pessoal na carreira funcional.

Art.47- Os cargos/funções, atualmente existentes na Instituição, serão adequados à nomenclatura e às características definidas neste Plano de Carreira, Cargos e Salários, estabelecendo-se, por consequência, uma respectiva correspondência, sem prejuízo para seus ocupantes.

Parágrafo único- A adequação dos atuais cargos/funções da Instituição, na forma definida no caput deste artigo, será feita por meio de estudo de correspondência de cargos.

Art.48- Compete à Diretoria Administrativa ouvida a Mantenedora, definir anualmente o quadro de lotação da Instituição.



Associação de Ensino de Botucatu

Art.49- A aprovação, a regulamentação e as posteriores alterações deste Plano de Carreira, Cargos e Salários serão objeto de aprovação pela Unifac - Associação de Ensino de Botucatu mantenedora das FIBs Faculdades Integradas de Botucatu

Art.50- Os casos omissos serão dirimidos pela Diretoria Administrativa, ouvindo, sempre que necessário, a Mantenedora.

V ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A Organização Administrativa está concebida a fim de consolidar a Missão, Visão, Valores e as Linhas Orientadoras da Instituição.

A organização administrativa tem como pressupostos a ideia de que a pessoa humana tem que ser valorizada em sua relação com o meio sociocultural e com seu semelhante, tendo como base o diálogo livre, fraterno, crítico-criativo e formador, com vistas a uma educação de excelência que permita colaborar com a promoção de uma sociedade mais justa e solidária.

A Administração Superior das Faculdades é exercida pelo Conselho Acadêmico, pela Diretoria Geral e pelas Coordenações dos Cursos.

O Conselho Acadêmico é órgão máximo de natureza normativa, consultiva e deliberativa das Faculdades, que tem competência para orientar e apreciar o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI submetendo-o à aprovação da mantenedora; acompanhar e avaliar o desenvolvimento global das atividades das Faculdades, promovendo meios para o seu aperfeiçoamento; aprovar normas para procedimentos administrativos e acadêmicos; conferir títulos de professor emérito, prêmios e outras dignidades acadêmicas; deliberar sobre as alterações do Regimento e submete-las à aprovação da mantenedora; realizar estudos de interesse das Faculdades; aprovar mudanças curriculares dos cursos e novos projetos pedagógicos, nos termos da legislação vigente; autorizar abertura de sindicâncias e inquéritos administrativos no âmbito das Faculdades; baixar normas para realização de estágios dos alunos; aprovar o Plano de Carreira Docente; e exercer quaisquer outras atribuições, decorrentes de Lei, do Estatuto e do Regimento. Cabe também ao Conselho Acadêmico deliberar acerca dos casos omissos no Regimento.

O Conselho Acadêmico reúne-se ordinariamente uma vez por trimestre e, extraordinariamente, quando convocado pelo Diretor Geral, funcionando com dois



terços de seus membros em primeira convocação e com qualquer número de presentes em segunda.

A Diretoria Geral é o órgão executivo superior de direção e supervisão das atividades das Faculdades, escolhida pela Entidade Mantenedora, cabendo-lhe administrar as Faculdades e representá-las junto a pessoas ou instituições públicas ou privadas; convocar e presidir as reuniões do Conselho Acadêmico e das demais reuniões realizadas pela comunidade acadêmica; articular a formulação, execução e avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional; instituir e designar os integrantes da CPA – Comissão Própria de Avaliação; exercer o poder disciplinar; conferir grau, assinar diplomas, títulos e certificados acadêmicos; resolver os casos omissos no Regimento *ad referendum* do Conselho Acadêmico; e exercer quaisquer outras atribuições conferidas em Lei, no Estatuto e no Regimento.

Cabe às Coordenações dos Cursos a gestão e a coordenação didático-científica de cada curso. Os Coordenadores dos Cursos têm como atribuições articular o direcionamento do projeto pedagógico aos objetivos do curso e ao perfil do profissional a ser formado, bem como ao atendimento da missão institucional; promover, sistemática e regularmente, discussões internas, de modo a integrar o corpo docente nas diferentes atividades acadêmicas desenvolvidas pelo curso; fomentar a discussão teórica e o avanço prático de metodologias de ensino e aprendizagem adequadas às distintas disciplinas do curso e às diferenças individuais dos alunos; executar, periodicamente, a avaliação do curso, sob a coordenação da CPA; opinar nos processos de seleção, contratação, afastamento e substituição de professores; submeter os projetos pedagógicos a constantes melhorias com o apoio do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e submeter à homologação do Conselho Acadêmico; supervisionar o cumprimento dos deveres regimentais tanto por professores, promovendo as reuniões de Conselho de Curso, quanto por alunos; e exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas pelo Regimento e por normas complementares emanadas do Conselho Acadêmico.

No exercício de suas funções, a Diretoria Geral conta, como órgãos de apoio, com a Secretaria, a Biblioteca e a Zeladoria (Manutenção), Tesouraria, Ouvidoria, Recepção, Recursos Humanos.

VI POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

O Acesso aos cursos ocorre conforme a LDB e pelo Decreto 3.860/2001, mediante processo seletivo, com normas e critérios articulados com o ensino médio, sem ultrapassar esse nível de complexidade. A Divulgação através do Processo Seletivo é feita através da Home Page e publicação em Diário Oficial.

As políticas de atendimento aos discentes são as seguintes:

1. Programa Institucional de Nivelamento – Visando garantir a igualdade de condições de acesso à informação e ao conhecimento e devido à necessidade de propiciar meios para o pleno desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem nos Cursos da Instituição, estabeleceu-se este Programa, direcionado aos alunos da Graduação. Tem por objetivos integrar o ingressante, favorecendo sua adaptação ao Ensino Superior e aperfeiçoar as habilidades básicas necessárias ao desenvolvimento dos alunos ao longo do desenvolvimento do Curso de sua escolha. (Anexo II – Programa Institucional de Nivelamento)

2. Apoio acadêmico – Ao se inscrever no processo seletivo o futuro aluno preenche uma ficha contendo questões sobre aspectos socioeconômicos. A prova do processo seletivo, constituída de uma Redação e prova objetiva de conhecimentos gerais, fornecem informações sobre o nível de conhecimento em que se encontram estes alunos. Assim, quando o aluno ingressa no curso escolhido, os Coordenadores já se encontram cientes das possíveis dificuldades que estes alunos irão enfrentar. Dessa forma, os Planos de Ensino e os Planos de Aulas, elaborados a partir deste diagnóstico, já contêm as recomendações da Coordenação Pedagógica e do NDE quanto à forma de apresentação dos conteúdos. Há também um constante intercâmbio dos professores com o Coordenador do curso, Coordenador Pedagógico e NDE durante as semanas de Planejamento e Replanejamento, visando a troca de informações para um adequado desenvolvimento do currículo.

3. Garantia de Direitos e deveres – Encontram-se assegurados e descritos no Manual do Aluno, publicado na home Page.



4. Divulgação do Calendário Acadêmico – 90 dias antes do no início de cada ano, é feita a divulgação através de murais e na home page.

5. Acompanhamento dos objetivos dos planos de ensino - Após os planejamentos semestrais, onde são discutidas as metas de ensino para cada semestre letivo, os Planos de Ensino são apresentados aos discentes. Caso não haja uma compatibilidade entre o planejamento e as necessidades imediatas da classe, são discutidas as mudanças eventualmente necessárias para a otimização dos resultados a serem alcançados.

6. Incorporação de inovações no processo de ensino-aprendizagem - As FIBs estão constantemente implementando melhorias no ensino, aprimorando a formação de seu corpo docente a fim de atender às necessidades educacionais da comunidade. Estas questões são tratadas semestralmente nos Encontros para o Aperfeiçoamento Profissional do Corpo Docente, quando são organizadas palestras, conferências, mesas-redondas etc

7. Indicadores para medir os resultados obtidos pelos discentes - Como principais indicadores para acompanhar o desempenho dos discentes, tem-se a Ficha de Registro de Frequência e de Atividades Desenvolvidas, que informam sobre o desenvolvimento dos Planos de Ensino e da Assiduidade dos discentes e que são emitidos mensalmente e entregues aos Coordenadores de Curso, à Ouvidoria e à Coordenação Pedagógica. Como indicadores, o número de falta dos alunos e/ou um desempenho acadêmico abaixo do necessário sinalizam para a necessidade de tomar providências, sejam elas relacionadas ao contato com o aluno por meio do Coordenador, ou diretamente quando ele procura os setores de atendimento das FIBs.

8. Publicação de Notas e Faltas – A publicação das notas e faltas é feita regularmente pela Secretaria e a divulgação é feita na home page, com acesso do aluno mediante uso de senha, em datas previstas no Calendário Escolar.

9. Participação dos discentes em estágios, investigação científica, extensão – Todos os regulamentos destas atividades são apresentados aos discentes no início de cada semestre. Para os alunos com carência socioeconômica oferecem-se bolsas/incentivo educacional, em contrapartida à participação nos Projetos Sociais ou de investigação científica. A solicitação é feita mediante requerimento na Secretaria e análise da Coordenação de cada curso.

10. Parcerias com Prefeituras de Botucatu e região, com Empresas e Sindicatos (Programas de apoio Financeiro) – para garantir aos discentes a possibilidade de bolsas de estudos e deslocamento do seu local de origem até a UNIFAC, favorecendo assim seu acesso ao Ensino Superior. Também para ampliar o acesso dos alunos a Empresas e órgãos sindicais onde possam realizar seu Estágio Curricular Supervisionado.



Associação de Ensino de Botucatu

11. Programa de Incentivo Educacional (Programa de Apoio Financeiro) – a fim de contribuir para o acesso ao ensino superior, a Instituição firma convênios com Empresas, Comércio e Prefeituras da região visando a concessão de bolsas/incentivo educacional. É importante ressaltar que este programa alcança até 70% dos alunos da Faculdade e é assim distribuído. **Prefeituras:**(Anhembí - 80%), (Areópolis - 35%), (Bofete – 30%), (Botucatu – 25%), (Conchas – 35%) (Itatinga - 25%), (Pardinho – 50%) (Porangaba - 50%), (São Manuel – 25%), (Torre de Pedra - 50%), (Vitoriana - 50%), de desconto. **Grandes Empresas:** Embraer, Irizar, Caio/Induscar, Eucatex, Duratex, Centroflora, Escritórios de Contabilidade, Famesp, LTM, Polícia Militar, Prever, Sabesp, Asu, Asfel, Tecnaut, Unimed - 25%, CIESP – 15%, Poupa tempo – 30% de desconto. Estas empresas empregam aproximadamente 10.000 funcionários. **Supermercados:** Supermercado Central, Pão de Açúcar, Confiança, Jaú, Manzini, Panelão, Paulista, Panda, Tenda – 30% de desconto; **Sindicatos:** Comércio, CDL, Bares e Restaurantes – 30%, Trabalhadores, Construção Civil, Metalúrgicos – 25% de desconto. **Escolas:** Cevila, Dom Lúcio – 25%, Colégio Embraer - 40% de desconto. **Projetos:** Monte Mor, Samba Vida, Vila dos Meninos – 25% de desconto. **Outros:** Cursinho solidário – 30%, Empresa Júnior, Escritório Modelo, NAF – 40% de desconto.

12. Atendimento na Secretaria – Garante-se a integridade das informações, atualização e manutenção dos dados acadêmicos do aluno, desde o momento de seu ingresso até a colação de grau, expedição e registro de seu diploma. Na home page divulgam-se informações sobre os diversos cursos quanto a regulamentação, matriz curricular, integralização, corpo docente, horário de atendimento do coordenador etc.

13. Acompanhamentos dos Egressos

Quanto aos egressos, as políticas para atendimento deste setor são:

1. Acompanhamento - as FIBs estão em contato com seus egressos, para acompanhar seu desenvolvimento profissional.

2. Egressos como participante do Corpo Técnico Administrativo ou Corpo Docente Considera-se que os melhores alunos devem ser estimulados a prosseguir em sua formação. Com o título de especialista, aqueles que se destacaram na vida acadêmica podem ser convidados a dar aula no Cursinho Solidário e/ou compor seu Corpo Docente. Podem também ser contratados como Funcionário Técnico-Administrativo.

3. Educação Continuada - Participação em Semanas Culturais, Cursos de extensão e/ou Lato Sensu – permanentemente são convidados a participar destes eventos, seja na forma de palestrantes, monitores, seja como assistente.

A Política de Acompanhamento do Egresso garante informações, comparação entre a formação recebida e a prática da vida profissional. Estas informações são obtidas dos próprios egressos.



Além disso o Currículo é permanentemente avaliado pelos representantes da Sociedade Civil Organizada na CPA, que respondem pela visão que o mundo do trabalho têm dos profissionais que foram formados pela Instituição e hoje se encontram na prática profissional.

Todas as informações sobre o acompanhamento dos egressos podem ser obtidas no site da Instituição (www.unifac.com.br) e nas redes sociais (facebook, Instagram, WhatsApp).

https://www.facebook.com/unifac/?locale=pt_BR

<https://www.instagram.com/unifacbotucatu/>

Os Cursos mantêm permanente contato com seus egressos convidando-os a participar das semanas culturais/simpósios, seja como palestrantes ou participantes dos eventos.

Periodicamente são realizados contatos para verificar o desenvolvimento profissional dos egressos. Os egressos são convidados e vir à Instituição para falar sobre suas experiências no mundo do trabalho. São Palestras em que os egressos compartilham suas experiências e incentivam os alunos a persistirem e darem continuidade aos seus Cursos. Também valorizam o Empreendedor que está dentro deles.

Estas ações estão previstas do Programa Institucional de Acompanhamento de Egressos. Em geral são formuladas questões ligadas ao Curso, se o egresso se encontra com vínculo de trabalho ativo, se há relação entre o trabalho atual e a formação, se ter concluído a formação possibilitou melhoria profissional.

(ANEXO II - PROGRAMA INSTITUCIONAL DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS)

14. Organização Estudantil

Conforme previsto no Regimento das FIBs:

O corpo discente poderá ter como órgão de representação Centro ou Diretório Acadêmico regido por estatuto próprio, e poderá eleger seus representantes de classe.

§ 1º A representação tem como objetivo promover a cooperação da comunidade acadêmica e o aprimoramento das Faculdades, vedadas atividades de natureza político partidária.

§ 2º As diretorias dos órgãos de representação discentes serão eleitas nos termos de seus ordenamentos.



§ 4º Aplicam-se aos representantes de classe no órgão colegiado as seguintes disposições:

- I - somente poderá exercer representação estudantil o aluno regularmente matriculado, não cursando disciplinas em regime de dependência e que não tenha sido reprovado no período letivo
- II - o exercício de representação não exime o estudante do cumprimento de suas obrigações escolares.

15. PROGRAMA DE ACOLHIMENTO E APOIO AO ESTUDANTE – PAAE

APOIO PSICOPEDAGÓGICO

JUSTIFICATIVA

Todo ser humano deve entender que a realidade é modificável, seja a partir de si mesmo, seja a partir de recursos que podem modificá-la. Isso revela um ser humano esperançoso, em todos os aspectos da vida.

A partir desta concepção é que, como educadores, vislumbramos a possibilidade de agirmos reflexivamente sobre as demandas dos alunos das FIBs que aparecem no âmbito escolar, decorrentes de outras questões dos âmbitos familiares, econômico e social; assim entendemos que numa relação de horizontalidade, como ouvidores, podemos além de possibilitar melhor adaptação do aluno no mundo acadêmico, provocar o processo de construção de saberes dos mesmos e a compreensão de tudo o que os cerca, objetivando propor saídas ou alternativas que venham a intervir no estado geral de situações demandadas. Isto proporciona estímulo para o diálogo, incentivo à trocas positivas, reflexões críticas sobre si mesmos e suas dificuldades e, à longo prazo, a ampliação de saberes e intervenção mais autônoma na sua própria realidade para otimização de seus recursos.

Sabemos, também, que o atual cenário econômico e social apresenta inúmeras contradições que vem afligindo e atingindo os acadêmicos, que como trabalhadores se vêm, por um lado, pressionados a buscar formação nos bancos escolares, única oportunidade para se manterem no mercado de trabalho. Por outro lado, isto significa maior ônus familiar, vendo-se obrigados a renúncias de várias despesas, para conseguirem então manter as necessidades básicas de seu grupo familiar e os compromissos escolares.

Conforme informações dos próprios alunos, colhidas nos formulários de inscrição para o Exame Seletivo e de registro de notas e faltas, além dos depoimentos



espontâneos junto aos professores e coordenador do curso, os alunos dos vários cursos das FIBs são trabalhadores com a visão de que o aumento da escolaridade pode lhes proporcionar melhoria da qualidade de vida. São oriundos de lares cujos pais tem pequena escolaridade, eles próprios vêm do ensino médio público e é natural a existência de fragilidades/lacunas em seu conhecimento, as quais podem induzir à falta de adaptação ao curso e/ou disciplina cursada. O desejo de completar sempre fez parte da natureza humana. Em geral, uma pessoa fica satisfeita quando uma tarefa é concluída integralmente. A maioria dos alunos tem um desejo natural de completar uma tarefa ou complementar o seu conhecimento sobre um determinado conteúdo. A consciência dessas lacunas desperta um desejo de preenchê-las. Há formas de incentivar os alunos a descobrirem essas lacunas e assim, potencializar seus esforços para saná-las.

Atender aos alunos nas situações de crise, inadaptação, fragilidade emocional e/ou cognitiva é um importante papel da instituição de ensino, que deve se valer de diversos meios para produzir os efeitos mais desejáveis, ou seja, a permanência do aluno no curso superior até a conclusão de seus estudos.

Em decorrência da COVID-19 a questão do acolhimento torna-se crucial uma vez que os fatores citados no parágrafo anterior se agravam, mesmo que se esteja trabalhando de forma remota; a sala de visitas transformou-se em sala de aula, que conta com a família como novos e adicionais assistentes e os meios (eletrônicos) a serem utilizados para as aulas dependem da qualidade de acesso do aluno à internet.

Assim, justifica-se este projeto por identificarmos que muitas dificuldades são manifestadas pelos alunos no espaço das salas de aula, bem como no desenvolvimento dos conteúdos no transcorrer do período letivo, e que muitas delas são passíveis de serem resolvidas/minimizadas, necessitando em grande parte dos casos, apenas de apoio, orientação profissional ou encaminhamento para os recursos já existentes e operantes no município.

OBJETIVOS

Geral

Promover meios para que o aluno permaneça no curso superior até a conclusão de seus estudos.

Específicos



Associação de Ensino de Botucatu

- Minimizar deficiências em relação à aprendizagem de conteúdos fundamentais da Educação Básica, promovendo o êxito dos alunos no curso escolhido, por meio do Programa Institucional de Nivelamento;
- Eliminar ou minimizar os problemas pessoais, sociais, que interferem na vivência acadêmica e que resultam em lacunas na formação do futuro profissional, contando para isto com o atendimento de Professor Ouvidor, Coordenadores de Curso e Psicopedagogo;
- Facilitar a adaptação de alunos ingressantes ao curso escolhido;
- Diminuir os índices de desistência e reprovação nas disciplinas oferecidas nos cursos;
- Preparar os alunos para a avaliação a que serão submetidos no Exame Nacional de Cursos – ENADE;
- Trabalhar e discutir em grupo, questões identificadas pelos Professores Ouvidores, que estejam interferindo tanto nos trabalhos como nos conteúdos das disciplinas, como no rendimento e aproveitamento das mesmas;
- Interferir preventivamente nos problemas que normalmente são levados à coordenação dos cursos e à ouvidoria e são passíveis de serem resolvidos numa esfera inferior.

OPERACIONALIZAÇÃO

Para a execução deste projeto torna-se necessária a existência de equipe constituída pelo Professor Ouvidor, Coordenadores dos Cursos, Psicopedagogo, atendendo ao seguinte trâmite:

- Escolha pelos alunos da classe do Professor Ouvidor, sendo este um dos professores do semestre. A organização desta escolha, que será semestral, ficará à cargo do Coordenador de cada Curso;
- Caso seja detectado algum problema, o Professor Ouvidor conversará com o Coordenador do Curso, deixando-o a par dos acontecimentos;
- O registro das situações dar-se-á mediante o preenchimento de uma Ficha Individual, contendo informações oriundas das observações feitas pelo Prof.



Associação de Ensino de Botucatu

Ouvidor ou ainda, do registro de fatos, informações levadas à ele pelos alunos;

- O preenchimento da Ficha Individual, será de conhecimento apenas do Prof. Ouvidor e do Coordenador;
- Caso as situações possam ser resolvidas no âmbito das Coordenações o assunto será registrado, assim como as ações adotadas para resolução dos problemas detectados;
- Caso as situações não possam ser resolvidas no âmbito do Coordenador, este encaminhará as situações para o Psicopedagogo que está à disposição da Instituição para realizar este trabalho, assim como a Ficha Individual. Na ocasião, além dos dados contidos na Ficha Individual, o Professor Ouvidor também dará seu depoimento sobre a situação;
- O Psicopedagogo se valerá das técnicas e meios da área a fim de sanar a problemática, fazendo seus registros quanto ao andamento da situação, as soluções adotadas e os resultados obtidos;

Os profissionais envolvidos no Programa, além de desenvolver o programa definido anteriormente, poderão também auxiliar os alunos na interpretação de normas e regulamentos da vida acadêmica, bem como facilitar o acesso deles aos recursos necessários/disponíveis.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Recursos Físicos

- Sala dotada de condições para atendimento individualizado e/ou em grupo, com mesa e cadeiras removíveis.

Recursos Humanos

- Professores Ouvidores e Coordenadores de Cursos que darão para atendimento direto às situações detectadas;
- Psicopedagogo que promoverá o atendimento às situações, caso estas não sejam resolvidas no âmbito do próprio Professor Ouvidor e Coordenador

Sistema de Avaliação e Controle

Os atendimentos são de natureza confidencial, entretanto os resultados poderão ser apreciados tanto pela Diretoria Geral como pelos coordenadores dos cursos, por meio de relatórios bimestrais e serem apresentados, além das



Associação de Ensino de Botucatu

discussões proporcionadas com os docentes por ocasião das reuniões dos cursos/conselhos dos cursos.

Perfil de egresso

O perfil dos egressos dos cursos das FIBs é definido em consonância com a missão institucional e com as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCNs, que orientam a elaboração das matrizes curriculares. As matrizes curriculares levam em consideração o perfil desejado para cada curso, observando a seleção de conteúdos apropriados e atualizados, enfatizando as competências e as habilidades a serem desenvolvidas junto ao corpo discente a fim de se obter o referido perfil.

As FIBs estão permanentemente em contato com seus egressos, para acompanhar seu desenvolvimento profissional, especialmente quanto a empregabilidade e à formação continuada. Este contato é realizado nos eventos promovidos pela Instituição, assim como por meio de pesquisas direcionadas à determinado grupo profissional.

Considera-se também que os melhores alunos devem ser estimulados a prosseguir em sua formação. Com o título de especialista, aqueles que se destacaram na vida acadêmica são convidados a dar aula no Cursinho Solidário e/ou compor o Corpo Docente da Instituição. Podem também ser contratados como Funcionário Técnico-Administrativo.

Permanentemente são convidados a participar das Semanas Culturais/Simpósios dos diversos cursos, seja na forma de palestrantes, monitores, seja como assistente.

ANEXO VI (Politica de Acompanhamento de Egressos)

VII INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

Sendo uma Instituição que oferta cursos presenciais à comunidade de Botucatu e região, além de hospedar diversos eventos, durante o ano de 2020/2021 a Instituição passou por ampla reforma, incluindo a ampliação e readequação de suas instalações físicas, visando dotá-las de condições que favoreçam a interação dos alunos e professores, como propõem as metodologias ativas.

Passaram pelo processo de requalificação os espaços internos (Academia do Curso de Educação Física, Biblioteca, Escritório Modelo, Sala de Reuniões para a Empresa Júnior, Laboratório de Informática, Salas de Coordenações, Sala dos Professores, Salas de Aulas). Executou-se, também, a revitalização da pintura e dos pisos das salas de aulas, a modernização da área externa, a reforma das instalações elétricas e aplicação de nova comunicação visual.

- A Academia foi relocada em espaço mais amplo e arejado e seus equipamentos foram desmontados e montados, passaram por revisão mecânica, tiveram troca de cabos e polias, receberam pintura eletrostática em pó e, de acordo com a necessidade, tiveram troca de estofamento;
- A Biblioteca adquiriu um novo layout para atender à comunidade acadêmica, visando torná-la mais funcional desde os aspectos físicos quanto os tecnológicos, para proporcionar melhores condições de uso e proteção do acervo;
- O Escritório Modelo foi instalado em novo espaço, podendo contar com instalações mais amplas, em que as atividades de estudo e prática profissional sejam privilegiadas, assim como as atividades sociais que desenvolve;



Associação de Ensino de Botucatu

- A Empresa Júnior, também relocada, ganhou um novo e confortável espaço para reuniões, atendendo à demandas já registradas pelo corpo discente;
- O Laboratório de Informática recebeu novas bancadas e cadeiras, novas máquinas, ampliando assim a quantidade de usuários, teve substituição de toda a rede elétrica, wifi, uma smart tv nova e Lousa de Vidro;
- A Sala dos Professores teve os banheiros reformados, nova pintura, os armários foram renovados e a rede de wifi foi ampliada, melhorando a experiência de acesso à rede;
- As Salas de Coordenação foram alocadas na mesma área física, aproximando aqueles que são os gestores dos cursos e facilitando a comunicação, favorecendo as decisões que sempre envolvem mais de um curso, tanto no aspecto pedagógico quanto estrutural;
- Novas Salas de Aulas foram montadas (2), mobiliadas, dotadas de Lousa de Vidro e demais equipamentos necessários;

Para tornar o atendimento ao público, interno e externo, mais rápido e eficiente, foi feita a relocação da Recepção, Secretaria, Área da Direção e Tesouraria. Além disso, todos os ambientes foram dotados de internet (wi-fi) (800 Mb de link dedicado) e os alunos têm acesso mediante a utilização de senha. A visualização destes ambientes pode ser feita no endereço...<https://www.facebook.com/unifac/>.

- A Recepção encontra-se hoje no acesso inicial das pessoas e alunos, para recebê-las, promover a informação de forma eficiente, com um mínimo de tempo de espera;
- A Secretaria, Tesouraria e a Direção das FIBs ocupam hoje salas contíguas porém individualizadas, contando com ambientes mais amplos e próximos o suficiente para tornar as tomadas de decisão mais rápidas porém de forma privativa.

O Jardim Central da Instituição, espaço privilegiado de convívio social, que conecta os ambientes internos e externos, é uma grande sala a céu aberto que pode ser utilizada para eventos, aulas, interação entre alunos e professores. Passou por intervenção paisagística, dotando-o de novas e mais adaptadas espécies vegetais, iluminação adequada para promover o bem estar às pessoas presentes no ambiente, novos bancos e assentos. Recebeu também um lago de carpas, cujo significado simbólico remete à força, determinação, coragem, tarefas cumpridas, objetivos alcançados, valores estes que a Instituição compartilha e que tornará este espaço um permanente convite para neles pensar.

Toda a Instituição encontra-se equipada com sistema de monitoramento, a fim de obter visibilidade em tempo real de todas as instalações, para tomadas de decisões.



A seguir encontra-se a descrição dos ambientes.

VII.1. Auditórios

O Auditório 1 possui 111 m², com ar condicionado, contendo 100 cadeiras com suporte próprio para fazer anotações, cabine de operações equipada de vídeos, aparelhagem e som estéreo e computador, podendo ser utilizado para Projeção de Vídeos, Apresentação de Áudios, Apresentação em Multi Mídia, entre outros.

Os Auditórios 2 e 3 possuem 136 m², com ar condicionado, contendo 165 cadeiras com suporte próprio para fazer anotações, com aparelhagem de som estéreo, podendo ser utilizado para Projeção de Vídeos, Apresentação de Áudios, Apresentação em Multi Mídia, entre outros.

VII.2. Outras Áreas

A Instituição possui espaços destinados às salas dos coordenadores de cursos e outros espaços coletivos, conforme descrição a seguir:

DESCRIÇÃO	ÁREA (m ²)
Sala dos professores	38
Sala de Aula (33 salas)	50
Gabinete da Coordenação Pedagógica	18
Gabinete do Coordenador de Administração	14
Gabinete do Coordenador de Ciências Contábeis	14
Gabinete do Coordenador de Gestão de Recursos Humanos	14
Gabinete do Coordenador de Pedagogia	25
Gabinete do Coordenador do Serviço Social	28
Gabinete do Coordenador de Educação Física	18
Gabinete do Coordenador da CPA	10
Centro de Convivência	1043
Praça de Alimentação	50
Sanitários	104
Arquivos	71
Área reservada para expansão	1064
Instalações esportivas	2253
Área de circulação	972
Total	5.757

VII.3 Recursos Tecnológicos

Os equipamentos a serem utilizados nos Cursos são instrumentos do Planejamento Pedagógico dos Cursos:

- 02 Data Show móveis
- 09 Data Show fixos
- 01 Flip chart;
- 50 Computadores interligados em rede com acesso à INTERNET (15 no Laboratório de Informática, 1 no anfiteatro, 8 na Biblioteca, 5 no Escritório Modelo, 01 no Laboratório de Anatomia/Biologia/Fisiologia do Exercício e 20 para uso administrativo).

CRONOGRAMA DE INVESTIMENTO E EQUIPAMENTOS AUDIO VISUAIS

Equipamentos	2021	2022	2023	2024	2025
Data Show Móvel	06	06	07	08	09
Data Show Fixo	08	09	10	11	15
Flip Chates	02	02	04	04	04
Aparelho Som	01	02	03	03	04
TV - Smart	03	03	04	05	06
Computadores	70	72	75	77	79
Rede Wifi	Toda a área da escola				

VII.4. Biblioteca

Instalações

Biblioteca informatizada (8 computadores, ligados em rede com acesso a Internet) com 322 m² de área construída, sala individual de Leitura, 05 cabines individuais de estudos, Balcão de Atendimento, 10 mesas de estudo com a capacidade de atendimento de 100 pessoas.

Sistema Classificatório das Obras:

D.D.C. Dewey Decimal Classification

Uso Aberto à Comunidade

A Biblioteca é de uso extensivo à comunidade para consulta e pesquisa in loco.

Equipe Técnica e de Apoio

01 Bibliotecária

01 Auxiliar

Acervo

ÁREA	LIVROS		PERIÓDICOS		DVD	CD ROM
	TÍTULOS	Exemplares	Títulos	Exemplares		
Ciências Exatas e da Terra	640	610	208	905	45	
Ciências Biológicas	129	156	107	112		
Engenharia / Tecnologia	24	34	15	15		
Ciências da Saúde	313	669	168	193	45	
Ciências Agrárias	15	16	0	0		
Ciências Sociais Aplicadas	3.676	6.016	1.857	2.283	59	7
Ciências Humanas	465	652	178	2013		
Linguística, Letras e Artes	7.145	9.399	591	591	8	13
TOTAL	12.407	17.013	3.124	4.312	157	20

Formas de atualização e expansão do acervo

A política de aquisição, expansão e atualização do acervo bibliográfico têm como principal objetivo fixar critérios que possibilitem o crescimento racional e equilibrado do acervo, em todas as áreas, de modo a atender às demandas dos cursos da Instituição.

Constituem objetivos da Política de Aquisição, Expansão, Atualização e Desenvolvimento de coleções:

- Traçar os critérios de seleção e aquisição de material bibliográfico, quanto às necessidades qualitativa e quantitativa;
- Fixar os recursos orçamentários destinados à renovação e expansão do acervo;
- Estabelecer regulamentação para a avaliação de coleções;
- Estipular normas e procedimentos para descarte de material;
- Estabelecer metas para expansão da coleção;
- Disseminar informação quanto às novas publicações e edições;
- Fomentar a utilização dos recursos bibliográficos através de cursos de capacitação de usuários, com periodicidade semestral;



- Criar condições de expansão física para acompanhar o crescimento do acervo.

A atualização, reposição e expansão do acervo ocorrem anualmente, em conformidade com a demanda estabelecida pelos professores em seus Planos de Ensino. Estes Planos de Ensino fazem parte dos Projetos Pedagógicos que são encaminhados à Biblioteca para verificação da bibliografia indicada. A Bibliotecária confere a bibliografia e encaminha para o setor competente as obras a serem adquiridas.

Para o próximo ciclo o cronograma de atualização do acervo será respeitando as possíveis necessidades que venham a ocorrer no final de cada ano letivo, quando da apresentação do projeto a Biblioteca e esta verificar o acervo, identificando se há necessidade de atualização de determinada disciplina.

CRONOGRAMA PROPOSTO PARA ATUALIZAÇÃO E EXPANSÃO DO ACERVO

	2021	2022	2023	2024	2025
Administração		X	X		
Ciências Contábeis		X		X	
Educação Física	X	X	X	X	X
Pedagogia	X	X		X	
Serviço social		X			X
Gestão de Recursos Humanos		X			
Nutrição		X	X	X	
Fisioterapia		X	X	X	

Horário de funcionamento

De segunda a sexta feira, das 08:00 h às 12:00 h e das 13:00 h as 22:00 h. Aos sábados, das 09:00 h às 12:00 h.

Serviços oferecidos

- Empréstimo de obras de referência;
- Pesquisas bibliográficas para alunos, professores e funcionários;
- Pesquisas em periódicos eletrônicos;
- Orientações bibliográficas;
- Elaboração de Fichas Catalográficas;
- Divulgação das aquisições mais recentes.

Informatização

A biblioteca possui o programa “SOPHIA” dimensionado para gerenciar



Associação de Ensino de Botucatu

os setores de empréstimo de material, cadastro dos corpos docente e discente, controle do acervo e aquisição de material.

Acesso a Bases de Dados

A biblioteca possui 7 terminais (uso exclusivo para alunos/consultas) e 1 de uso interno/administrativo de acesso, conectados em rede com INTERNET para os seus usuários e, utiliza as seguintes bases de dados para pesquisas:

- a) DEDALUS/USP;
- b) UNICAMP/BANCO DE DADOS BIBLIOGRÁFICOS DA UNICAMP;
- c) SCIELO: SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE; e
- d) BIBLIOTECA NACIONAL

VII.5. Laboratórios

Laboratório de Informática - Equipamentos

01 Lousa Branca

01 Televisão de 42"

01 mesa

Bancada para os computadores

27 cadeiras

15 Computadores

Horário de funcionamento: 08:00 12:00 h

13:00 18:00 h

19:10 22:40 h

- **Laboratório de Anatomia/Biologia**

01 Mesa 3,5 por 1,20 com instalações específicas

01 Armário de metal

01 Armário de gavetas em madeira

Equipamentos em vidros

Cadeiras

Mapas - Altas do corpo Humano, Esqueletos e Músculos

01 Microscópio

- **Laboratório de Fisiologia do Exercício**

01 computador

01 mesa

01 cadeiras

01 arquivo de gavetas

01 maca

01 Bicicleta Ergométrica de Av.

Física

02 manguitos de adulto

01 manguito juvenil

01 manguito infantil

03 Estetoscópios

02 Adipômetros



Associação de Ensino de Botucatu

- 01 Flexímetro.
- 02 bancos de Wells
- 01 Aparelho medidor de glicemia
- 01 Balança analítica e de precisão
- 01 balança mecânica
- 01 balança digital
- 01 simetrógrafo (quadro de avaliação postural)

- **Laboratório de Ginástica de Academia**

- 01 lousa
- 02 bicicletas ergométrica
- 02 bicicletas ergométricas horizontais
- 01 stepper eletrônico

Aparelhos de musculação:

- Equipamentos para Músculos

Principais:

- 01 Pulley para exercícios de costas
- 03 Bancos de exercícios de peso livre
- 01 Peck Deck para exercícios de peito
- 01 Remada para exercícios de costas
- 01 Rosca Palanca para exercícios variados
- 01 Leg Press 45° para trabalhar membros inferiores

- Equipamentos de Levantamento de Peso:

- 02 Supinos livres
- 02 Barras de supino
- 02 Barras médias
- 02 Barras pequenas
- Variedade de Pesos:

- Diversos pesos para atender diferentes níveis de treinamento:

- 01 Peso de 15 kg
- 04 Pesos de 10 kg
- 02 Pesos de 03 kg
- 06 Pesos de 02 kg
- 06 Pesos de 01 kg

- Anilhas:

- 07 Anilhas de 20 kg
- 01 Anilha de 15 kg
- 06 Anilhas de 10 kg
- 07 Anilhas de 05 kg
- 04 Anilhas de 04 kg
- 10 Anilhas de 02 kg
- 10 Anilhas de 01 kg

- Barras de Suporte:

- 02 Barras de supino médias
- 01 Mini barra
- 06 Tornozeleiras

- Equipamentos Diversos:

- 01 Mesa
- 01 Cadeira
- 02 Bancos de ginástica (banco sueco)



- **Laboratório do Curso de Administração (Empresa Júnior)**

- 01 computador
- 01 mesas
- 01 mesa para reunião
- 01 armário de aço
- 03 cadeiras

- **Laboratório do Curso de Ciências Contábeis (Escritório Modelo)**

- 05 computadores em rede
- 11 cadeiras
- 01 estante de aço
- 01 mesa para reunião
- 01 Impressora

- **Laboratório do Curso de Pedagogia (Brinquedoteca)**

01 estante de madeira

Brinquedos pedagógicos, sendo:

02 - Prateleiras de madeira	29 – Placas de alinhavo	03 Fantoques do Sitio do Pica pau amarelo (total 16)
04 – Réguas numéricas	08 – Fantoques animais	01 Teatro
02 – Material dourado (Cuisenaire)	12 – Alfabeto móveis	01 Baú de Fantasias
01 – Quebra –cabeça geométrico	05 – Caixa (Jogo de encaixe)	02 Espaguetes de espuma
01 – Jogo (numeral / quantidade	17 – Almofadas	13 Placas de Trânsito
05 – Loto numérica	19 – Fantoques de nylon e espuma	01 Dado Pedagógico
02 – Sólidos geométricos	05 – Cones de circuito	08 Fantoques de Feltro
01 – Blocos lógicos	01 Blocos para montar (tipo lego) balde	01 Jogo da Memória
08 – Dominó	01 Jogo Tapetes de Letras	
05 – Sequência lógica	01 Jogo de Tapete de Números	
01 – Ábaco		

- ✓ **Política de Acesso dos Alunos aos Laboratórios**

Os Laboratórios são espaços para a consolidação da relação teoria-prática. Portanto, espaços pedagógicos que são utilizados por professores e alunos mediante agendamento junto à coordenação dos cursos.

O laboratório de informática, composto de equipamentos e softwares de última geração, encontra-se à disposição para utilização pela comunidade acadêmica da instituição.

Estão disponíveis softwares para edição de textos, planilhas de cálculo, apresentações/slides e banco de dados.

O laboratório possui instrutor e técnico responsável pelos equipamentos mantendo-os em bom funcionamento e também, quando necessário, orientam e solucionam dúvidas dos usuários.

Fora do horário de aulas os alunos e professores que necessitarem utilizar o laboratório podem solicitar a reserva do equipamento, com um prazo mínimo de 24 horas. Isto é necessário para que se possa efetuar o planejamento de uso do laboratório.

Para permitir a rastreabilidade na identificação de problemas no sistema e manter o controle do laboratório, os alunos e professores têm acesso à rede de comunicação se utilizando de uma senha personalizada de acesso.

Os materiais de consumo como cartuchos para impressoras e papel para impressão dos trabalhos são fornecidos pela instituição, já os CDs e Pen drives são trazidos pelos usuários e verificados através dos programas antivírus.

- **Infraestrutura Esportiva**

02 Quadras Poliesportivas Cobertas;

01 Quadra Poliesportiva sem Cobertura

Plano de Expansão / Melhoria da Infraestrutura Física e de

Laboratórios

A Instituição possui 33 salas (Média de 50 m² / cada – Total = 1.882 m²), bem iluminadas natural e artificialmente, com amplas janelas e ventiladores de teto, contendo carteiras confortáveis e espaço suficiente para ser utilizado em forma de aula tradicional ou em oficinas, ou outras formas de trabalho escolhidos pelo Professor.

Serão feitas adaptações na iluminação para dotar as salas de aula e laboratórios de fontes ecologicamente adequadas, assim como renovar carteiras, lousas e demais equipamentos existentes (em andamento) a fim de que possam desfrutar de ambiente adequado e estimulante, especialmente por se tratar de cursos noturnos em que tanto o aluno quanto o professor já vem de uma jornada diária de trabalho.

CRONOGRAMA PARA EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA

Melhorias	Ano I 2021	Ano II 2022	Ano III 2023	Ano IV 2024	Ano V 2025
Rampas/corrimão/Piso Circulação na convivência	x				
Pintura Completa	x	x			
Fiação Elétrica	x				
Sistema de Câmeras	x				
Sanitários Especiais	x				

Troca de Telhas		x			
Troca/reforma de Mobília		x	x	x	
Equipamentos Ventilação Ar Condicionado		x	x		
Troca do Piso da Quadra					x
Pintura e Cobertura lateral da Quadra					x
Reforma dos Sanitários Esportivos					x
Troca/Renovar Equipamentos dos laboratórios	x	x	x	x	x
Reforma dos Sanitários Da Sala dos Professores	x				
Reestruturação da área Administrativa					x

VII.6. ATENDIMENTO A PORTADORES DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS OU COM MOBILIDADE REDUZIDA

A **Política de Acessibilidade e de Atendimento** diferenciado está estruturada para garantir e ampliar o grau de acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais (**ANEXO III**) – **Ações implementadas:**

Relativamente aos alunos portadores de deficiência física:

- Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do aluno, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo;
- Reserva de vaga especial no estacionamento e de fácil acesso às unidades de serviço;
- Construção de rampas para facilitar a circulação daqueles que utilizam cadeira de rodas e de pessoas que utilizam muletas;
- Adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para facilitar o acesso de cadeira de rodas;

- Colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- Instalação de telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

No que concerne a alunos portadores de deficiência visual:

- Compromisso formal da instituição de manter, caso tenha aluno com deficiência visual, máquina de datilografia braile, impressora braile acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopadora que amplie textos, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, régua de leitura;

Quanto a alunos portadores de deficiência auditiva:

- Compromisso formal da instituição, caso tenha aluno com deficiência auditiva, de propiciar intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, e especialmente proporcionar aos professores acesso a literatura e informações sobre a especificidade lingüística do portador de deficiência auditiva.

VIII AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

1 DESENVOLVIMENTO

Os documentos legais estabeleceram a obrigatoriedade de constituição da Comissão Própria de Avaliação – CPA, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as diretrizes contidas no Art. 12 da Lei 10.861 de 14 de abril de 2004:

A CPA das FIBs atende às exigências formuladas pelo instrumento já mencionado, sendo constituída de acordo com as peculiaridades de sua estrutura organizacional, sua missão, sua proposta pedagógica e o meio em que se encontra inserida.

As informações obtidas até o momento constituem um corpo de indicadores do processo de auto avaliação das FIBs e a relevância desta avaliação é evidenciada pelas decisões tomadas em função dos resultados obtidos nas pesquisas.

Os trabalhos da CPA têm base no seu Regulamento Interno, que, trata dos Objetivos, Finalidades e Princípios da Avaliação, assim como dos meios para sua Operacionalização (Metodologia). Hoje a CPA se configura como um instrumento valioso de auxílio à gestão, garantindo a consolidação da cultura de avaliação como processo contínuo de melhoria das necessidades em suas diferentes dimensões (ensino, extensão – projetos sociais, gestão, compromisso e responsabilidade social), possibilitando a concretização da Missão Institucional:

2.OBJETIVOS DA CPA

O principal objetivo da CPA é contribuir para o aumento permanente da eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades da IES, através dos seguintes mecanismos:

- Autoconhecimento da Instituição, nas diferentes dimensões de suas atribuições;
- Verificação da compatibilidade entre a realidade constatada e as exigências legais;
- Verificação dos pontos a serem trabalhados nos diferentes projetos institucionais;
- Detecção da consonância entre Missão Institucional, Estatuto e Regimento e os “Manuais de Avaliação do INEP” (Cursos e Instituição);
- Promoção, na comunidade acadêmica, de reflexão sobre as atividades institucionais;
- Disponibilização de instrumentos que forneçam subsídios para a elaboração de Programas de Desenvolvimento Institucional;

- Sistematização das ações, condução do processo de avaliação e, quando solicitado, prestação de informações ao INEP;
- Participação na elaboração do PDI (2016 – 2020) e acompanhamento da implantação das metas estabelecidas no documento.

3 METODOLOGIA

Dadas às características próprias da Instituição, em que cada curso tem uma configuração própria, embora todos os cursos obedeçam às normas e procedimentos institucionais, a pesquisa junto ao corpo discente e corpo docente é realizada curso a curso e a partir destes dados são consolidadas informações institucionais. Sendo assim, tem-se um panorama particular de cada curso, com suas características como perfil, demandas, percepções e a partir destes, o perfil institucional.

A CPA enquanto órgão executor da Auto Avaliação Institucional reúne-se periodicamente, sendo que na reunião de cada início de ano é traçado o planejamento para o ano corrente, assim como são discutidas as metodologias de pesquisa a serem empregadas. A partir disto e após a escolha dos representantes de classe, o processo de auto avaliação é posto em funcionamento. São realizadas reuniões com os representantes de classes dos 1ºs semestres separadamente e em seguida com os representantes de classe dos demais semestres (3º, 5º, 7º semestres). Como há representantes do corpo discente na CPA, cabe a eles a divulgação destas reuniões junto aos seus pares.

Na reunião com os representantes de classes dos 1ºs semestres é feita basicamente a apresentação do SINAES. Além disso, tem-se como objetivo verificar a adaptação dos novos alunos aos cursos escolhidos, contando com isto com informações colhidas junto à Ouvidoria e às Coordenações dos Cursos. Outro assunto permanente é a informação sobre a pesquisa a ser desenvolvida junto ao corpo discente e o convite para que eles sejam os facilitadores do processo em suas classes.

Na reunião com os representantes dos 3º, 5º e 7º semestres são feitas abordagens sobre o SINAES, sobre os resultados das pesquisas realizadas no ano, nas providências tomadas em vistas das opiniões expendidas e qual a percepção dos alunos acerca destas providências.

Uma vez que a aplicação da pesquisa junto ao corpo discente está prevista no Calendário Acadêmico, passa-se à aplicação da mesma. Em data também

prevista no Calendário Acadêmico os resultados são apresentados aos representantes de classe, em uma única reunião. Nesta ocasião a par dos dados colhidos são informadas as possíveis providências a serem tomadas pela Instituição.

É importante ressaltar que quando ocorrem fatos que justifiquem tomadas de decisão, independente da apresentação dos resultados aos alunos, as decisões são tomadas a fim que o processo de avaliação não engesse o andamento das atividades acadêmicas. Normalmente as informações que demandam estas decisões partem da Ouvidoria e das Coordenações dos Cursos.

Quando há pesquisa junto ao corpo docente e corpo técnico administrativo os resultados são divulgados nas Reuniões de Planejamento e Replanejamento. Nestas reuniões também são apresentadas análises sobre o perfil do aluno que está ingressando nos cursos das FIBs e suas implicações no processo ensino-aprendizagem.

Ordinariamente as informações do andamento e dos resultados das pesquisas são discutidas nas reuniões da CPA, que conta com 2 representantes do corpo docente, 2 do corpo técnico administrativo, 02 do corpo discente e 2 da Sociedade Civil Organizada. Além disso, estas informações são levadas às reuniões do Conselho Acadêmico para ciência de todos os participantes. N , assim como discussão sobre os pontos mais importantes desvelados pela pesquisa.

Outro aspecto das atividades da CPA é o acompanhamento dos resultados do ENADE, dos exames do CRC e da empregabilidade dos egressos.

A Auto avaliação Institucional é contínua e produziu até o momento relatórios que encontram-se anexados a pasta eletrônica no sistema e-mec.

Os Relatórios da CPA atendem as orientações contidas na Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065. Estes documentos são consolidados e colocados no sistema e-mec até 30 de março de cada ano, contendo os resultados das pesquisas realizadas assim como as propostas visando o desenvolvimento institucional.

Em 2020 a CPA realizou 2 reuniões on line, contando com a participação de todos os componentes da Comissão. Na primeira reunião foram informados os resultados obtidos em 2019 e na segunda, todas as ações que tiveram lugar na Instituição em vista da pandemia. Também foram feitas pesquisas junto ao corpo

discente e corpo docente, procurando conhecer como estes segmentos estavam se sentindo quanto a relação ao ensino-aprendizagem.

IX ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS DEMONSTRATIVOS DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

RECEITAS					
	ANO I 2021	ANO II 2022	ANO III 2023	ANO IV 2024	ANO V 2025
Estimativa de Alunos	450	500	750	775	800
Mensalidades - ANO	3.240.000,00	3.600.000,00	6.750.000,00	7.207.500,00	7.584.000,00
MÊS	270.000,00	300.000,00	562.500,00	600.625,00	632.000,00
Taxas/Secretaria	0	0	0	0	0
Financeiras	0	0	0	0	0
Serviços	0	0	0	0	0
Diversos	0	0	0	0	0
RECEITA BRUTA (mês)	270.000,00	300.000,00	562.500,00	600.625,00	632.000,00
DESCONTOS (mês)	27.000,00	30.000,00	56.250,00	60.062,50	63.200,00
Bolsas (mês)	81.000,00	90.000,00	168.750,00	180.187,50	189.600,00
Inadimplência (mês)	30.998,21	30.998,21	30.998,21	30.998,21	30.998,21
TOTAL DE DESCONTOS	138.998,21	150.998,21	255.998,21	271.248,21	283.798,21
Receita Operacional	131.001,79	149.001,79	306.501,79	329.376,79	348.201,79

	ANO V 2021	ANO V 2022	ANO V 2023	ANO V 2024	ANO V 2025
	(Mês)	(Mês)	(Mês)	(Mês)	(Mês)
1. PESSOAL					
Docente	54.507,63	59.419,32	71.295,98	85.555,18	93.255,14
Técnicos e Administrativos	13.843,00	15.088,25	16.446,19	17.926,35	19.539,72
Encargos	7.518,57	8.195,83	9.651,64	11.382,97	12.407,43
Subtotal	75.869,20	82.703,40	97.393,81	114.864,50	125.202,29
2. MANUTENÇÃO					
Consumo	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00
Aluguel	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00
Subtotal 2	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
3. INVESTIMENTO					
Mobília	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Reformas/Salas	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Laboratórios	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Biblioteca/Acervo	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00
Equip. Informática	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00
Diversos	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
Subtotal 3	35.500,00	35.500,00	35.500,00	35.500,00	35.500,00
4. OUTROS					
Treinamento	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Pesquisa e Extensão	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Eventos	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Subtotal 4	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
TOTAL	136.369,20	143.203,40	157.893,81	175.364,50	185.702,29

BIBLIOGRAFIA

COLL, César, JUAN, Ignácio, POZO, Bernabé Sarabia e VALLS, Enric. Os conteúdos na reforma. Porto Alegre: Artmed Editora S.A., 1992.

CARBONE, Pedro Paulo, BRANDÃO, Hugo Pena, LEITE, João Batista Diniz e VILHENA, Rosa Maria de Paula. Gestão por competências e gestão do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

DELORS, Jacques. Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2006.

PERRENOUD, Philippe. A pedagogia na escola das diferenças. Fragmentos de uma sociologia do fracasso. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

PERRENOUD, Philippe. Construir as competências desde a escola. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1997.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de., e SILVA, e Eurides Brito da. Como entender e aplicar a nova LDB. São Paulo: Pioneira, 1997.

ZABALA, Antoni. A prática educativa. Como ensinar. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1998.

ANEXOS

**ANEXO I - ATIVIDADES COMPLEMENTARES
(Atividades Acadêmico-Científico-Culturais)
ORGANIZAÇÃO – ORIENTAÇÃO - DESENVOLVIMENTO**

INTRODUÇÃO

Este documento, contendo uma proposta de Organização – Orientação – Desenvolvimento - das Atividades Complementares (Atividades Acadêmico – Científico – Culturais, inseridas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos da Instituição, é fruto de discussões e reflexões, experiências vividas no cotidiano administrativo-pedagógico, das quais temos participado como membro de uma equipe de trabalho. Tendo como referencial o Projeto Pedagógico de Curso (PPC), procuramos dar destaque a este componente curricular – Atividades Complementares –, no sentido de subsidiar as atividades de coordenadores de curso, professor orientador, docentes em geral, com a tarefa de organizar e gerenciar estas atividades.

O Projeto Pedagógico de Curso “É o documento orientador de um curso que traduz as políticas acadêmicas institucionais. Entre outros elementos, é composto pelos conhecimentos e saberes necessários à formação das competências estabelecidas a partir do perfil do egresso; estrutura e conteúdo curricular; ementário; bibliografia básica e complementar; estratégias de ensino; docentes; recursos materiais; laboratórios e infra-estrutura de apoio ao pleno funcionamento do curso” (MEC, 2010). Em outras palavras, contém o currículo como um plano de ação e os programas de ensino. As Atividades Complementares constituem uma dimensão de espaço e tempo curricular de grande amplitude.

A proposta, um projeto em construção, entrelaçada em teoria e prática, numa concepção democrático-participativa de gestão, tem como fio condutor um direcionamento mais formativo do que informativo; um núcleo integrador de situações de aprendizagem assentadas em aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser, (Delors, 1998); uma vinculação às finalidades do Ensino Superior “ ... estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo...” “... incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica..”(A Nova LDB,Nº 9394/96). Em uma concepção construtivista de ensino-aprendizagem tem o aprendiz como construtor ativo do conhecimento.

As Atividades Complementares têm como fundamentação legal os diversos Pareceres emanados do Conselho Nacional de Educação que se constituem como referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação e Licenciaturas. Especificamente, a Resolução CNE/CES Nº 02, de 18 de junho de 2007, estabelece: “ Os estágios e as atividades complementares dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, não deverão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária do curso, salvo nos casos de determinação em contrário”. As licenciaturas (Educação Física e Pedagogia), obedecem a uma legislação própria.

Ao final, cabe acrescentar que, sob diversos ângulos e condições a organização, orientação e desenvolvimento das atividades complementares devem potencializar o uso das novas tecnologias – a utilização do computador e da internet – na implementação das atividades.

OBJETIVO GERAL

- Prover as condições, os meios e todos os recursos necessários ao ótimo desenvolvimento das atividades complementares;

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Numa concepção democrático-participativa da organização, orientação e desenvolvimento das atividades complementares, vitalizar o processo de aprendizagem com a aplicação e articulação da teoria com a prática, atribuindo ao aluno um papel ativo na construção dos conhecimentos;
- Ensejar a flexibilidade estrutural e interdisciplinar, condições necessárias para que as atividades complementares possam adaptar-se às diferentes situações;
- Integrar as novas tecnologias – o computador e a internet – como elementos mediadores no processo de desenvolvimento das atividades.

ESQUEMA ESTRUTURAL INTERDISCIPLINAR

Aprender conteúdos/Desenvolver capacidades

De acordo com o fluxograma incluso, a organização e gestão das atividades complementares em suas várias modalidades, numa crescente complexidade básica a um nível intermediário e avançado, de acordo com as necessidades da formação escolar, visam criar um processo como um todo interligado de atividades do “saber” (fundamentação teórica), através de componentes curriculares dos respectivos semestres, como: Metodologia do Trabalho Científico, Pesquisa Educacional, Leitura e Produção de Textos, Informática, bem como as demais disciplinas com seus conteúdos em suas dimensões conceituais, procedimentais e atitudinais; destaque-se o “saber fazer” (teoria-prática), espaço físico-temporal traduzido em atividades semi-presencial que preconizam a implementação de Pesquisa (Iniciação Científica), Projetos, Módulos Temáticos, Jogos de Empresa, Estudo de Casos, Monografia, Seminário, Visita Técnica e outras. Acrescente-se, como participação autônoma e responsável do aluno, em Congressos, Palestras, Viagens de Estudo, Estágio Extracurricular, Cursos de Extensão, Eventos Técnico-Científico-Culturais etc. Como um componente do projeto curricular do curso, a organização e a flexibilidade das atividades complementares criam condições para um ambiente de participação ativa, autônoma e compartilhada em uma aprendizagem colaborativa, tendo como referencial à formação de um profissional criativo, reflexivo e empreendedor.

À guisa de conclusão deste item, destaque-se a importância da tecnologia educacional como uma ferramenta de articulação do trabalho administrativo-pedagógico, bem como, o uso das novas tecnologias como mediação pedagógica.

DANDO ÊNFASE ... CONTEÚDOS PROCEDIMENTAIS ...

Segundo Zabala (1999), “Um conteúdo procedimental, que inclui entre outras coisas, as regras, as técnicas, os métodos, as destrezas ou habilidades, as estratégias, os procedimentos – é um conjunto de ações ordenadas e com

finalidade, quer dizer, dirigidas à realização de um objetivo”. “ ... ao falar de conteúdos procedimentais aludimos a um conjunto de “saber fazer” ...”. São exemplos operar um computador, elaborar um gráfico estatístico, desenvolver uma pesquisa científica etc. A pluralidade de atividades complementares, contemplando um conteúdo, em uma unidade “atividade-conteúdo”, implica em “saber fazer” (teoria-prática). Para melhor situar-se, observe a classificação dos conteúdos escolares, segundo Coll (1986), em um unidade integrativa:

- **Conteúdos Conceituais: “O que se deve saber”**
Dados, fatos, conceitos, princípios
Conhecimentos relativos a “saber coisas”.
- **Conteúdos Procedimentais: “O que se deve saber fazer”**
Destrezas, habilidades, estratégias
Conhecimentos relativos a “saber fazer coisas”
- **Conhecimentos Atitudinais: “Como se deve ser”**
Valores, atitudes, normas
Conhecimentos relativos a “saber ser”, “saber estar”, “saber comportar-se” perante a si mesmo e os outros.
Exemplos:

Seminários

Conteúdo conceitual	Conteúdos procedimentais (habilidades)	Conteúdos atitudinais
Tema: escolha do assunto	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisar 	<ul style="list-style-type: none"> • Cooperação
	<ul style="list-style-type: none"> • Selecionar fontes de informação 	<ul style="list-style-type: none"> • Valorização do trabalho como forma de realização pessoal e social
	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar 	<ul style="list-style-type: none"> • Responsabilidade
	<ul style="list-style-type: none"> • Interpretar 	<ul style="list-style-type: none"> • Liderança
	<ul style="list-style-type: none"> • Sintetizar 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Confrontar pontos de vista 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Formular conclusões 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Expressar-se de maneira clara e precisa (comunicação verbal) 	

Estudo de Casos

Consiste na apresentação de um caso-problema com todas as características e esclarecimentos necessários à sua elucidação. O julgamento ou as soluções para o mesmo devem ser apresentados pelos participantes com base nos dados fornecidos, na bibliografia indicada e em outras fontes de informação. O material

de discussão é constituído pelas soluções propostas pelos participantes. (Prestes, 1976).

Conteúdo conceitual	Conteúdos procedimentais (habilidades)	Conteúdos atitudinais
Assunto abordado	<ul style="list-style-type: none"> • Julgar 	<ul style="list-style-type: none"> • Interesse pelo caso
	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar 	<ul style="list-style-type: none"> • Cooperação
	<ul style="list-style-type: none"> • Interpretar 	<ul style="list-style-type: none"> • Conviver com situações complexas
	<ul style="list-style-type: none"> • Sintetizar 	<ul style="list-style-type: none"> • Julgamentos de valor
	<ul style="list-style-type: none"> • Confrontar pontos de vista 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Tomar decisões 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Argumentar com lógica 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Formular conclusões 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Relacionar-se 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicar-se 	

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA APRENDIZAGEM

“Organizar e dirigir situações de aprendizagem” constitui para Perrenoud (1999), a primeira das dez novas competências do professor. Esclarecendo a unidade conteúdos-objetivos-situações de aprendizagem, o autor cita: “a verdadeira competência pedagógica ... consiste, de um lado, em relacionar os conteúdos a objetivos e, de outro, à situações de aprendizagem”. As atividades educacionais caracterizam-se como atividades intencionais que procuram alcançar finalidades/objetivos. De modo explícito ou não, qualquer ação educativa tem como motor o “por que ensinamos”.

Uma proposta curricular provendo o uso de modernas e diversas metodologias de ensino e aprendizagem, objetiva o desenvolvimento das competências arroladas no perfil profissional do egresso em um curso de formação de recursos humanos; implica realizar uma abordagem didático-pedagógica em que se considere o caráter interdisciplinar de seus componentes de natureza conceitual, procedimental e atitudinal.

A aprendizagem de atividades complementares, fundamentada em uma concepção construtivista considera que os alunos aprendem conteúdos escolares graças a um processo de construção pessoal, construtores ativos de conhecimentos. Um processo interativo com três vértices (relação didática): o aluno, empenhado em uma aprendizagem; o objeto de conhecimento, conteúdo de aprendizagem; e o professor, que ensina, que cria experiências de aprendizagem, que aparece como mediador, que se apresenta como um elo entre o aprendiz e sua aprendizagem de modo colaborativo, ativamente, a fim de que o aluno atinja seus objetivos.

De maneira sucinta, de acordo com vários autores, relacionamos a seguir, condições fundamentadas em uma concepção construtivista que intervêm no processo de ensino e aprendizagem:

- **os conhecimentos prévios dos alunos:** competências – conhecimentos, habilidades, valores, atitudes, como ponto inicial para a aprendizagem de novos conteúdos;

- **nível de desenvolvimento dos alunos:** o nível de desenvolvimento de inteligência, raciocínio e memória, que lhe permitirão o grau de compreensão e realização da tarefa;
- **disposição do aluno para a aprendizagem:** uma atitude favorável diante de novas atividades (conteúdos) condicionada por experiências anteriores, autoimagem (a segurança entre o sucesso e fracasso), as características da tarefa, relação interpessoal, expectativas em relação ao professor e aos colegas etc;
- **uma aprendizagem significativa:** para que haja uma aprendizagem significativa (memória compreensiva) é indispensável o papel ativo do aluno; desenvolva uma atividade mental que possibilite a relação entre o que já sabe com o novo conteúdo e promova a reelaboração de seus conhecimentos;
- **a avaliação é parte integrante do processo ensino-aprendizagem:** reflete a unidade objetivos-conteúdos-métodos; uma integração das funções diagnóstica, controle e de classificação.

O proposto, a organização, orientação e desenvolvimento das atividades complementares, além destas condições, devem levar em consideração a organização seqüencial de conteúdos (atividades), em uma **ordenação horizontal**, que relaciona as diferentes disciplinas no interior de cada semestre; e, uma **vertical**, que leva de um nível de complexidade a outro mais elevado – de um semestre a outro.

ORGANIZAÇÃO DE PLANOS DE ENSINO

Temos como uma visão geral do planejamento/organização das atividades complementares os seguintes aspectos:

- **uma visão sistêmica:** olhar as partes que constituem o todo e suas inter-relações existentes na formação do todo. Uma concepção orientadora para a superação problemática da segmentação do conhecimento - o enfoque interdisciplinar;
- **um planejamento estratégico:** a fim de direcionar as ações educativas pertinentes às atividades complementares considerar as questões básicas: qual o nível de desenvolvimento das atividades complementares no presente momento? Qual o ponto em que queremos chegar? Qual o procedimento para chegar lá?
- **participativo:** ações, em grupo de trabalho, colaborativas, no planejamento destas atividades, como um componente curricular do Projeto Pedagógico de Curso;
- **visão compartilhada:** integradora, com pessoas trabalhando com objetivos educativos comuns.

Com a finalidade de instrumentalizar o professor orientador das atividades, coordenadores de curso e professores em geral, colocamos para análise, sugestões sobre o Plano de Ensino (Plano de Atividades Complementares – Projeção Semestral) e o Plano de Aula (Plano de Atividades Complementares Detalhado):

**PLANO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES
PROJEÇÃO SEMESTRAL**

Curso:		Ano	
Componente Curricular: Atividades Complementares			
Semestre	CH	Turma	Turno
Ementa (Descrição sucinta das "modalidades-atividades")			
Projeção Semestral das Atividades			
Modalidades/Atividades			Assinalar com um "X"
• Buscar informações			
• Palestra			
• Visita técnica			
• Seminário			
• Estudos de caso			
• Estágio não obrigatório			
• Curso de extensão			
• Eventos técnico-científico-culturais			
• Disciplina			
• Monitoria			
• Módulos temáticos			
• Projeto			
• Pesquisa			
• Monografia			
• Jogos de empresa			

**ATIVIDADES COMPLEMENTARES
PLANO DETALHADO**

Curso:		Ano:	
Componente Curricular: Atividades Complementares			
Semestre:	CH:	Turma:	Turno:
I - Unidade de Estudo (modalidade de atividade conectada ao conteúdo geral ou específico)			
II – Objetivos: (Seleção dos resultados esperados da aprendizagem no desenvolvimento da unidade de estudo). Ao término dos estudos da unidade o aluno deverá ser capaz de: a.... b... c			
III – Conhecimentos prévios à aprendizagem do novo conteúdo?			
IV – Metodologia: (Como programar, organizar e dirigir as situações de aprendizagem para o desenvolvimento da unidade de estudo?)			

V – Recursos: (Indicar os recursos que serão utilizados):
VI – Procedimentos de avaliação: (Indicar os instrumentos e os critérios de avaliação. A avaliação reflete a unidade objetivos – conteúdos – métodos).
VII – Bibliografia (Básica e Complementar):

EMENTAS EM DESTAQUE ...

Atendendo aos itens referentes à estrutura do processo ensino-aprendizagem escolar, damos destaque, a seguir, ao **ementário**. Lembramos que as atividades complementares em sua pluralidade, são atividades complementares à sala de aula, extraclasse, porém curriculares.

As ementas constituem um meio entre outros na operacionalização de um plano de ação didático – pedagógico no alcance de objetivos propostos. Para organizá-las, propomos classificá-las em **categorias**, em maior ou menor grau de mediação pedagógica do professor, e as diversas modalidades de atividades.

Ementário. Categorias:

Atividades presenciais; maior interatividade entre o professor orientador e os alunos.

1. “Saber”. Fundamentação teórico-prática. “O que se deve saber”.

Dar conhecimento aos alunos do Regulamento das Atividades Complementares. Fundamentação teórico-prática das atividades de maior complexidade, através de atividades em grupo ou cursos de extensão. Uso da tecnologia da informação e comunicação (TIC). Articular com componentes curriculares, como: Metodologia do Trabalho Científico, Pesquisa Educacional, Leitura e Interpretação de Textos, Informática, outros.

Semestres iniciais: primeiro/segundo.

Atividades semipresenciais; mediação pedagógica – o professor orientador como mediador entre o aluno e o desenvolvimento das atividades, para que o aprendiz alcance os objetivos fixados.

2. “Saber Fazer”. Teoria-Prática. “O que se deve saber fazer”.

Modalidades de atividades complementares, como: Pesquisa, Projetos, Módulos Temáticos, Monitoria, Estudo de Casos, Seminário, Visitas Técnicas, outras.

Semestres intermediários e finais. Propor em semestres intermediários e finais do curso, em função dos conhecimentos prévios, o nível de desenvolvimento do aluno, ou, ainda, escolhida de acordo com o que se pretenda que o aluno aprenda.

Certificação do professor orientador.

3. “Ser”. Participação Autônoma e Responsável do Aluno.

Manifestação de uma predisposição positiva do aluno para com o desenvolvimento da atividade; forte interação com o conteúdo.

Congressos, Palestras, Viagem de Estudos, Disciplina, Estágio extracurricular, Cursos de Extensão, Eventos Técnico-Científico-Culturais etc.

Semestres: em todos os semestres do curso, tendo como referencial condições de uma aprendizagem construtivista. É uma escolha do aluno sob a orientação e certificação do professor orientador.

Quando o aluno manifesta interesse, uma disposição para ir a fundo no estudo do conteúdo que se pretende ensinar, intenção de compreender, com espírito de investigação da realidade, enseja-se, talvez, oportunidade de criação de **situações de iniciação científica**, com o desenvolvimento de projetos de pesquisa sob a orientação e mediação pedagógica de um professor.

GERENCIAMENTO DAS ATIVIDADES

Face à complexidade dos problemas educativos e as atividades complementares em sua diversidade que demandam uma visão global e abrangente, uma ação articulada, dinâmica e participativa, a gestão destas atividades extraclasse estará cargo de um Professor Orientador em cada curso. Sua atuação está configurada dentro dos parâmetros estabelecidos no Regulamento das Atividades Complementares da Instituição.(UNIFAC/FIB's, 2005).

UMA AVALIAÇÃO CONSTRUTIVA ...

A avaliação visa à construção da qualidade e da excelência, mediante a identificação de fatores intervenientes, acertos e dificuldades, com a finalidade de melhoria das atividades no sentido da realização dos objetivos formulados quanto ao desenvolvimento do profissional em consonância com as exigências do mercado de trabalho. Trata-se, portanto de uma avaliação reguladora ou formativa no propósito da melhoria da qualidade e da eficiência em seu objetivo nuclear: a aprendizagem dos alunos. Está fundamentada nos seguintes itens referenciais para elaboração de **Relatório Semestral**:

1. Avaliação do Desempenho dos Alunos: Regulamento Geral das Atividades Complementares (UNIFAC/FIB's, 2005);

2. Avaliação do Planejamento das Atividades: análise dos resultados da comparação entre a “**Projeção Semestral**” e a realização efetiva das atividades pelo grupo/classe – (**Plano de Atividades Complementares. Atividades realizadas. Grupo/Classe**).

3. Elaboração do Relatório (Regulamento Geral das Atividades Complementares. UNIFAC/FIB's,2005).

ORIENTAÇÃO PARA O ALUNO GUIA DO COMPONENTE CURRICULAR

Atividades Complementares (Atividades Acadêmico-Científico-Culturais).

I – Apresentação

A partir deste momento, durante o semestre, você desenvolverá uma série de atividades – **ATIVIDADES COMPLEMENTARES** ou **ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO- CULTURAIS** -, conforme o curso, seja bacharelado ou licenciatura, em um sistema de articulação entre as disciplinas, **sob o gerenciamento de um Professor Orientador.**

A Coordenação do Curso, o Professor Orientador das Atividades Complementares e os Professores do semestre, juntos com você, deverão organizar e planejar todos o procedimentos necessários a sua iniciação ou continuação neste componente curricular.

Este componente curricular exigirá de você uma nova forma de estudar, pois você terá um papel participativo, autônomo e responsável em algumas modalidades de atividades (Congresso, Palestras, Viagem de Estudos, Estágio Extracurricular, Cursos de Extensão, Eventos Técnico-Científico-Culturais).

Em outros momentos, você participará de atividades semipresenciais (teórico-prática) (Pesquisa/Projetos, Iniciação Científica, Módulos Temáticos, Jogos de Empresa, Visita Técnica, Seminários etc).

A base teórica você terá em outras disciplinas do curso, como em Metodologia do Trabalho Científico, Leitura e Interpretação de Textos, Pesquisa Educacional etc, como atividades presenciais; Cursos de Extensão de pequena carga horária.

II – DADOS GERAIS DO COMPONENTE CURRICULAR – Aprender Conteúdos/Desenvolver Capacidades

Ementário:

Pesquisa (Iniciação Científica); Projetos; Módulos Temáticos; Jogos de Empresa; Estudo de Casos; Monografia; Seminário; Visita Técnica; Congressos; Palestras; Monitoria; Viagens de Estudo; Estágio não obrigatório; Cursos de Extensão; Eventos Técnico-Científico-Culturais.

III – Objetivos:

Atingindo os objetivos deste componente curricular você será capaz de:

- Construir diferentes competências e habilidades delineadas no perfil do profissional exigido pelo mercado de trabalho;
- Buscar novos conhecimentos teóricos e metodológicos, as atitudes, o saber fazer e as competências mais específicas;

- Avaliar as competências potenciais em desenvolvimento e, as efetivas em processo de realização (desempenho), em situações concretas, reais de trabalho, através da autoavaliação e avaliação externa.

IV – Duração e Carga Horária

A carga horária – 40-20 horas/ semestre, conforme os currículos dos cursos.

V – Avaliação:

Regulamento Geral das Atividades Complementares (UNIFAC/FIB's, 2005)

A avaliação deverá ser feita da seguinte forma:

- a. A freqüência será avaliada pelo cumprimento da carga horária prevista;
- b. Será necessária a realização de, no mínimo, 3 (três) modalidades de Atividades Complementares, conforme previstas no plano de atividades;
- c. Todas as Atividades Complementares deverão ser avaliadas pelo professor orientador, com atribuição de notas de zero a dez, admitindo o decimal 0,5;
- d. Para avaliação poderão ser utilizadas diversas técnicas e instrumentos de avaliação;
- e. Para fins de promoção, a média final será a média aritmética das notas obtidas nas atividades realizadas durante o semestre;
- f. O aluno que não obtiver a média final 7,0 (sete) prevista e não satisfizer as condições de freqüência, será reprovado.

Coordenação do Curso

**PLANO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES
 AVALIAÇÃO SEMESTRAL DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
 GRUPO/CLASSE**

Curso:		Ano	
Componente Curricular: Atividades Complementares			
Semestre	CH	Turma	Turno
Ementa (Descrição sucinta das "modalidades-atividades")			
Projeção Semestral das Atividades			
Modalidades/Atividades			Assinalar com um "X"
• Buscar informações			
• Palestra			
• Visita técnica			
• Seminário			
• Estudos de caso			
• Estágio não obrigatório			
• Curso de extensão			
• Eventos técnico-científico-culturais			
• Disciplina			
• Monitoria			
• Módulos temáticos			
• Projeto			
• Pesquisa			
• Monografia			
• Jogos de empresa			

- Professor -

**VISITANDO BREVEMENTE AS MODALIDADES DE
 ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

• **PESQUISA (INICIAÇÃO CIENTÍFICA)**

Define-se a pesquisa como uma atividade voltada para a solução de problemas. Seu objetivo consiste em descobrir respostas para perguntas, através do emprego de processos científicos (Cervo e Bervian, 1975).

A pesquisa está associada ao questionamento. É ele que nos leva à análise, ao argumento, a procurar respostas.

A pesquisa constitui um instrumento de aprendizagem para a construção de conhecimentos e um conteúdo de aprendizagem na formação de profissionais nos diferentes cursos da instituição educacional. O profissional

necessita conhecer, saber usar determinados procedimentos de pesquisa: levantamento de hipóteses, delimitação de problemas, coleta e registro de dados, sistematização de informações, análise e comparação de dados etc. Segundo Demo (2004), pesquisa é caminho dos mais profícuos para se chegar ao “aprender a aprender”.

- **PROJETO (PROJETO DE PESQUISA)**

Projeto, do latim **projetu**, particípio passado de **projicere**, significa “lançar para diante”, plano, intento, empreendimento. Projeto é uma antecipação, uma referência a um futuro a concretizar, uma idéia a transformar em ato, e não uma representação ou imaginação (Neira, 2004). Segundo Ferrari (1982) ... A pesquisa científica em uma fase preparatória que consiste no Projeto de Pesquisa, o qual estabelece diretrizes e estratégias de investigação.

- **MONOGRAFIA**

De acordo com o sentido etimológico, a palavra monografia significa **mónos** (um só) e **graphein** (escrever), ou seja, escrever a respeito de um objeto que se tem uma hipótese ou sobre um problema a ser resolvido. Assim, pode-se afirmar que monografia é um estudo aprofundado de um tema específico e muito bem delimitado (Salomon, 2001).

- **SEMINÁRIO**

É um procedimento didático que consiste em levar o educando a pesquisar a respeito de um tema, a fim de apresentá-lo e discuti-lo cientificamente. O seminário tem, assim, a finalidade de introduzir o educando na pesquisa, na análise sistemática dos fatos, estruturando-os adequadamente para a sua apresentação clara e documentada (Néreci, 1970).

- **MONITORIA**

A monitoria possibilita a experiência da vida acadêmica promovendo a integração de alunos de períodos mais avançados com os demais, a participação em diversas funções da organização e desenvolvimento das disciplinas do curso, além de treinamento em atividades didáticas, conforme as normas estabelecidas neste Regulamento.

A função do monitor será exercida por estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação, que não tiveram dependências nas disciplinas cursadas, classificados em processo seletivo, realizado pela Comissão de Monitoria (Regulamento para Programa de Monitoria, (UNIFAC/FIB's, 2004).

- **CURSO DE EXTENSÃO**

Segundo o Censo de Educação Superior – 2002 – Manual. Glossário. Curso de Extensão é aberto a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos, em cada caso, pelas instituições de educação superior. Sua carga horária é variável em cada caso, tanto quanto a nível em que pode ser oferecido (iniciação, capacitação/qualificação, atualização, educação continuada, aperfeiçoamento etc). Geralmente confere certificado.

- **ESTÁGIO EXTRACURRICULAR**

Consultar a Lei Nº 11788, de 25 de setembro de 2008 que “Dispõe sobre o estágio de estudantes; ... e outras disposições.

- **ESTUDO DE CASOS**

Consiste na apresentação de um caso-problema com todas as características e esclarecimentos necessários à sua elucidação. O julgamento ou as soluções para o mesmo devem ser apresentados pelos participantes com base nos dados fornecidos, na bibliografia indicada e em outras fontes de informação. O material de discussão é constituído pelas soluções propostas pelos participantes (Prestes, 1976).

- **VISITAS TÉCNICAS**

As **Visitas Técnicas** à instituições, uma variação do Estágio, proporcionam ao estudante uma visão holística das escolas ou das empresas, como organizações inseridas em um ambiente externo e constituídas de pessoas - sistema social -, uma estrutura – a interação formal das pessoas no contexto organizacional – e os recursos utilizados no trabalho. George C. Homans (1970) caracteriza um sistema social baseado em quatro elementos: **atividades, interação, sentimentos e normas.**

A observação da psicodinâmica da vida organizacional das escolas ou empresas envolve as diversas dimensões da estrutura funcional em seu aspecto de fluidez, dinâmica, motivação e clima organizacional.

De acordo com as observações, o aluno deverá apresentar ao professor orientador um **Relatório**, no qual deverá constar os registros de forma global, analítico e crítico da experiência vivenciada durante a realização da visita.

ALGUMAS REFERÊNCIAS PARA IR MAIS ADIANTE ... O AMBIENTE ESCOLAR, OS ATORES DA APRENDIZAGEM: PROFESSOR/ALUNO. O QUE SE ESPERA QUE ACONTEÇA

AMBIENTE ESCOLAR:

- Democrático-participativo;
- “Cultura” aberta para mudanças e inovações;
- Estrutura horizontal em oposição à estrutura vertical dominante;
- Comunicação horizontal;
- Ênfase nas pessoas em detrimento a regras e regulamentos;
- Ambiente de aprendizagem em que a escola e seus membros se encontrem em contínuo processo de desenvolvimento e aprendizagem;
- Inserção progressiva das novas tecnologias no trabalho administrativo-pedagógico;
- Avaliação formativa construtiva.

PROFESSOR:

- Domínio profundo do conteúdo programático;

- Organizador e gestor de ambientes de aprendizagem de reconstrução de conhecimentos;
- Professor **pesquisador**, ou seja, profissional da reconstrução do conhecimento, tanto no horizonte da pesquisa como princípio científico, quanto, sobretudo, como princípio educativo (Demo, 2004);
- Mediador da aprendizagem - o aluno como sujeito, centro da relação didática;
- Abertura para o diálogo;
- Ter empatia;
- Incentivador do trabalho em equipe. Vamos trabalhar juntos;
- Interesse pelos resultados (tarefa) e por pessoas (relações); o comportamento adaptativo do professor às necessidades da situação;
- Parceria e co-responsabilidade na implementação das atividades;
- Incorporar as novas tecnologias na relação didática.

ALUNO:

- Interesse e comprometimento com as atividades;
- Senso de responsabilidade;
- Sentimento de pertencer à instituição;
- Administrar sua própria formação contínua – o enriquecimento curricular ainda durante o processo de graduação;
 - Manejo das novas tecnologias – uso da informática, do computador, da internet.

<p style="text-align: center;">ANEXO II – NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE</p> <p style="text-align: center;">REGIMENTO INTERNO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE</p>

CAPÍTULO I
DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art 1º Este regulamento disciplina a criação, objetivos e atribuições, assim como o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos Cursos das Faculdades Integradas de Botucatu - FIBs.

Art 2º O Núcleo Docente Estruturante de que trata este Regimento, é o órgão responsável pela concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico dos diversos Cursos da Instituição.

CAPÍTULO II
DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 3º São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- I. contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II. zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes do currículo;
- III. indicar formas de incentivo ao desenvolvimento da investigação científica/pesquisa e extensão (projetos sociais), oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento dos cursos;
- IV. zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos;
- V. Reportar-se ao Conselho Acadêmico para sugestões, modificações e decisões promovidas pelo NDE.

CAPÍTULO III
DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 4º O Núcleo Docente Estruturante será constituído pelos seguintes membros:

- I. o Coordenador do Curso, como seu Coordenador;
- II. pelo menos 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso;
- III. pelo menos 60% (sessenta por cento) de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *Stricto sensu*;
- IV. pelo Coordenador Pedagógico como assessor Ad hoc dos trabalhos do NDE.

Art. 5º A indicação dos componentes será feita pela Coordenação do Curso e aprovada pelo Conselho Acadêmico, para um mandato de 3 (três) anos, com possibilidade de recondução.

Parágrafo Único: A modificação da composição do NDE poderá ser feita mediante solicitação do Coordenador do Curso e/ou solicitação do membro, desde que aprovado pelo Conselho Acadêmico.

CAPÍTULO IV
DA TITULAÇÃO E REGIME DE TRABALHO DOS MEMBROS DO NÚCLEO
DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 6º Os componentes do NDE são professores do curso e possuem título acadêmico obtido em programas de pós-graduação *Strictu sensu*. Destes, 60% possui o título de Doutor.

Art. 7º Os docentes que compõem o NDE são contratados em regime de horário integral ou parcial, sendo pelo menos 20% em tempo integral.

Art. 8º O Coordenador Pedagógico possui formação na Área de Pedagogia e possui notório saber nessa especialidade.

CAPÍTULO V
DAS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR DO NÚCLEO DOCENTE
ESTRUTURANTE

Art. 9º Compete ao Coordenador do NDE

- I. convocar e presidir as reuniões, com direito a voto;
- II. estabelecer a agenda dos trabalhos em concordância com o Coordenador Pedagógico;
- III. representar o NDE junto ao Conselho Acadêmico;
- IV. designar secretário para lavrar as atas;
- V. acompanhar juntamente com o Coordenador Pedagógico a aplicação das decisões tomadas pelo NDE;
- VI. organizar juntamente com o Coordenador Pedagógico, encontros para análise do Projeto Pedagógico com o corpo docente do curso.

CAPÍTULO VI
DAS ATRIBUIÇÕES DO ASSESSOR AD HOC NO NÚCLEO DOCENTE
ESTRUTURANTE

Art. 10º Compete ao Assessor Ad hoc (Coordenador Pedagógico)

- I. auxiliar o Coordenador do NDE no estabelecimento da agenda de trabalho
- II. estabelecer os marcos pedagógicos das DCNs e sua aplicação no Projeto Pedagógico do Curso;
- III. observar a aplicação das decisões tomadas pelo NDE;
- IV. fomentar no NDE e junto ao corpo docente do curso discussões sobre a interdisciplinaridade;
- V. estabelecer instrumentos de análise da interdisciplinaridade;
- VI. zelar pelo cumprimento das propostas contidas no Projeto Pedagógico.

CAPÍTULO VII
DAS REUNIÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 11º O NDE se reunirá semestralmente, sendo que convocado pelo Coordenador ou pela maioria de seus membros.

Art. 12º As decisões do NDE serão tomadas por maioria simples dos votos, considerando os presentes à reunião.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13º Os casos omissos serão resolvidos pelo NDE, ou, diante de limitação deste, pelo Conselho Acadêmico, de acordo com o que dispõe o Regimento Interno.

Art. 14º O presente Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação.

Art. 16º A divulgação deste Regimento será feita na home page da Instituição (<http://www.unifac.com.br>).

Aprovado em Reunião do Conselho Acadêmico de 30 de setembro de 2015

ANEXO III – REGULAMENTO DO CONSELHO DE CURSO

REGULAMENTO INTERNO

CAPÍTULO I

SEÇÃO I

DA NATUREZA DO CONSELHO DO CURSO

Art. 1º - O Conselho do Curso, órgão de natureza normativa, deliberativa, consultiva e executiva, tem as seguintes características:

- I- como uma instância de tomada de decisões administrativas e acadêmicas;
- II- participar na elaboração e implementação, desenvolvimento e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso, a fim de colher subsídios para o seu constante aperfeiçoamento, ao lado de uma avaliação formal, processada através da legislação pertinente;
- III-Assegurar estratégia de articulação entre o Conselho do Curso e o Núcleo Docente Estruturante, de modo a efetivar continuidade no processo de acompanhamento do Curso, em um envolvimento de tomada de decisão e construção coletivas;
- IV- O exercício das atribuições com responsabilidade e ética.

SEÇÃO II

DA CONSTITUIÇÃO

Art. 2º - O Conselho do Curso será constituído de:

- I – pelo Coordenador do Curso, seu Presidente nato;
- II – por um mínimo de 03 (três) professores do corpo docente do curso, eleito por seus pares;
- III – por 02 (dois) discentes do curso, e 02 (dois) suplentes indicados pelo Coordenador do Curso.

Art. 3º - A indicação do representante do corpo docente para o Conselho do Curso será feita através de eleição por seus pares, para um mandato de 02 (dois) anos e os discentes com mandatos de 01 (um) ano, com possibilidades de recondução.

Art. 4º - A representação dos discentes no Conselho do Curso será realizada segundo o que dispõe o Art. 11 deste Regulamento.

Art. 5º - Caberá ao Conselho Acadêmico o ato formal da constituição do Conselho do Curso.

SEÇÃO III

DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO DO CURSO

Art. 6º - São atribuições do Conselho do Curso:

- I – avaliar e sugerir mudanças, sempre que houver necessidade, no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), em todos os seus aspectos;
- II – analisar e propor alterações nos Planos de Ensino das unidades curriculares do Curso;
- III - na Avaliação do Curso, em sua elaboração, implementação, desenvolvimento e acompanhamento, bem como na divulgação dos

resultados, participar e cooperar com a Comissão Própria de Avaliação (CPA)/SINAES, no alcance dos objetivos propostos;

- IV – oferecer subsídios à elaboração do Calendário Acadêmico Anual, encaminhando à Diretoria Geral, através do Coordenador do Curso;
- V – naquilo que couber, apreciar convênios referentes ao curso, encaminhando-os para o parecer da Direção Geral;
- VI – decidir, em primeira instância, sempre que houver necessidades, questões apresentadas por docentes e discentes do Curso;
- VII – propor e/ou avaliar as atividades extracurriculares necessárias para o bom funcionamento do curso, registrando-as em formulários próprios;
- VIII – cabe ao Presidente do Conselho do Curso o acompanhamento e a fiscalização sistemática do cumprimento das decisões do Conselho;
- IX – propor ao Conselho Acadêmico normas para concessão de Lâurea Acadêmica aos concluintes dos cursos de graduação e/ou pós-graduação;
- X – acompanhar o desenvolvimento do Estágio Curricular Supervisionado e/ou do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, conforme Regulamentos aprovados pelo Conselho Acadêmico;
- XI – deliberar sobre o aproveitamento de competências e habilidades adquiridas no ambiente de trabalho;
- XII – os casos não previstos no presente Regulamento deverão ser encaminhados à Diretoria Geral através do Coordenador do Curso.

Parágrafo Único- As atribuições pedagógicas do Conselho do Curso, deverão ser articuladas com as do Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE).

Art. 7º - Compete ao Presidente do Conselho do Curso:

- I – convocar as reuniões com 48 horas de antecedência e presidi-las com voto de qualidade;
- II – representar o Conselho junto aos demais órgãos das FIB's;
- III – executar as deliberações do Conselho;
- IV – designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo Conselho, quando for o caso;
- V – promover a integração com os Conselhos dos demais Cursos da Instituição;
- VI – remeter à Diretoria Geral/Conselho Acadêmico os assuntos que não forem de competência do Conselho do Curso;
- VII – exercer outras atribuições previstas em Lei, neste Regulamento e nas demais normas das FIB's.

Parágrafo Único- Na ausência do Coordenador do Curso, a presidência do Conselho será exercida pelo representante docente mais antigo do Curso.

CAPÍTULO II

SEÇÃO I

DAS ELEIÇÕES PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DO CURSO

ART. 8º - No prazo de 30 (trinta) dias, depois de homologado pelo Conselho Acadêmico o Regulamento do Conselho do Curso e do vencimento de um ano – primeiro mandato – entre os eleitos da representação estudantil de classe, serão indicados pelo Coordenador do Curso, os discentes que comporão o Conselho.

Parágrafo 1º. Serão considerados membros titulares os Docentes eleitos por seus pares e os Docentes indicados pela Coordenação do Curso.

Parágrafo 2º - Em caso de destituição ou renúncia de algum dos membros titulares eleitos será convocado o suplente com maior número de votos e, em caso de impedimento deste, o próximo mais votado e assim sucessivamente.

Art. 9º - Serão elegíveis todos os professores do curso, com contrato parcial ou integral, e que tenham cumprido pelo menos 01 (um) ano de efetivo exercício no Curso, exceto os cursos que tenham cumprido apenas 01 (um) semestre.

Art. 10 - Poderão votar nas eleições do Conselho do Curso todos os professores que estejam lotados no curso, independente do regime de trabalho, tipo de contrato ou tempo de atividade.

Art. 11 – Serão indicados pelo Coordenador do Curso, dentre os eleitos da representação estudantil de classe, 02 (dois) discentes e 02 (dois) suplentes que comporão o Conselho de Curso.

Parágrafo Único - Caso o discente indicado, no transcorrer do seu mandato, desista do curso, automaticamente perderá sua função de membro do Conselho, sendo substituído pelo seu suplente; assim também o docente que se desligar da Instituição ou alterar o contrato de trabalho, automaticamente perderá sua função de membro do Conselho, sendo substituído pelo suplente.

Art. 12 - Caberá ao Coordenador do Curso, sugerir 03 (três) nomes de professores para compor a Comissão Interna que realizará o processo eletivo para o Conselho do Curso, no período estipulado pelo Calendário Acadêmico.

Parágrafo Único - Estes professores indicados deverão preencher os requisitos desse Regulamento.

CAPÍTULO III

SEÇÃO I

DAS REUNIÕES DO CONSELHO DO CURSO

Art. 13 - O Conselho do Curso se reunirá, ordinariamente, em sessão plena, 02 (duas) vezes no semestre letivo, em horário a ser definido pelos membros, sendo que as reuniões terão a duração máxima 02 (duas) horas.

Parágrafo Único - Excepcionalmente, este horário poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) minutos a requerimento de um dos membros do Conselho; ocorrendo o impedimento, por motivo de força maior, a reunião será realizada nos primeiros dias, no mesmo horário, independente de convocação.

Art. 14 - As reuniões extraordinárias do Conselho serão convocadas por escrito pelo Presidente do Conselho por iniciativa própria ou atendendo ao pedido de, pelo menos, um terço dos membros, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, mencionando-se o assunto que deverá ser tratado.

Parágrafo Único - Em caso de urgência ou excepcionalidade, o prazo de convocação previsto no artigo anterior, poderá ser reduzido e omitido à indicação da pauta, devendo ser justificada no início da reunião.

Art. 15 - A pauta da reunião será organizada pelo Presidente do Conselho.

Art. 16 - No Expediente, o Presidente dará ciência de todos os documentos e correspondências.

Art. 17 - Durante o expediente, os membros do Conselho poderão usar a palavra, versando sobre assuntos tratados no expediente, sendo que cada membro terá o tempo máximo de uso da palavra de 05 (cinco) minutos, para discutir exclusivamente sobre o assunto da pauta.

Art. 18 - O Conselho do Curso funcionará com a presença da maioria absoluta dos seus membros.

Parágrafo Único - As deliberações serão tomadas por maioria dos membros presentes, exceto em casos especiais.

Art. 19 – Das reuniões serão lavradas Atas, lidas, aprovadas e assinadas por todos os presentes, na reunião seguinte.

Art. 20 - As reuniões obedecerão ao que prescreve o Regimento Geral das FIB's.

Art. 21 - As votações serão simbólicas, podendo também ser usadas votações nominais.

Parágrafo Único - Havendo voto vencido, far-se-á menção sobre o mesmo na ata.

Art. 22 – Sempre que o assunto e interesse da matéria exigir, à critério da Direção Geral, os Conselhos de Cursos podem ser reunir e tomar decisões conjuntas, desde que convocados para esse fim, sendo lavrada ata da reunião conjunta e sancionados os atos decorrentes com as especificações necessárias.

Art. 23 - A reunião do Conselho poderá ser suspensa ou encerrada por:

I – conveniência da ordem;

II – falta de “quorum” para deliberações;

III – falta de matéria a ser discutida.

Art. 24 - Quando necessário, os assuntos de ordem administrativas e acadêmicas tratados por este Conselho deverão ser articulados com os do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso.

Art. 25 - A constituição do Conselho do Curso tem sua fundamentação legal no Regimento Geral das Faculdades Integradas de Botucatu/FIB's e como indicador avaliativo do Instrumento de Avaliação de Curso Presencial e Distância (MEC, 20150).

Art. 26 – O presente Regulamento terá vigência a partir de sua publicação

ANEXO IV

OUVIDORIA

INTRODUÇÃO

O Ouvidor existe para contribuir com o crescimento da qualidade na prestação de serviços de toda e qualquer Instituição, seja ela pública ou privada, a crítica pela crítica em nada agrega para o crescimento de nada e de ninguém, contudo a crítica realizada com o intuito da melhora é sempre contributiva para o crescimento de todos; saber ouvir, filtrar, e ajudar na resolução dos problemas é uma arte, ser ouvidor é uma missão, que vai sendo realizada dia a dia.

A figura do “Ombudsman” existe nas Faculdades Integradas de Botucatu desde o ano de 2000, e suas reclamações, sugestões e elogios eram feitos através da home da Instituição. Em Julho de 2010 se fez necessário mudar a nomenclatura deste serviço prestado a comunidade, discente, docente e a comunidade para OUVIDORIA, desta forma atendendo as determinados do Ministério da Educação.

A função da Ouvidoria das Faculdades Integradas de Botucatu é receber, encaminhar e acompanhar às reclamações, sugestões e elogios oriundas da comunidade interna e externa das FIBs, diante das dificuldades e complexidade desta tarefa, tendo em vista os vários canais para a informação chegar a Instituições desenvolveu um link específico dentro da Home Page da UNIFAC, como também dispôs de uma sala exclusiva para a ouvidoria e disponibilizou os requerimentos para preenchimento.

Oficializada pela mantenedora da UNIFAC no dia 27 de julho de 2010 através da Portaria 04/2010.

Atualmente a Ouvidoria tem o objetivo de ser uma via ágil para solucionar problemas que, na visão das FIBs, são indicadores da necessidade de proceder a ajustes e correções. Também é um canal informativo transparente, por onde tanto a comunidade externa quanto a comunidade interna podem se manifestar e acompanhar suas observações/solicitações de forma clara e verdadeira.

RELATÓRIOS DA OUVIDORIA

Os Relatórios deverão ser apresentados ao final de cada semestre à Direção das Faculdades e ao Presidente da Comissão Própria de Avaliação.

DAS PROVIDÊNCIAS, SUGESTÕES, SOLICITAÇÕES, ELOGIOS, RECLAMAÇÕES.

Estas deverão ser recebidas e encaminhadas aos setores pertinentes para resposta em até 72 horas após o registro, o acompanhamento será feito pelo ouvidor e após o prazo deverá ser finalizada.

Caso os setores que não respondam as solicitações, reclamações e elogios no prazo estes deverão ser encaminhados ao Diretor Geral das Faculdades para as devidas providências.

As ferramentas para recebimento das interpelações a Ouvidoria, poderá ser feito por meio eletrônico, telefone ou "in loco" (sala específica)

DO ACOMPANHAMENTO

Todos os assuntos recebidos deverão ser tratados com o maior zelo, para que as pessoas envolvidas nos processos tenham a confiança que seus assuntos serão tratados e respondidos com eficácia, e os setores envolvidos tenham a certeza que o objetivo desta ouvidoria é melhorar o atendimento/serviço prestado para a comunidade em geral.

A importância dos relatórios é para que esta Ouvidoria possa administrar os erros para que os mesmos não se repitam no decorrer do caminho e a qualidade do serviço educacional prestado possa ser melhorada constantemente.

ANEXO V
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE NIVELAMENTO
Regulação da Aprendizagem
Dispositivos e Mecanismos de Aprendizagem

INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

Se há algo no ar que se respira nos meios educacionais ao longo dos tempos, chama-se crise: a **crise da educação brasileira**. Do Estado de São Paulo, datado de 04/12/2013, extraímos: “ENSINO NO BRASIL AINDA É DOS PIORES”. “O BRASIL EVOLUIU EM MATEMÁTICA, CIÊNCIAS E LEITURA, MAS ESTÁ NA 58ª POSIÇÃO ENTRE 65 PAÍSES ANALISADOS PELO PROGRAMA INTERNACIONAL DE ALUNOS”. (Pisa).

Segundo Osório (1992), o termo **crise** (do grego **Krisis**, ato ou faculdade de distinguir, escolher, decidir e/ou resolver) é aceito, atualmente como ... “**crise** designa um ponto conjuntural necessário ao desenvolvimento, tanto de indivíduos como de suas instituições. As crises ensejam o acúmulo de experiência e uma melhor definição dos objetivos”. Para outros autores, na área da Educação não existe “problemas”, mas desafios. Em um trabalho de transposição conceitual de Jean Piaget (1896-1980) sobre desenvolvimento da inteligência ... (“UMA EQUILIBRAÇÃO PROGRESSIVA, UMA PASSAGEM CONTÍNUA DE UM ESTADO DE MENOR EQUILÍBRIO PARA UM ESTADO DE EQUILÍBRIO SUPERIOR”), ao estudo das organizações, como sistema social, a escola, como exemplo, evolui numa direção (adaptativa) de uma forma de equilíbrio-desequilíbrio em função das demandas de uma sociedade do conhecimento, globalizada, com extraordinário avanço dos meios de comunicação e recursos de informática. Este processo adaptativo, de reação à pressões, demanda a mobilização de ferramentas que vão além de mudanças curriculares, metodológicas, recursos de apoio, de práticas pedagógicas, mas à adoção de uma concepção diferente de gestão educacional, da estabilidade à flexibilidade, um processo evolutivo e aprender e crescer para poder enfrentar os desafios de uma sociedade em mudança contínua. Face a isso, na complexidade das atividades educacionais, esta Instituição de Ensino Superior (IES) institui formalmente mecanismos de nivelamento que têm como base Matemática e Português bem como, processos de socialização dos ingressantes à estrutura-funcional-normativa da Instituição e regulação da aprendizagem com atividades de reforço no ensino de outros conteúdos.

Falar de mecanismos de nivelamento importa dar importância e destaque a um ensino diferenciado. Segundo Perrenoud (1995), diferenciar o ensino (É ORGANIZAR AS INTERAÇÕES E ATIVIDADES DE MODO QUE CADA ALUNO SE DEFRENTE CONSTANTEMENTE COM SITUAÇÕES DIDÁTICAS QUE LHE SEJAM AS MAIS FECUNDAS”).

Nesta perspectiva, este Programa Institucional de Nivelamento propõe uma reflexão didática, ou seja, diretrizes de ação no sentido de atender à diversidade da clientela que demanda a esta IES, objetivando sua formação profissional.

CAMINHANDO DA EDUCAÇÃO BÁSICA À EDUCAÇÃO SUPERIOR

Perfil Socioeconômico dos Ingressantes dos Cursos das FIB's.

Os levantamentos realizados anualmente quando do ingresso dos alunos na Instituição (Perfil Socioeconômico dos Ingressantes dos Cursos das FIB's) demonstram que, em sua maioria:

- É um público jovem, com 65% deles com idades entre 17 a 24 anos;
- Trabalham em período integral – 40 horas semanais (63%), em geral no setor de comércio, serviços, indústria e construção (69%), na condição de funcionário operacional (65%);
- Cursaram o Ensino Médio somente em escolas públicas (89%);
- Os pais têm a seguinte escolaridade: 22% - 1º a 4º série, 25% de 5º a 8º séries, 27% possuem Ensino Médio: as mães: 23% de 1º a 4º série, 24% de 5º a 8º série e 29% possuem o Ensino Médio;
- Quanto à ocupação dos pais, 25% são autônomos, 25% são funcionários de empresas privadas. 20% são aposentados. Em relação às mães, 16% são funcionárias de empresas privadas ou públicas, 26% são donas de casa, 20% têm diversas ocupações.
- Têm como expectativas obter um bom emprego e ser bem remunerados (30%) ter uma formação profissional voltada para o trabalho (50%) e buscam uma realização pessoal (16%);
- Relativamente a outro curso superior, 82% não fizeram.

Os textos elaborados pelos ingressantes como parte do Processo Seletivo, quando submetidos à Matriz de Competências dos ENEM, revelam que:

- **Competência 1** – Demonstrar domínio da norma culta da língua escrita – 60% Não, 40% Sim;
- **Competência 2** – Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos de várias áreas do conhecimento - 53% Não e 47% Sim;
- **Competência 3** – Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos – 75% Não – 25% Sim;
- **Competência 4** – Demonstrar conhecimentos dos mecanismos lingüísticos necessários para a construção da argumentação – 78% Não e 22% Sim;
- **Competência 5** – Elaborar proposta de solução para o problema abordado – 82% Não e 18% Sim.

Acrescente-se, 82% têm computador e acesso a internet.

Estes dados fornecem informações importantes a respeito das habilidades lingüísticas que os ingressantes não adquiriram e, ao mesmo tempo, fornecem direção para o trabalho didático-pedagógico a ser desenvolvido pelos docentes da Instituição, dentro os referenciais demarcados pelo Projeto Pedagógico de cada Curso. Assim, o elemento central para todo o plano institucional de nivelamento é a possibilidade de elevar-se, em um processo colaborativo, a um nível intelectual superior.

2. OBJETIVOS

Visando garantir a igualdade de condições de acesso à informação e ao conhecimento (Acessibilidade) e devido à necessidade de propiciar meios para o pleno desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem nos Cursos da Instituição, estabeleceu-se este Programa, direcionado aos alunos da Graduação. Tem por objetivos integrar o ingressante, favorecendo sua adaptação ao Ensino Superior e aperfeiçoar as habilidades básicas necessárias ao desenvolvimento dos alunos ao longo do desenvolvimento do Curso de sua escolha.

3. DIRECIONAMENTOS

1. Direcionamento Político do Nivelamento

Numa perspectiva crítica, a política do nivelamento requer um atendimento aos seguintes requisitos:

- Atender a diversidade presente na realidade da Instituição;
- Assegurar que todos tenham acesso à informação e ao conhecimento (todos devem caminhar juntos);
- Assegurar que todos tenham acesso ao curso escolhido e que nele permaneçam, construam competências que efetivamente habilitem para o desempenho profissional;
- Numa integração colaborativa entre professores e gestores educacionais, promover uma aprendizagem colaborativa;
- Criar situações de aprendizagem com uma formação humanística;
- Direcionar a educação ao desenvolvimento, em todos os cidadãos, da capacidade de aprender ao longo de toda a vida.

2. Orientação Didático – Pedagógica do Nivelamento.

Os seres humanos utilizam várias vias para construir e reconstruir conhecimentos: observação/imitação, condicionamento; experimentação/descoberta, comunicação. Discernimento, reflexão.

Como um aporte teórico-prático deste Programa, consideramos:

- o desenvolvimento de competências/habilidades, nas áreas de conhecimentos deste Programa, como fio condutor das atividades educativas; como exemplo, a Matriz de Competências do ENEM;
- conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais como ferramentas para a consecução dos objetivos; conteúdos programáticos construídos em uma escolaridade anterior, como conhecimentos prévios;
- interdisciplinaridade, como processo de integração de disciplinas e professores; a interação das disciplinas, como, matemática/matemática financeira, tópicos avançados ou especiais/leitura e interpretação de textos. A linguagem escrita, oral e digital como fundamento das atividades acadêmicas.
- uma abordagem construtivista do conhecimento; princípios psicopedagógicos formulados por Zabala e Arnau (2010) e outros autores que orientam a prática educativa:

a. Conhecimentos prévios

“Nos permitam determinar os conhecimentos prévios que cada aluno tem em relação aos novos conteúdos de aprendizagem”.

Um ponto de partida para a aprendizagem de novos conteúdos refere-se à relação entre o **novo conteúdo a ser aprendido** e **“aquilo que o aluno já sabe”** (aprendizagem significativa), no desenvolvimento, por exemplo, de uma unidade no Plano de Ensino da Disciplina. A intervenção do professor cria condições para que o aluno elabore mentalmente um significado e partir de seus conhecimentos prévios. Envolve uma memória compreensiva em substituição à memória mecânica, repetitiva, tradicional, uma elaboração pessoal; uma atividade mental intensa – um modelo de aprendizagem ativa, o aluno como “sujeito” da construção do conhecimento.

b. A aprendizagem como desafio realizável

“Representem um desafio realizável para o aluno, ou seja, que considerem suas competências atuais e os façam avançar com a ajuda necessária; por conseguinte, atividades que permitam criar e intervir nas zonas de desenvolvimento proximal”.

Um esquema explicativo recorrente (Vygotsky, 1979). Zona de Desenvolvimento Proximal = distância entre o nível de desenvolvimento real e o nível de desenvolvimento potencial. Zona de Desenvolvimento Proximal, compreendida como a distância entre o nível de desenvolvimento real (capacidade do aluno realizar tarefas sozinho, sem ajuda) e o nível de desenvolvimento potencial, ou seja, o desempenho do aluno com ajuda, orientação, mediação do professor, de pessoas, colegas mais capazes. As Zonas de Desenvolvimento Proximal constituem espaços de ajuda, de uma intervenção pedagógica colaborativa e, de que, “essa ajuda se ajuste à situação e às características que, a cada momento, a atividade mental construtiva do aluno apresentar”. (Coll, 1990,1991), considerando os conhecimentos prévios do aluno relacionado ao conteúdo novo a ser aprendido e, ao mesmo tempo, provocando desafios que levem a uma mobilização das atividades mentais.

c. Adequação ao nível de desenvolvimento do aluno

“Nos permitam entender sua adequação ao nível de desenvolvimento de cada aluno”.

É necessário que compreendamos que todas as atividades de aprendizagem no ensino superior devem ser adequadas ao nível de desenvolvimento do aluno em sua escolaridade anterior – o ensino médio e em suas características intelectuais, capacidade de pensar em termos abstratos, hipotético-dedutivos etc; à geração digital e suas características.

O fator motivador da aprendizagem

“Os conteúdos sejam propostos de forma que sejam significativos e funcionais para os alunos” e, 5. “Fomentem uma atitude favorável, ou sejam motivadoras, em relação à aprendizagem de novos conteúdos”.

Para o aluno manifestar maior ou menor disposição para a aprendizagem o conteúdo deve ser útil, atender às suas expectativas, deve ser interessante, atraente, preencher uma necessidade. “A necessidade, o interesse são criados e suscitados na própria situação de ensino e aprendizagem” (Claparède, 1931; Dewey, 1947). É preciso que o aluno “CONHEÇA OU COMPREENDA O PROPÓSITO” do aprendizado. Ao atribuir significado e perceber o sentido do que se aprende, concentra a atenção, mobiliza o pensamento. Esse processo é energizado por um interesse, uma motivação.

Algumas metodologias caracterizadas como construtivistas estão arroladas a seguir, considerando que os alunos aprendem graças a um processo de construção pessoal, como construtores ativos de conhecimentos: Metodologia de Pesquisa (busca de informação), Trabalhar por Problemas e por Projetos, Oficinas, Seminários, Grupos de Estudo, Exposições, Debates.

À guisa de conclusão desta parte, salientamos a influência dos trabalhos de Skinner (condicionamento operante) entre os educadores. O papel do estímulo reforçador (motivação extrínseca), boas notas, promoção, comentários elogiosos etc. para fortalecer a aprendizagem.

4. CICLOS DE NIVELAMENTO

Este Programa Institucional de Nivelamento, tendo como referencial o Projeto Pedagógico de Curso (PPC), contempla dos Ciclos de Nivelamento em suas dimensões:

Ciclo “A”: dispositivo de apoio à integração social dos ingressantes ao ambiente acadêmico – **SOCIALIZAÇÃO ORGANIZACIONAL** – e, **AÇÕES DE APRIMORAMENTO ACADÊMICO** em Português (Leitura e Interpretação de Textos) e Matemática;

Ciclo “B”: regulação da aprendizagem de conteúdos específicos de formação teórico-prática que o acadêmico dos diversos cursos deve ter, direcionados aos alunos que apresentam fragilidades de aprendizagem, diagnosticáveis em uma avaliação contínua, após o desenvolvimento de cinquenta por cento (50%) do projeto curricular do curso.

Ciclo “A”

Socialização Organizacional

➤ **Objetivo Geral:**

Prover as condições, os meios e todos os recursos necessários à integração social dos ingressantes.

➤ **Enfoques (dinâmica da integração):**

- Apresentação: conhecer-se mutuamente tendo em vista a relação interpessoal;
- Estrutura organizacional e funcional da Instituição: Diretoria Geral, Coordenação de Cursos, Secretaria, Biblioteca, Laboratórios etc;
- Normas Regimentais;
- Ouvidoria;
- Projeto Pedagógico de Curso (PPC): destaque do Currículo e Plano de Ensino; Atividades Complementares;

- Representação de Alunos: Monitoria e Representantes de Classe;
- Avaliação Institucional (SINAES): Comissão Própria de Avaliação (CPA);
- Sistema de Informação Institucional.
 - **Espaços curriculares/execução:** disciplinas, atividades complementares. Início do semestre letivo;
 - **Metodologia:** exposição, diálogo, dinâmica de grupo etc.
 - **Gestão das atividades:** coordenação do curso, professores, professor orientador das atividades complementares.

Aprimoramento Acadêmico

Português (Leitura e Interpretação de Textos)

A defasagem de aprendizagem em escolaridade anterior (Ensino Médio) é manifesta. Daí a necessidade de atividades educativas de enriquecimento que possibilitem ao acadêmico ampliar e desenvolver seus conhecimentos e habilidades em relação à linguagem.

- **Objetivo Geral:**
Capacitar o aluno em leitura e interpretação e textos, a fim de instrumentalizá-lo para o desenvolvimento de sua atividade acadêmica e profissional.
- **Enfoque:**
Selecionar temas gerais e específicos pertinentes à formação profissional. Severino (1993) nos oferece um modelo de análise de texto constituído de: a. análise textual; b. análise temática; c. análise interpretativa; d. problematização e. síntese.
- **Espaços curriculares/execução:** disciplinas do currículo, interação das disciplinas (interdisciplinaridade) Tópicos Avançados ou Especiais, Atividades Complementares;
- **Metodologia:** o aluno como “sujeito” no desenvolvimento teórico-prático das atividades educativas na sala de aula;
- **Gestão das atividades:** professor, professor orientador das atividades complementares, coordenador de curso.

Matemática

Para uma primeira parte do Programa de Nivelamento em Matemática são sugeridos os seguintes tópicos:

- Números inteiros e decimais;
- Proporcionalidade;
- Frações;
- Porcentagem;
- Sistemas de medida.

Além destes tópicos, são indicados para a elaboração futura do programa, tópicos de Álgebra Básica e Funções.

- **Objetivo Geral:**

Rever conceitos matemáticos e operações lógico – matemáticas; operar, em situações de resolução de problemas, analisando e interpretando textos matemáticos;

- **Espaços curriculares/execução:** disciplinas específicas do currículo, atividades complementares (curso de extensão), interdisciplinaridade (Estatística, Metodologia Científica, Conteúdo e Metodologia da Matemática etc)
- **Metodologia:** metodologia diversificada: explicações, exercícios, exercícios de fixação; situações – problema;
- **Gestão das atividades:** professor e coordenador de curso.

CICLO “B”

Regulação da Aprendizagem de Conteúdos Específicos de Formação Teórico –Prática.

➤ **Objetivo Geral:**

Selecionar objetivos e conteúdos e distribuí-los em unidades de ensino, a fim de atender as fragilidades de aprendizagem ocorridas em semestres anteriores; organizar e dirigir novas situações de aprendizagem para a recuperação do aluno.

Enfoque:

Conteúdos conceitual, procedimental e atitudinal selecionados após o desenvolvimento curricular de cinquenta por cento (50%) do curso, através de:

- a. Análise do Histórico Escolar; informações da Secretaria;
 - b. Elaboração/aplicação de instrumentos de diagnósticos contendo questões relativas a conteúdos estudados em semestres anteriores- prova similar ao ENADE;
 - c. Acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), através do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e por todos os envolvidos na construção do mesmo;
 - d. Suplementação com informações psicopedagógicas fornecidas pelos professores;
 - e. Estudos e pesquisas diversas que possam trazer contribuição aos procedimentos usados no Programa;
 - f. Localização de casos de alunos que necessitam de assistência especial.
- **Espaços curriculares/execução:** para atender as necessidades complementares de ensino das disciplinas do currículo, organizar atividades vinculadas às mesmas, como cursos de extensão, grupos de estudo, seminários etc;
 - **Metodologia:** diversidade metodológica, desde exposição ao diálogo, seminários, projetos, grupos de estudo, estudo de caso. Uso das novas tecnologias.

Avaliação do Programa

- Dois pontos de análise e reflexão (avaliação) inter-relacionados:
- Os resultados esperados da aprendizagem dos alunos – em termos de processos cognitivos e conteúdos conceitual, procedimental e atitudinal -, verificáveis através de provas, exercícios, tarefas e outros meios, como a observação do desempenho, entrevistas etc.
 - A gestão institucional/Coordenação de Curso: avaliada através de um Questionário de Avaliação (modelo incluso) preenchido pelos participantes do Programa.

5. BIBLIOGRAFIA:

ANDRÉ, Marli. (Org.). Pedagogia das diferenças na sala de aula. Campinas, SP: Papirus, 1999.

CASTRO, Amélia Domingues de. Piaget e a didática. São Paulo: Saraiva, 1974

COLL, César. Psicologia e currículo. Uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar. São Paulo: Editora Ática S.A., 1996

FAMEC. Faculdade Metropolitana. Programa institucional de nivelamento. Camaçari (BA): FAMEC, 2006

PIAGET, Jean. Seis estudos de psicologia. São Paulo: Companhia Editora Forense, 1964

SEVERINO, Antonio J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 1993

SILVA, Eurides Brito da (Organizadora). A educação básica pós-LDB. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003

ZABALA, Antoni e ARNAU, Laia. Como aprender e ensinar competências. Porto Alegre: Artmed, 2010.

ANEXO VI

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO. A COLOCAÇÃO. O ACOMPANHAMENTO. VALIDADE DO PROJETO PEDAGÓGICO.

INTRODUÇÃO

A elaboração e operacionalidade deste documento – “Programa Institucional de Acompanhamento do Egresso. A Colocação. O Acompanhamento. Validade do Projeto Pedagógico de Curso (PPC)”, tendo como referencial o direcionamento de uma política de acompanhamento do egresso, implica em uma análise conceitual para elucidação de seus objetivos, dos **problemas da orientação e seleção profissional** e a **problemática da colocação**, isto é, oportunizar ao aluno que conclui o curso informações sobre empregabilidade e continuidade de estudos. A primeira problemática, a orientação profissional, segundo Emílio Mira y Lopes (1947), “busca el mejor trabajo para cada hombre” e a segunda, a seleção “busca el mejor hombre para cada trabajo”. A **formação profissional** embasada em orientações emanadas do Conselho Nacional de Educação, através de Pareceres/Resoluções, consubstanciada na construção e desenvolvimento do Projeto Pedagógico de Curso (PPC), produto coletivo da equipe de educadores do curso, contém a idéia de formação integral da pessoa, ou seja, de acordo com Delors (1996), uma educação fundamentada em quatro pilares: “aprender a conhecer”, “aprender a fazer”, “aprender a viver juntos” e “aprender a ser”.

O currículo descreve “competências virtuais” - aquelas que são enunciadas nos currículos e programas de formação - e as “competências efetivas”- aquelas que realmente permitam o êxito de uma ação em campo - , nas palavras de Jonnaert e Borgh (2002), constituem o objeto central na formulação de conteúdos, estratégias de ensino, instrumentos de avaliação etc. , contidos em Projetos Pedagógicos de Cursos de formação de recursos humanos. Parece-nos ilógico, após longo período de formação integral, com destaque à dimensão profissional, deixar de assistir o aluno na obtenção de um emprego, dar destaque à **problema da colocação e acompanhamento**.

Face ao exposto, este Programa Institucional de Acompanhamento do Egresso propõe um esquema integrador de ação em dois planos a ser desenvolvidos a nível das Coordenações dos Cursos: uma **ação direta** com alunos, “satisfazendo as necessidades de individualização da ação educativa”(Pimentel e Sigrist, 1971) e uma **ação integrada**, com órgãos internos da Instituição – Ouvidoria, Comissão Própria de Avaliação (CPA), Núcleo Docente Estruturante (ND), Secretaria Geral, Estágio Curricular Supervisionado, Empresa Júnior, equipe de professores etc., em conexão com serviços centrais de colocação da comunidade.

DIRECIONAMENTOS

DIRECIONAMENTO POLÍTICO DO PROGRAMA.

OBJETIVO GERAIS

Visando garantir a igualdade de condições de acesso à informação e ao conhecimento e devido às necessidades de propiciar meios de acesso ao

mercado de trabalho e a estudos posteriores de formação continuada, ou , a outras escolas e cursos, a Instituição UNIFC/FIB's desenvolve este Programa direcionados aos alunos de graduação. Tem por **objetivos gerais**:

- Criar condições de ajustamento do egresso às situações de empregabilidade e de formação continuada;
- Avaliar o processo de formação – Projeto Pedagógico de Curso, em sua elaboração e funcionalidade.

Numa perspectiva de análise e reflexão crítica, a política de colocação e acompanhamento do egresso procura dar atendimento aos seguintes requisitos que norteiam este Programa:

- Atender a diversidade presente na realidade da Instituição;
- Assegurar ao egresso do curso de graduação acesso à informação e ao conhecimento de condições de empregabilidade e oportunidades educacionais de formação continuada;
- Promover situações de natureza informativa formalmente organizadas, em uma integração colaborativa entre a coordenação de cursos, equipe de educadores, órgãos internos institucionais, entidades e serviços comunitários etc., a fim de garantir a consecução dos objetivos propostos;
- Direcionar o processo informativo através de suas várias técnicas, enfatizando a participação ativa do aluno;
- Numa visão de sistema, abordar a pesquisa do acompanhamento em um parâmetro de realimentação (feedback);
- Fazer uso competente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

OPERACIONALIDADE DO PROGRAMA. UM PROCESSO INTEGRADOR

Este Programa Institucional, tendo como referencial o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) contempla, em um processo globalizador, as seguintes modalidades (usando a classificação e a terminologia de Santos, em um processo adaptativo (1963):

A – COLOCAÇÃO – empregabilidade – uma diretriz informativa:

Colocação profissional: face à realidade concreta dos alunos, ao término do curso de graduação, iniciam as atividades profissionais com as “competências efetivas” construídas no período de formação;

Colocação escolar: abrange alunos que deixam o curso de graduação e, em consonância com a legislação, dão continuidade aos estudos, envolvendo cursos de especialização (lato sensu), mestrado acadêmico ou profissional, doutorado, outros

B – ACOMPANHAMENTO (follow –up) – ajustamento e produtividade; uma diretriz de investigação/pesquisa; um processo assistencial:

Acompanhamento individual: caracterizado pela “assistência” ao egresso em seus problemas de iniciação profissional, ajustamento psicológico etc.

Acompanhamento de grupo: contempla um objetivo de “pesquisa” do Projeto Pedagógico de Curso (PCC) em sua funcionalidade, face ao desempenho do egresso – seu ajustamento e produtividade em sua atividade profissional.

O Programa, em sua funcionalidade e integração dinâmica será desenvolvido em dois planos de ação, tendo como gerenciamento o Coordenador de Curso:

- **Ação direta:** com alunos em suas necessidades e interesses.

Procedimentos: Entrevistas

- **Ação integrada:** uma ação educativa conjunta na consecução dos objetivos..

Procedimentos: **a) uma ação interna:** Secretaria, Ouvidoria, Comissão Própria de Avaliação (CPA), Núcleo Docente Estruturante (NDE), Empresa Júnior, Equipe de Professores etc., através de pesquisas específicas, semanas culturais, eventos técnico-científicos, contatos períodos, aulas, palestras etc. **b. ação integrada externa:** com órgãos/entidades externas à Instituição - entidades empresariais, instituições educativas, serviços de estatística de orientação e colocação etc. – através de palestras, encontros, uso da Internet, visitas, pesquisa etc.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO. UM ELEMENTO MEDIADOR

Do Parecer CNE/CP nº 28/2001 destacamos:

(..) Por outro lado, é preciso considerar um outro componente curricular obrigatório integrado à proposta pedagógica: estágio curricular supervisionado de ensino entendido como o tempo de aprendizagem que através de um período de permanência, alguém se demora em algum lugar ou ofício para aprender a prática do mesmo e depois exercer uma profissão ou ofício”.

O estágio curricular supervisionado é um conjunto de atividades de formação, realizadas pela Instituição, sob a supervisão de um professor - orientador dentro de normas estabelecidas no “Regulamento de Estágio” nos seguintes cursos: Administração/Ciências Contábeis/Gestão de Recursos Humanos/Pedagogia/Educação Física (Licenciatura/Bacharelado).

O Estágio Curricular Supervisionado em sua funcionalidade constitui-se em uma mediação pedagógica, pois abre caminhos e estabelece relações do estudante com o mundo empresarial, criando situações novas de experiências, avaliação de dificuldades técnicas ou de conhecimento, de solução de situações-problemas, conhecimento de novas tecnologias etc. Através de relatórios apresentados ao professor - orientador é avaliado o desempenho em situações reais de trabalho.

A VALIDADE DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

Segundo o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES, 2010), Projeto Pedagógico de Curso (PPC),

“É o documento orientador de um curso que traduz as políticas acadêmicas institucionais. Entre outros elementos, é composto pelos conhecimentos e saberes necessários à formação das competências estabelecidas a partir do perfil do egresso; estrutura e conteúdo curricular; ementário, bibliografia básica e complementar; estratégias de ensino; docentes; recursos materiais; laboratórios e infra-estrutura de apoio ao pleno funcionamento do curso”

De acordo com orientações do Conselho Nacional de Educação (CNE), a organização curricular contempla o desenvolvimento de competências/habilidades gerais e específicas definidas no perfil do egresso do curso.

O termo competência tem várias conotações. Para orientação do Programa, extraímos do livro *Gestão por competências e gestão do conhecimento* (2005), elaborado por um grupo de professores da FVC Management, o seguinte: o uso freqüente do termo competência no campo empresarial resultou que este adquirisse várias conotações, daí a existência de duas grandes correntes que, de uma junção, temos:

“A competência, então, é aqui entendida não apenas como o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários para atender determinada atividade, mas também como o desempenho expresso pela pessoa em determinado contexto, em termos de comportamentos e realizações decorrentes da mobilização e aplicação de conhecimentos, habilidades e atitudes no trabalho”. Destacam, ainda, os autores, em função do uso que se propõe dar à descrição de competências, duas situações:

1. Desenvolvimento de competências:
Descrever os comportamentos desejados (referenciais de desempenho) em termos de objetivos a serem alcançados, como também os conteúdos educacionais (conhecimentos, habilidades e atitudes);
2. Avaliação de desempenho no trabalho:
Descrever as competências sob a forma de comportamentos observáveis (referenciais de desempenho) passíveis de avaliação através de instrumentos adequados.

Seria interessante, neste momento, remetemos à leitura dos textos sobre a elaboração dos planos de aula – textos xerografados e distribuídos aos coordenadores de curso.

Qualquer Projeto Pedagógico de Curso (PPC) só pode ser considerado eficaz quando atua na produção de pessoas competentes. É difícil a medida dos efeitos dos Projetos Pedagógicos de Curso, o que não impede a utilização de vários dispositivos avaliativos, como os que já estão em uso na Instituição:

1. De acompanhamento e avaliação do PPC – interna:
 - Planilhas por disciplinas (e cursos) sobre freqüência e notas dos alunos, elaboradas pela Secretaria Geral da Instituição e distribuídas periodicamente aos Coordenadores de Cursos;
 - Elaboração, pela Assistência Administrativa de quadros demonstrativos dos índices de matrícula, evasão etc, no decurso do ano letivo;
 - Avaliação interna – pesquisas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA).
2. De acompanhamento e avaliação do PPC – externa:
 - Pesquisa do desempenho do egresso – seu ajustamento e produtividade em sua atividade profissional ou de estudos nas modalidades de colocação e acompanhamento;
 - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE);
 - Relatórios. Estágio Curricular Supervisionado.

Outros instrumentos de avaliação interna e externa capazes de avaliar o desempenho do aluno em vários contextos.

Sergiovanni e Starratt (1978), enumeram um conjunto de variáveis que são consideradas como de **sucesso organizacional**, que podem nos orientar como indicadores no alcance de uma educação de excelência:

1. Níveis de desempenho de professores e demais funcionários.
2. Níveis de desempenho dos alunos.
3. Níveis de crescimento dos alunos;
4. A quantidade de aumento no valor da organização humana.
5. Ausência e índices de mobilidade de pessoal;
6. Ausência e índices de evasão de alunos.
7. Qualidade das relações da escola com a comunidade.
8. Qualidade das relações no trabalho.

Os autores observam que a organização humana escolar – qualidade das comunicações, a lealdade do grupo, os níveis de satisfação no trabalho, o compromisso para com a tarefa etc – exerce uma influência direta no sucesso da Instituição (curso).

Muitas dessas variáveis são objetos de pesquisa e avaliação na Instituição, através da CPA (Comissão Própria de Avaliação) em sua avaliação interna; quadros de índices de matrícula/, evasão, pela Assistência Administrativa, desempenho de professores, funcionários e alunos pelo Setor de Recursos Humanos e Secretaria Geral, etc.

À guisa de síntese conclusiva:

A **colocação (empregabilidade)** é desenvolvida no Programa como um processo informativo, a fim de assistir o egresso em seus ajustamentos de ordem profissional ou de continuidade de estudos. O acompanhamento/avaliação atua com um processo de realimentação (feedback), entre os resultados esperados e os alcançados em termos de comportamentos observáveis, referenciais de desempenho. Em última etapa, em havendo lacunas, a escola deverá processar um re-planejamento objetivando identificar e corrigir os desvios. Uma diversidade de procedimentos deverá ser utilizada no alcance dos objetivos propostos.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:

CARBONE, Pedro Paulo, BRANDÃO, Hugo Pena, LEITE, João Batista Diniz, VILHENA Rosa Maria de Paula. Gestão por competências e gestão do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

JONNAERT, Philippe, BORGHT, Cécile Vander. Criar condições para aprender. O socioconstrutivismo na formação do professor. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

LOPEZ, Y Emilio Mira. Manual de Orientación Profesional. Buenos Aires: Editorial Kapelusz, 1947.

MEC. Curso de aperfeiçoamento de orientadores educacionais de escolas de 2º grau. São Paulo: Cenafor, 1972.

MORAN, José Manuel, MASETTO, Marcos T., BEHRENS, Marilda Aparecida Behrens. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas, SP: Papirus, 2000.

SANTOS, Oswaldo de Barros. Orientação e Seleção Profissional. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Administração e Negócios, 1963.

SERGIOVANNI, Thomas J., STARRATT, Robert J. São Paulo: E.P.U e EDUSP, 1978

SILVA, Eurides Brito de. (org.). A educação básica pós-LDB. São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2003.

ZABALA, Antoni, ARNAU, Laia. Como aprender e ensinar competências. Porto Alegre:Artmed, 2010.

<p style="text-align: center;">ANEXO VII POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS PORTADORES DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS</p>

APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA

O acesso das pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais no ensino superior tem se democratizado nos últimos anos, contudo ainda há uma importante diferenciação a ser esclarecida acerca do termo inclusão, pois muitas vezes é utilizado como sinônimo de integração.

Na integração localiza-se a “deficiência” na pessoa e esta deve “adequar-se” ao sistema vigente, contanto que suas condições permitam. Dessa forma, no espaço escolar todos possuem acesso, mas cada pessoa deve se adaptar às condições e estruturas já existentes. Já na inclusão, ocorre o contrário: as estruturas são adaptadas para atender às necessidades educacionais de todas as pessoas.

Via de regra os espaços públicos sempre foram excludentes, mas pelos imperativos legais e pela ética, as escolas devem aceitar os alunos com deficiência e adaptarem suas estruturas físicas para recebê-los, mas quase sempre não conseguem mantê-los até a conclusão, pois a estrutura humana (funcionários, coordenadores e docentes) nem sempre estão sensíveis a determinadas requisições do cotidiano daquele que se apresenta “diferente”.

Uma vez aceito no ensino superior, o aluno com deficiência enfrentará situações desafiadoras para manter-se inserido e funcional na escola, mesmo nas atividades mais comuns colocadas a qualquer outro aluno, ou seja, anotar, trabalhar em grupo, discutir, manifestar-se.

Dessa forma, os espaços físicos e os problemas arquitetônicos são constituem maior barreira do que representam as pessoas, pois alguns alunos e mesmo professores, compreendem que a oferta de condições diferenciadas às pessoas com deficiência significa privilégios ou são discriminatórias, entretanto o acolhimento, as condições de tratamento e recursos diferenciados é uma necessidade justa, portanto as adaptações nas estruturas físicas e humanas pode beneficiar toda e qualquer pessoa.

OBJETIVO

Conforme institui o Plano de Desenvolvimento Institucional PDI na dimensão 10, esta política está estruturada com os seguintes objetivos:

1. Garantir e ampliar o grau de acessibilidade de pessoas portadores de necessidades especiais.

2. Proporcionar à pessoa com deficiência, a oportunidade de ingressar num curso superior em igualdade de condições com os demais alunos, preservando seus direitos e elevando suas habilidades.

3. Proporcionar à pessoa com deficiência a possibilidade de concluir o curso escolhido, por meio da igualdade de condições de acesso à informação e ao conhecimento.

3. Proporcionar à pessoa com deficiência que deseja ingressar nos cursos, a oportunidade de conhecer a estrutura e o funcionamento da Instituição e do Curso em igualdade de condições com os demais alunos.⁵²

4. Despertar a atenção dos docentes para os requisitos pessoais de cada aluno com deficiência em particular, buscando adequar a dinâmica de ensino ao longo do curso para que haja melhor aproveitamento dos conteúdos das disciplinas e adequação profissional.

5. Propiciar inclusão e integração dos alunos com deficiência com os demais alunos da instituição e curso, mas essencialmente de sua classe de modo a despertar responsabilidades coletivas.

OPERACIONALIZAÇÃO

1. **Orientações Gerais:** Ao preencher a Ficha de Inscrição do Processo Seletivo, o candidato deverá apontar no campo “Portador de Necessidades Especiais” a sua necessidade. Após ser aprovado no Exame, o candidato agora futuro aluno, deverá apresentar os documentos solicitados pela Secretaria, assim como Laudo Médico em que seja apontada a deficiência, bem assim os recursos especiais necessários ao bom desempenho nas futuras atividades escolares. Este Laudo será encaminhado para a Coordenação Pedagógica e do Curso, para que sejam articuladas as providências visando a adaptação do aluno.

Uma vez iniciado o Curso, a coordenação deste promoverá um encontro individual com pais ou responsáveis, no caso de alunos com deficiência acentuada e dependência, para que recebam as orientações sobre a estrutura e o funcionamento da Instituição e do curso. Dessa forma serão coadjuvantes na formação de seus filhos, pois passarão a ter conhecimento integral da vida do aluno e na instituição e no curso em particular. Por sua vez, o aluno receberá impresso todo material de orientação, como projeto pedagógico, planos de aula, manual e demais orientações que se fizerem necessárias para sua orientação e controle.

2. **Integração com a classe:** em momento oportuno, tendo dispensado o(s) aluno(s) em questão, a coordenação do curso e o Coordenador Pedagógico abordarão com os demais alunos da classe questões pertinentes às diferenças, à deficiência, integração e inclusão, buscando envolvimento, compreensão e compromisso de todos.

3. Integração com o Corpo Docente: os docentes serão orientados em reunião de planejamento sobre o(s) aluno(s) ingressante com deficiência para que assim possam planejar, caso seja necessário, juntamente com o Coordenador Pedagógico, o formato de suas avaliações, provas e recursos para o desenvolvimento das aulas conforme especificidade da disciplina, de forma que não haja discriminação, nem dificuldade ou facilitação demasiada ao aluno com deficiência.

Considerando que a Instituição já recebeu e formou pessoas com diversos tipos de deficiência visual (total ou parcial), motora, física e com déficit cognitivo, o corpo docente já está preparado para as adaptações necessárias, contando sempre com o acompanhamento do Coordenador Pedagógico.

Como consequência já experiência adquirida,

- O conteúdo programático será elaborado em forma de apostilas para que não haja dificuldade nas anotações e uso do mesmo para discussões em sala;
- As avaliações e trabalhos, quando em grupo, serão formatadas de modo a favorecer a integração e as possibilidades de participação efetiva;
- As avaliações individuais serão digitadas, formatadas em teste, favorecendo a aplicação em sala com os demais colegas, para minorar ao máximo as diferenças;
- O Estágio será avaliado pelo Coordenador, Coordenador Pedagógico e o aluno, analisando-se as condições existentes no local em relação às suas dificuldades, interesse do aluno e possibilidade de aprendizagem prática. Assim, os alunos serão direcionados com as devidas orientações ao responsável pelo estágio na Instituição que o receberá.
- Os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), os Relatórios de Estágio e assemelhados devem refletir essencialmente a experiência adquirida pelo aluno, sendo estes sempre orientados a reatá-las. No caso do aluno com deficiência não conseguir escrever, digitar de maneira autônoma, receberá orientação VIP e, quando possível, os pais ou responsáveis poderão optar por contratar um monitor (estudante ou ex estudante do curso) para auxiliar na redação, digitação e formatação do trabalho, preservando sempre a validação do conteúdo pelo aluno, supervisionado pelo Coordenador Pedagógico.

RECURSOS

- **Humanos**

- Coordenador Pedagógico
- Coordenadores de Curso
- Corpo Docente dos Cursos.
- Corpo Discente dos Cursos
- 1 aluno cicerone do penúltimo semestre

- **Arquitetônicos e Estruturais**

A Instituição já promoveu as adaptações a seguir discriminadas para os casos de deficiências físicas:

- eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do aluno, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo;
- reserva de vaga especial no estacionamento e de fácil acesso às unidades de serviço;
- construção de rampas para facilitar a circulação daqueles que utilizam cadeira de rodas e de pessoas que utilizam muletas;
- adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para facilitar o acesso de cadeira de rodas;
- colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- instalação de telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.